

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

GILMAR DE SÁ RODRIGUES

**Sociedade de Controle
e ação política rizomática**

Guarulhos

2021

GILMAR DE SÁ RODRIGUES

**Sociedade de Controle
e ação política rizomática**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Luís de Almeida Teles.

Guarulhos

2021

Rodrigues, De Sá. G.

Sociedade de Controle e ação política rizomática \ Gilmar De Sá Rodrigues. – Guarulhos, 2020.

99 f.

Dissertação de mestrado (departamento de Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020.

Orientador: Edson Luís de Almeida Teles.

Título em francês: Societé de controle et action politique rhizomatique

1. Sociedade de Controle; 2. Ação Política; 3.Rizoma; 4. Poder Disciplinar; 5. Rostidade.

GILMAR DE SÁ RODRIGUES

**Sociedade de Controle
e ação política rizomática**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Luís de Almeida Teles.

Aprovada em

Prof. Dr. Edson Luís de Almeida Teles - Unifesp (Presidente)

Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho - Unifesp

Prof^ª. Dra. Marília Mello Pisani - UFABC

DEDICATÓRIA

Dedicada à Emilly Brito Rodrigues, os olhos da resistência, esperança, doçura e amor.

À João Rodrigues Filho amigo de todas as horas, acalanto nas horas difíceis em que sentia e deixei de sentir também, quando tudo perdeu o sentido ele estendeu a mão, o pé, a alma e o coração.

À Josefa Maria de Sá Rodrigues, Deusa, Rainha.

Só sou porque nós somos!

À quem ainda não chegou, mas, já veio.

AGRADECIMENTOS

À Edson Luis de Almeida Teles, por crer que algo poderia surgir da experimentação conceitual das sociedades de controle e pela amizade e parceria ao longo de toda jornada desde a graduação, passando pelo Filopol (Grupo de Pesquisa do CNPq “núcleo de filosofia e política”) e pela vida na qual testemunhamos até o nascimento de uma flor nos bueiros da Estrada do Caminho Velho! Obrigado por preparar o caminho novo. De pé e na luta sempre! Professorxs Marília Pisani pela capacidade intelectual e doçura dedicadas à leitura, apontamentos e partilhas neste trabalho, e, Alexandre Filordi, pelo carinho, amizade, agenciamentos criados, afetos partilhados na leitura desde a banca de qualificação e muito antes nas suas aula-afetos.

À Cassiana de Souza, obrigado pela partilha ao longo de quase todo o caminho sem você esse percurso não teria existido. Nos AMO! Mesmo a vida seguindo caminhos separados, o tempo e a distância não impedem de celebrar em poesia o que foi vivido.... À Flávia Regina pelo reencontro espiritual e ter jogado o facho de luz e lucidez que era necessário para trilhar a estrada. À Joice Brito. À Tatiana Carvalho pela amizade sincera de longa data. À Karoline Elén pela partilha dos “raions de soleil” no confinamento pandêmico e das estrelas a céu aberto e artesanais no fundo da garrafa: “Ai que loucura”! À Paula Rocca Cardoso pela sensibilidade “dente de leão” e a partilha das incertezas existenciais. Você é ESPECIAL! Sensível, me pinga ternura nos olhos e passa. À Thaís Rodrigues por todo afeto e partilha intelectual e de beleza à semelhança de Oxum! À Silvia Carbone por acreditar em minha capacidade quando nem eu mais acreditava, adoro você! À minha irmã Giane Rodrigues, à Isabela Delalano, Ana Clara, à Juliana Gonçalves por sua capacidade de enxergar algo de belo onde julguei ele não mais habitar, à Laura Maeda você operou o resgate emocional do soldado Ryan... Paula Gonçalves milagre de inverno da consciência, sim inverno, mas estamos vivos e hospedando a primavera em nós. À Erivelto na Rua Bom Sucesso existe um pedacinho do céu habitado pelo inconsciente! Ao Éliton do CEBB São Paulo por toda acolhida, doçura e sensibilidade quando a caminhada ficou ácida e salgada, você foi água de côco e cocada! Ao padrinho Daniel Carletti, Sabrina, Sandra. Ao Sann Alesi por ter caminhado um trecho da Jornada! “Abaixa o fogo Gilmar!” Seus ensinamentos me compõem. Tamires e Safira também. Ao Caio Peral por toda partilha estética, Liliana Peral valeu a parceria sonhamos juntos, vocês foram fundamentais.... Seu Luiz Nunes, Dona Renilda e Jaqueline com quem partilhei o cotidiano de perto pelo território da

Pimenta Doce! Ao seu Antonio e Dona Tata, ao Betinho trabalhador do Condomínio “Maison”, por oferecer o abraço mais sincero com toda humanidade quando todos os outros faltaram ou não fizeram sentido, você tem razão Betinho tá cheio de arrogância por ai embalada nos “diplominhas”. Às amigas emprestadas (nem por isso menos importante) Adriana Moreira, Leila Maria e Laio, Anna Luiza. Ao Stéffano e ao Silvio nunca esquecerei os olhos da sinceridade do amigo do elevador e a disponibilidade do Stéffano na sinceridade cresce tudo que carece de sentido. À Mariangela que preencheu a solidão em muitas tardes de sábado e partilhou do sensível e do conhecimento comigo, quando te via na tela a solidão cessava... À toda sanga do CEBB São Paulo! Ao Antonio que ajudou a perceber que na vida existem horas nas quais é preciso jogar o vaso no chão para criar um mosaico com os cacos. À Priscila Testoni pelo carinho que chegou direto de Paris, ainda guardo vivo na mente nosso encontro primeiro no antigo prédio do Torricelli, das amizades que a filosofia da Unifesp trouxe, Leandro Ribeiro de Moura (o carinho fez o percurso inteiro comigo!) Fil a libertação animal ressoa ainda.

Aos amigos: Paula Ordonhes, Danilo Pescarmona, Alex Navarro, Mariana Rubiano, Lucas Oda, Hermes da Fonseca, Maria Morita, Silvia Brandão, Priscila da Silva, Paulo Malvezzi, Agnes Karoline, Karinna Moura, Douglas Samoel Fonseca, Leandro Barbosa, Lidia Bernardes, Simone Conceição (a parceira), Fernanda Rodrigues, Jéssica Pizzino, Antonio e Bete, Ademar, Cecília Rodrigues, Ricardo Cavalcante e Leticia Alves, Rosana Nascimento, Elaine Marinheiro, Jorge Alberto, Ailton Lima, Regiane, Diogo, Sofia, Diego Pacheco, Vinicius Faustino, Robson, Wesley Brandão, Rafael. Ao time da Biblioteca EFLCH: Cris Shirayama, Pati, Pedro, Sandy, Rebecca, Bia, Thamires e Thami. Thiago Loretto, Izabel Rangel de Souza, Rafa Guabiraba. Às divas do bandejão: Vania, Claudinha e Dani. À Daniela Gonçalves secretaria do Departamento de Pós Graduação em Filosofia, ao seu Carlos Magno por garantir a estrutura e o bom funcionamento do Campus, à Sheila do Eventos, ao seu Eronildo, Abimael, Bruna e todos os ambulantes que através de seu trabalho nos alimentaram e trouxeram energia para aguentar o baque nas longas noites de estudo. Aos professores: Rodnei Nascimento, Fernando Dias Andrade, Jacira de Freitas, Alexandre Ferreira, Alexandre Carrasco, Lucia Claro (sem você no meio do caminho não deixaria de existir a pedra, “merci”) Graciela Foglia, Marian Dias, Claudemir Roque Tossato, Paulo Ferreira, Francisco Machado, Alessandro, Henrique Parra, Pedro Arantes, Sandro Kobol, André Carone.

À Carolina Souza (Casurolsae), Marcos Peixoto e Diogo Gonzaga, Valdir, Carol Calil, pela amizade sincera e acolhedora desde o início de nossa caminhada na graduação, com vocês dei o primeiro rolê de amizades unifespianas na tradicional festa de Nossa Senhora Achiropita.

À Fabiano Biten, pela amizade, pelos bons vínculos que me proporcionou a travessia pela trilha dos estágios assim como o professor Odil.

Ao queridíssimo André Luiz (Moma), pela amizade sincera e acolhedora em alguns dos meus momentos mais difíceis.

*Isso funciona em toda parte: às vezes sem parar, outras vezes descontinuamente. Isso respira, isso aquece, isso come. Isso caga, isso fode. Mas que erro ter dito isso. Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões. Uma máquina órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. O seio é uma máquina que produz leite, e a boca, uma máquina acoplada a ela. A boca do anoréxico hesita entre uma máquina anal, uma máquina de falar, uma máquina de respirar (crise de asma). É assim que todos somos....
(Gilles Deleuze e Félix Guattari 2011 b)*

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo contribuir para uma melhor compreensão das sociedades de controle, que operam articuladas a estratégias disciplinares no contemporâneo. Desse modo, apontaremos um breve diagnóstico hodierno sobre o poder de controle suas tecnologias de sujeição e subjetivação, exibindo alguns aspectos da produção de subjetividades, por consequência, produzimos uma análise conceitual do agenciamento controle-disciplina. Para tanto, orientados pelo pensamento de Deleuze (1992) e seus intérpretes, realizamos uma crítica ao pensamento conceitual, ao programa, a lógica e ao histórico das sociedades de controle. Para reforçar essa crítica, avaliamos o conceito de rostidade e como ele é fundamental para concretizar a máquina abstrata da conformação social em questão. Nossa análise também mostrou que as estratégias de resistência de acordo com Deleuze e Guattari (2011 a) passam pela criação de redes que possibilitem aos indivíduos agirem politicamente de modo rizomático em uma sociedade orientada e organizada pela lógica das redes.

Palavras-chave: sociedade de controle; poder disciplinar; rizoma; ação política; rostidade.

RÉSUMÉ

Thèse de cette mémoire de maîtrise vise à contribuer à une meilleure compréhension des sociétés de contrôle, qui fonctionnent articulées à des stratégies disciplinaires dans le contemporain. Ainsi, nous allons souligner un bref diagnostic aujourd'hui sur le pouvoir de contrôler ses technologies de subjection et de subjectivation, présentant certains aspects de la production de subjectivités, par conséquent, nous produisons une analyse conceptuelle de l'agence de contrôle-discipline. À cette fin, guidés par la pensée de Deleuze (1992) et de ses interprètes, nous avons fait une critique de la pensée conceptuelle, du programme, de la logique et de l'histoire des sociétés de contrôle. Pour renforcer cette critique, nous évaluons le concept de rostité et comment il est fondamental de réaliser la machine abstraite de conformation sociale en question. Notre analyse a également montré que les stratégies de résistance selon Deleuze et Guattari (2011 a) passent par la création de réseaux qui permettent aux individus d'agir politiquement d'une manière rhizomatique dans une société orientée et organisée par la logique des réseaux.

Mots-clés: société de contrôle; pouvoir disciplinaire; rhizome; action politique, rostité.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1. Pandemia do controle: um diagnóstico asfixiante	19
1.1 – Controlar e vigiar: princípios das sociedades de controle.	19
1.2 – Capitalismo de vigilância, um rolê nas sociedades de controle.	25
1.3 – Entropia dos dados na imanência das sociedades de controle.	30
1.4 – Controle e materialidade dos dados.....	32
Capítulo 2. Conceito de Deleuze das sociedades de controle.....	42
2.1 – Atestado de antecedentes conceituais.....	42
2.2 – Sociedade de Controle, um mundo maquínico operando a céu aberto.	54
2.3 - Sociedade mundial de controle em um gradiente deleuziano.....	64
Capítulo 3. Rostidade de controle: rosto vivo vs. imagens do rosto.....	71
3.1 – Rostidade nas sociedades de controle: o rosto anelar da serpente.....	71
3.2 – Estratificação do rosto vivo.	76
3.3 – Plano de rostidade.	80
3.4 - Imagens do rosto e o desejo de anonimato.....	85
Considerações Finais.....	91
Referências Bibliográficas.....	95

Introdução

O que nos interessa aqui não é o que o filósofo francês pensou apenas ou somente o que podemos pensar sobre Deleuze, mas o que com Deleuze, a partir de Deleuze (seja em favor ou contra Deleuze), nós somos (ainda) capazes de pensar. Neste sentido, ainda que seja muito óbvio, vale dizer que uma boa maneira de “seguir-lo” é passar por onde ele não passou (Renato Nogueira 2016).

Pensamento Sampleado¹

Sampler 1 - Deleuze e a sociedade de controle:

Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Burroughs começou a análise dessa situação. Certamente, não se deixou de falar da prisão, da escola, do hospital: essas instituições estão em crise. Mas se estão em crise, é precisamente em combates de retaguarda. O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. Os hospitais abertos, o atendimento a domicílio, etc., já surgiram a muito tempo. Pode se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado – mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação [...] (DELEUZE 1992: 216).

Sampler 2 – Deleuze e Guattari e a resistência rizomática:

[...] redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a um vizinho qualquer, onde as hastes ou os canais não preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um *estado* a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central [...] (DELEUZE e GUATTARI 2011 a: 37).

Sampler 3 – Deligny e o devir aracniano:

¹CHAVES, Edu. *Drop The Beat*. É importante mencionar que trabalhamos com a noção de “sampleagem”, que remete ao universo da música, especificamente ao Hip hop, no qual tal procedimento consiste em capturar um trecho de música de outro artista e colocar na sua própria música, usando tanto a melodia, como a voz ou a harmonia de outrem. Os *samplers* consistem num processo de captura e colagem, guardando muitas aproximações com o método deleuziano de fazer filosofia, como ratifica posteriormente o sampler nº 4 Disponível em: <https://therapshit.wordpress.com/2015/02/27/drop-the-beat-samples/>. Último acesso em 25/09/2017.

O que ocorre, e que não raro arrebenta as redes, é a sobrecarga do projeto, por sua vez tão coercitivo que se faz tomar por razão de ser da rede; e o impostor não para na proposição de uma outra sociedade; se a conjuntura da história se presta a isso, a rede assume proporções fantásticas; ei-la sociedade; a partir daí, redes são secretadas e a rede se transforma em poder organizado que se exaspera na faxina: inventa vassouras, multiplica as equipes de limpeza, enquanto os responsáveis se perdem em conjecturas quanto às causas dessa epidemia de redes aparentemente díspares, cuja estrutura, no entanto, é sempre a mesma (DELIGNY 2015: 25).

Sampler 4 – Deleuze e o método do homem do saco.

[..] O contrário de um plagiador, mas também o contrário de um mestre ou de um modelo. Uma preparação bem longa, mas nada de método nem de regras ou receitas. Núpcias, e não casais nem conjugalidade. Ter um saco onde coloco tudo o que encontro, com a condição que me coloquem também em um saco. Achar, encontrar, roubar, ao invés de regular, reconhecer e julgar (DELEUZE e PARNET 1998: 8).

Como e a partir de quando se institui a sociedade de controle? Qual a sua essência? Como pensar o indivíduo, sua inserção e ação no seu interior? Como pensar a resistência nesse contexto? Essas questões norteiam o pensamento e servem de guia durante o percurso de entendimento do problema filosófico desta Dissertação. Pretendemos defender que as redes constituem a essência da sociedade de controle. Compreendemos que as formas de resistência e ação política em seu interior se dão necessariamente sob a forma rizomática e conexa às redes numa espécie de encruza.

De certo modo, podemos dizer que essa proposta de pesquisa pretende dar continuidade ao trabalho que começamos a desenvolver na Iniciação Científica, a saber: como o problema das sociedades de controle foi pensado na filosofia deleuziana e como a maneira de lidar com esse problema confere a uma ação política rizomática um lugar singular de resistência a esse modo de vida. Naquele momento nos dedicamos à abordagem da ação política sob uma perspectiva ética. Através dela, Deleuze demonstrou que uma ação política de resistência pode perfeitamente ser orientada pela alegria resultante das experiências cotidianas e dos bons encontros que os indivíduos realizam com outros corpos que têm potência para compô-los.

Embora possamos afirmar que a ação política de resistência se estabelece como um prolongamento ou desdobramento do domínio da ética, como parece ficar retinto, sobretudo em “Espinosa filosofia prática” (DELEUZE 2002: 24), havemos de

reconhecer que há um ponto fundamental de distinção na maneira pela qual ela é pensada, seja em um domínio ou outro.

É necessário tratar a resistência não só do ponto de vista das singularidades, como quando a pensamos a partir de uma perspectiva ética, mas também temos de tratá-la da perspectiva do comum, lugar essencial da política. A presença de outros corpos e as afecções estabelecidas entre eles tornam-se essenciais ao desenvolvimento da ação política que nas sociedades de controle é concebida em redes interconectadas. Uma ação política de resistência somente se torna possível quando os indivíduos agem conectados em redes e orientados por algo comum, nesse caso a resistência ao controle dos corpos.

No ensaio “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle”, Gilles Deleuze aponta para uma forma de sociedade muito específica que ele percebe insinuar-se na contemporaneidade. Sob a perspectiva histórica, a problemática a partir da qual Deleuze reflete se localiza a passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle, lançando a indagação: que condições tornaram possível a emergência das sociedades de controle? (DELEUZE 1992: 220). Para respondê-la, exige-se a compreensão das sociedades disciplinares e suas relações com as sociedades de controle.

Deleuze localiza que a genealogia foucaultiana sobre as sociedades disciplinares foi o modo utilizado para responder a indagação anterior. Michel Foucault expressou a sucessão entre soberania e disciplina, entreviu o processo de montagem do controle insinuando-se desde os séculos XVIII e XIX. Seguindo as pistas deixadas por Foucault, Deleuze conclui que as sociedades disciplinares atingiram seu ápice no século XX, período em que inicia seu desgaste (*Ibidem*: 220).

Deleuze intui a forma de vida que a sucederá, o modo disciplinar de sociabilidade, são as sociedades de controle, que já não operarão por confinamento e disciplina dos corpos, como no modelo anterior. Mas, agirão sobre os corpos através do controle.

Não devemos temer, ou esperar resignadamente pelas sociedades de controle. Porém, procurar novas armas para enfrentá-las. As instituições não procedem somente por práticas de confinamento. Deleuze localiza a transição do modelo hospitalar confinante ao paradigma do “hospital dia”, o que possibilita o atendimento domiciliar, sem descartar o controle do corpo. Instituições como a prisão, a fábrica, a família e a escola, sob o regime do enclausuramento disciplinar, demandaram reformas permanentes levando à agonização de um processo político (*Ibidem*: 220).

Deleuze reflete sobre os modos de vida que antecedem o poder de controle e as maneiras pelas quais era possível resistir à disciplina. As sociedades disciplinares estavam estruturadas sob “máquinas energéticas”, às quais era possível resistir por meio de “palavras de ordem” e de “práticas sabotadoras”. Nas sociedades de controle, as redes exprimem agenciamentos de resistência e estratégias de controle em simultaneidade (*Ibidem*: 222).

Deleuze parte da ideia de que as fábricas nas sociedades disciplinares assumem a forma de instituições disciplinadoras e confinantes, inserindo os corpos dos trabalhadores a uma lógica discursiva. A partir de uma lógica de linguagem “analógica”, transferindo informações e dados de um indivíduo a outro, o indivíduo é identificado como um corpo único, e, vigiado no interior de uma “massa”. Cada trabalhador tinha sua individualidade capturada e disciplinada. Nas sociedades de controle a fábrica é substituída pela empresa, e no interior dela a lógica discursiva é a da “linguagem numérica”, em que cada corpo se torna um número, instaurando a competição como estratégia de controle: “a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inextinguível como uma emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE 1992: 221).

No diagnóstico deleuziano destacam-se aspectos essenciais dos modos de vida que precederam as sociedades de controle e que são retomados e analisados visando uma unidade temática. O aprofundamento das questões levantadas a partir dessas transformações marca a passagem de uma sociedade a outra. Deleuze exprime que o poder soberano operava por “alavancas” e “roldanas”. Ao superarem a soberania, as sociedades disciplinares passam a operar por “máquinas energéticas” ameaçadas constantemente pela “sabotagem”. As sociedades disciplinares operam determinadas pela binaridade: “assinatura”, expressão do indivíduo *vs.* “número de matrícula”, exprimindo a colocação do indivíduo na massa. Tais sociedades assumem características massificantes e individuantes (*Ibidem*: 223).

As sociedades de controle efetuam-se por um conjunto de sentidos cifrados, nos quais os indivíduos tornam-se “dividuais”. Passam a agir em redes e conectados entre si e não mais guiados por palavras de ordem. A “máquina computadorizada” resultante da emergência informática, a ameaça que a espreita não é mais a da sabotagem e sim a do “vírus” e da “pirataria” constituintes de uma ameaça ativa.

Nesse processo transicional das disciplinas ao controle interessa salientar a questão da produção de subjetividade. Ela também sofrerá alterações revelando a singularidade que marcará os indivíduos. Deleuze identifica a superação do “homem confinado” pelo “homem endividado” (*Ibidem*: 224). A transição de uma subjetividade a outra implica desafios. Deleuze compreende o principal deles na desigualdade social:

É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: *assim o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (Ibidem: 224).*

As sociedades de controle se utilizam das redes como estratégia e agenciamento de controle dos corpos e subjetividades, forjando novas subjetivações. Em contrapartida, instauram possibilidades de resistência, visto que, não há totalidade sem resto e os fluxos de resistência escapam por toda parte. A resistência dos guetos e favelas atravessa as sociedades de controle de um ponto a outro. Disso se conclui, sob a forma de interrogação: como criar uma ação política de resistência que possibilite a esquiva, o drible, a luta política, o escape e o desvio em redes e conectividades resistentes.

Trata-se de compreender, em primeiro lugar, a noção de conectividade heterogênea caracterizada por Deleuze e Guattari como a expressão de múltiplas “conexões descentradas” (DELEUZE e GUATTARI 2011 a: 22). A complexidade deste princípio reside no fato do rizoma colocar em xeque um conjunto de regimes de signos, evidenciando-se um rizoma: estabelece conexões entre uma multiplicidade de conjuntos semióticos e organizações de poder, afetando tanto os acontecimentos artísticos e científicos, como também e, principalmente, as lutas sociais. Qualquer ponto de um rizoma é capaz de estabelecer comunicação com o outro. Conectados entre si conseguem produzir afecções nos domínios artísticos, científicos e políticos, criando resistência.

Dado o teor deste princípio, presumimos a importância metodológica do rizoma na formulação de uma ação política de resistência. Deleuze e Guattari distinguem o rizoma de qualquer estrutura arborescente que estabeleça a ordem e a fixação de um ponto homogêneo e inflexível. Uma ação política que se efetue rizomática deve operar por descentramentos e não pela fixação de pontos rígidos. O rizoma é a expressão de

uma multiplicidade de pontos conectados entre si de forma descentrada e potente (*Ibidem*: 22-23). Quais as consequências teóricas da afirmação da multiplicidade rizomática? O que significa dizer que um rizoma se efetua a partir da multiplicidade, não do múltiplo e nem do uno?

Pensar a conexão entre os vários pontos de um rizoma implica necessariamente na noção de multiplicidade. Seguindo as pistas deixadas pela noção de conectividade nos detemos no segundo princípio do rizoma, o da multiplicidade, sem o qual a problematização de uma ação rizomática não pode ser posta. Em primeiro lugar, toda multiplicidade é destituída de unidade, visto que a unidade sujeita e objetifica. Ao passo que a multiplicidade não contém sujeito, nem objeto, sendo constituída por “determinações”, “grandezas” e “dimensões” que se alteram tornando-se substantivas (*Ibidem*: 23).

O rizoma é definido como “uma rede maquínica de autômatos finitos” (*Ibidem*: 38), o que implica dizer que um rizoma é sem centro, não estruturado hierarquicamente. Constitui-se como um elemento capaz de promover uma ininterrupta circulação de dados. O rizoma é formado por platôs instituintes de uma “multiplicidade conectável”. Ele pode ser pensado filosoficamente como uma rede conectiva de múltiplos pontos que faz as intensidades das lutas e resistências passarem de um ponto a outro. Destas intensidades nos ocuparemos nessa Dissertação.

No primeiro capítulo, *Pandemia do controle: um diagnóstico asfixiante*, trataremos de fazer um diagnóstico introdutório, contemporâneo e hodierno das sociedades de controle para mostrar como sua imanência se relaciona e atualiza o conceito deleuziano. Elementos importantes para nossa argumentação, a análise mais aprofundada se dará a partir desta introdução durante a elaboração dos demais capítulos.

No segundo capítulo, *Conceito deleuziano das sociedades de controle*, faremos uma apresentação do pensamento conceitual deleuziano que gera a sociedade de controle, bem como as mudanças imanentes e intelectivas que possibilitaram tal contexto. Levamos em consideração, nesse capítulo, os aspectos filosóficos, programa e histórico, e, também, os aspectos artísticos envolvidos na criação conceitual que motivaram o pensamento de Gilles Deleuze e que possibilitou o diálogo com outros pensadores.

No terceiro capítulo, *Rostidade de controle: rosto vivo vs. imagens do rosto*, trataremos de mostrar o modo pelo qual se constitui a rostidade, abordando o necroanonimato operado nas cenas do poder.

Nas *Considerações finais*, empreenderemos uma reflexão sobre as discussões feitas anteriormente tentando evidenciar as relações encontradas por nosso autor entre as sociedades de controle e o uso da potência de resistência. Procuraremos lançar, também, questões que abrem caminho para a continuidade dessa pesquisa a partir de uma perspectiva ainda não aprofundada, nem explorada, embora já acenada.

A hipótese epistêmica é a de que as sociedades de controle armam uma bomba informática atualizada na explosão da algoritmização dos modos de vida, produzindo e capturando dados, instaurando uma rostidade específica e por consequência uma atmosfera de necroanonimato que afeta os sujeitos tornados individuais.

Iniciemos, então, nosso itinerário por entre os respiros de uma sociedade na qual o controle se torna asfixiante, na expectativa de vislumbrar, por entre os fôlegos exprimidos, a possibilidade da resistência e da ação.

Capítulo 1 – Pandemia do controle: um diagnóstico asfíxiante.

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas, mas também coisas, plantas, até animais (...) (Gilles Deleuze, 1992).

1.1– Controlar e vigiar: princípios das sociedades de controle.

Como podemos utilizar a tecnologia para agir e transformar o cotidiano sufocante das sociedades de controle? Nossos pulmões, corpos e rostos estão sendo privados do oxigênio e do anonimato. O algoritmo digital aparece como elemento característico das sociedades de controle intersectado às semióticas imanentes, utilizado para induzir e conduzir a ação dos indivíduos tornados dividuais. Com isso, fica retinto que a tecnologia não é neutra, exprime-se favorecendo um grupo, um determinado rosto e desfavorecendo outro, uma determinada rostidade ou imagens de um rosto. Trata-se de uma conformação social na qual algumas marcações sociais se interconectam. Dessa maneira, neste capítulo torna-se necessária uma investigação acerca da tessitura produtora das sociedades de controle e vigilância contemporâneas, partindo dos fios da biotecnologia pensada por Virilio (1999) e passando pelo uso de agenciamentos de vigilância e controle refletidos por Zuboff (2018), entre outros autores, até desencadarmos a materialidade dos dados do *big data* contemporâneo.

Na imanência das sociedades de controle experimentamos uma predição dos comportamentos individuais por meio de “procedimentos biotecnológicos” que resultarão em um controle das fontes da vida. Tecnologia e ciência têm intencionalidade e exprimem visão de mundo. Paul Virilio entretanto, revela tecnologias de controle tais como as estratégias de coleta de material biológico como o DNA dos indivíduos para movimentação de uma economia comportamental possibilitada pela mecosfera cibernética, imanente às sociedades de controle:

Graças a informática e aos progressos da biotecnologia, as ciências da vida estão em condições de ameaçar a espécie; não mais, como antes, pela destruição radioativa do meio ambiente, mas pela inseminação clínica, pelo controle das fontes da vida, da origem do indivíduo (VIRILIO, 1999: 134).

Paul Virilio exprime que a bomba demográfico-genética, interseccionada à bomba informática, revela uma ameaça de extinção às existências mínimas e residuais, que não se adaptam ao controle e vigilância imanente às sociedades de controle atravessadas pela máquina cibernética. Nelas a coleta do material biológico DNA, funciona como estratégia de captura do comportamento individual para potencializar um capitalismo de controle e vigilância, produzindo uma “economia comportamental”.

No Reino Unido, a Google² chancelou a produção de um “kit de teste de DNA pessoal”³ criado pela empresa de engenharia genética *23andme* que prevê, a partir de amostra de saliva, os riscos de desenvolvimento de doenças genéticas ou o surgimento de características indesejadas ao cliente. Nos EUA, a FDA alertou que esta prática pode conduzir os indivíduos a partir de uma predição, ressaltando que a possibilidade de existência de resultados “falsos positivos e negativos” afetaria os pacientes, levando-os a cirurgias desnecessárias ou desdobrando-se em atos de morbidez. Trata-se de um experimento que revela o conceito de economia comportamental que atravessa as sociedades de controle.

Segundo Berzotti trata-se de uma abordagem da economia a partir de experimentos controlados (2018: 161) produzindo uma arquitetura da escolha, na qual a decisão individual é induzida por um instrumento de controle que ao final do processo convence o indivíduo de que fez a escolha mais adequada:

No Qatar, de outra parte, a Hamad Medical Corporation uma companhia de assistência médica, ofereceu exames de diabetes durante o Ramadã, período durante o qual a maioria dos cataris estão jejuando. Como não havia a necessidade de jejuar apenas para se submeter ao exame o jejum já se dava pelo motivo religioso -, a iniciativa surtiu efeito, com o aumento da taxa de pacientes submetidos à avaliação de diabetes (*Ibidem*: 163).

A predição estrutura a economia comportamental e, por um lado, põe em marcha os fluxos monetários das sociedades de controle e vigilância e, do outro, movimenta os desejos individuais, considerando que, segundo Berzotti, “os recursos cognitivos das pessoas são limitados. Enquanto se está a focar nas contas do mês, podem ser que sejam

² Assim como Zuboff (2018) utilizaremos como estratégia metodológica a denominação “a Google” quando se tratar de referência direta a empresa Google e o termo “o Google” que referenciarmos o serviço de busca digital oferecido pela empresa.

³ Folha de S. Paulo, 2014; disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/12/1556441-empresa-bancada-pelo-google-lanca-teste-de-dna-no-reino-unido.shtml?origin=folha> Acesso em 13 fev. 2020.

negligenciadas pequenas questões relacionadas à saúde, ao futuro ou à simples manutenção do próprio lar” (2018: 166). Os comportamentos individuais se dão a partir de linhas duras de endividamento cognitivo e objetivo localizado, em uma temporalidade de aceleração da transmissão de dados.

Assim, as sociedades de controle produzem um nodo orbital no qual “levanta-se um sol artificial, uma iluminação de emergência que inaugura um novo tempo: TEMPO MUNDIAL em que a simultaneidade das ações logo supera seu caráter sucessório” (VIRILIO 1999: 20). Nesse tempo acelerado da temporalidade mundial do controle, emerge uma imagem da dupla pinça da lagosta deleuziana: de um lado, a garra da redução das distâncias dado o protagonismo e dilatação dos meios de transporte de dados e, por consequência, a velocidade de transmissão elementar de informações e produtos. Na outra garra, eclode a televigilância criadora de um mundo telepresente soterrando a sucessão de acontecimentos potentes do tempo desacelerado (*Ibidem*: 20). Dessa maneira, a instantaneidade abole a realidade das distâncias criando o que Virilio denominou de “telecontinentes” atravessados por uma comunicação instantânea:

Uma realidade metageofísica que une estreitamente os telecontinentes, de uma realidade virtual que se apodera do essencial da atividade econômica das nações e, a contrário, desintegra culturas situadas de forma precisa no espaço físico do globo (*Ibidem*: 16-17).

O que acabamos de citar concerne exclusivamente às rugas da biotecnologia da rostidade⁴ nas sociedades de controle capturadas pela instantaneidade e pela condução de condutas individuais e afetivas. Ademais, é preciso dar inteligibilidade às questões demográficas inerentes à conformação social de controle, apreendendo como a organização do espaço das grandes cidades interfere no comportamento dos indivíduos e instaura a economia comportamental.

Assim, as conformações sociais de controle produziram o que Virilio denominou de “METACIDADE MUNDIAL”, na qual o centro escapa pelas periferias e sua circunferência não para de zunir por todos os lados, produzindo um “hipercentro virtual” do qual as “cidades reais” nada mais são do que um apêndice periférico. Desse

⁴ O conceito de rostidade foi criado por Deleuze e Guattari a partir da leitura que os autores empreenderam do romance “o rosto de um outro” de Kobo Abe. A rostidade exprime a maquinaria social imanente a uma dada conformação social, utilizamos esse conceito em relação às sociedades de controle para expressar a mecanosfera inerente a este tipo de sociedade, isto é, o conjunto de agenciamentos que organizam o modo de vida nestas sociedades, aprofundaremos esse pensamento conceitual a partir do Capítulo 3 em seus quatro itens.

modo, é possível manipular material genético de indivíduos na Inglaterra, vender seus dados para empresas na China ou na Alemanha e assim movimentar a economia de capitalismo comportamental e de vigilância.

A cidade virtual situada localmente e que chegava a dar seu nome à política das nações, cede lugar à *cidade virtual*, essa METACIDADE desterritorializada que se tornaria assim a sede dessa metropolítica” (VIRILIO 1999: 18).

A produção das Meta Cidades conflui para a criação daquilo que Virilio denominou como “bomba informática”. O que causou a armação dessa bomba? Quem armou-a foram as Meta Cidades? O que produziu a atividade interna da bomba informática nas sociedades de controle exprime a constituição de um mundo superexposto, sem “zonas de sombra” ou ângulos mortos, para dessa maneira, “fazer da tela do computador a última janela que permitiria menos receber dados que avistar o horizonte da mundialização, o espaço de sua virtualização acelerada...” (*Ibidem*: 22) O computador não aparece apenas como uma máquina que captura informações, mas exprime-se como uma “máquina de visão” da qual os indivíduos habitantes das Meta-Cidades podem utilizar-se para produzir seu autocontrole e exibir sua intimidade a todos em uma “introspecção coletivista” (*Ibidem*: 23) que cria e delineaia desejos que vão resultar na produção de uma economia comportamental alinhada ao controle a partir da captura de dados.

As sociedades de controle ultrapassam a trivial conexão com as redes cibernéticas. Trata-se antes de desembrulhar a realidade maquinalmente produzida: “para dar relevo e espessura ótica à mundialização que se anuncia, é necessário não apenas conectar-se às redes cibernéticas, mas principalmente desdobrar a realidade do mundo” (*Ibidem*: 24). Na imanência do controle é preciso desdobrar a disciplina enclausurante para pensa-la como uma estratégia articulada à soberania e ao controle a céu aberto, com o auxílio da técnica e da tecnologia, instituindo uma atmosfera atravessada pelo “éter eletrônico”.

Neste sentido é importante recordar o argumento do autor segundo o qual a conformação social não se acopla integralmente ao espaço quadriculado da disciplina⁵.

⁵ Michel Foucault no início do Capítulo II de Vigiar e Punir denominado: “Os recursos para o bom adestramento” exprimiou sua analítica do poder disciplinar tendo em vista que para o autor as relações

Ela o extrapolou, reticulou-se em tramas esparsas nas quais todas as faces são vigiadas e controladas em meio aberto através de uma “estranha janela”, teleficação. (VIRILIO 1999: 24). Assim, o indivíduo mais adequado deve ser aquele capaz de produzir autocontrole e identificar-se em totalidade às suas modulações. Como é o caso da exposição em “live cams” destacada por Virilio a partir da experimentação de June Houston:

Para lutar contra os fantasmas que pareciam persegui-la, uma americana de vinte e cinco anos, June Houston, acaba de instalar em sua residência catorze câmeras que controlam permanentemente os lugares estratégicos: sob a cama, no porão, diante da porta, etc.

Como cada uma dessas *live cams* deve transmitir visões num site da WEB, os visitantes que entram nesse site se tornaram assim “vigias de espectros” – *ghost watchers*. (VIRILIO 1999: 61)

Na televigilância de voyeurismo, o enclausuramento quadriculado já não vale nem para a fábrica e nem para o quarto ou porão dos indivíduos. A servidão maquínica⁶ anunciada posteriormente por Deleuze e Guattari aparece prenunciada aqui por Virilio como um componente central e estruturante dos modos contemporâneos de controle. Fato que nos leva cada vez mais para uma estética da vigilância espectral, uma estética do desejo e do “mercado do olhar”⁷, que movimentam as engrenagens da maquinaria da economia comportamental.

sociais constituem-se a partir de relações de poder. Desse modo a “disciplina” resultado do poder disciplinar aparece como forma de poder para controlar e fazer funcionar a sociedade, nela: “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fábrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.” (FOUCAULT 1987:195).

⁶ Trataremos deste conceito no capítulo 2

⁷ Pensado sob outra roupagem por pensadores da geração sucessora, tal como nas formulações de Shoshana Zuboff, que trabalhou com o termo “capitalismo de vigilância”. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>. Acesso em 16/08/2019.

Trata-se de um mercado do visível, no qual vigilância e tecnologia encontram-se imbricadas em uma multiplicidade de pontos de observação que dispensam o espaço quadriculado do enclausuramento. Neste mercado, “aquele que vir tudo, ou quase, não terá mais nada a temer de seus concorrentes imediatos” (VIRILIO 1999: 64). O controle cibernético pode ser menos doloroso que a disciplina e exerce afecções de poder a partir de estratégias de controle que aparecem como práticas humanitárias, mas que se desdobram igualmente na captura e controle das subjetividades dos indivíduos (*Ibidem*: 68).

Não se acaba de autorizar, na França, a colocação de um *bracelete eletrônico* em detentos em fim de pena, um TRANSPONDER que permite localizá-los a qualquer momento, evitando assim encher ainda mais as prisões já superpovoadas? (*Ibidem*: 68)

Há, dessa maneira, uma estratégia de controle com aparência de ato empático ao drama daqueles que sofrem enclausurados na prisão superlotada e agora na conformação social de controle, a partir da inserção em seus corpos de um bracelete que garante controle e vigilância sobre si. Escavando-se o argumento humanitário, localizamos uma expansão do mercado do olhar amplamente promovido pelas empresas que fabricam coleiras, braceletes, *smartphones* e telas de vigilância somados a outros dispositivos, dando origem a emergência do que Zuboff (2018) chamou de *Big Other* personagem conceitual protagonista do capitalismo de vigilância.

1.2 – Capitalismo de vigilância, um rolê nas sociedades de controle.

Se pudéssemos pensar as sociedades de controle como uma roda de capoeira, conceberíamos o que Zuboff (2018) denominou como “capitalismo de vigilância” tal qual um movimento de rolê⁸. Um gingado interno às sociedades de controle que imprime avanços e recuos em sua imanência na espreita da melhor ocasião para desferir seus golpes. Parece-se com um agenciamento sociotécnico capaz de mover a economia comportamental inerente ao poder de controle. Qual o funcionamento interno do capitalismo de vigilância? Como ele articula grandes bancos de dados (*big data*) para manutenção do exercício do controle sobre os indivíduos? E, por consequência, como se instaura a personagem do *Big Other*?

Zuboff concebe uma definição, do conceito de capitalismo de vigilância enquanto “uma nova lógica de acumulação” intencional, maquínica, que atua na subjetivação. E criando uma economia dos comportamentos movida pela predição e pelo controle dos comportamentos (ZUBOFF 2018: 18) estruturada em dois platôs: o *big data* e a “indiferença formal”. Resta-nos interrogar o que é? Como definir o *Big Other* nas conformações sociais de controle? Que sentido dar a esse personagem conceitual? Qual a sua natureza? Como é construído, pensado, operado o *big data* e, por consequência, como ele afeta a produção do *Big Other*? Na interioridade das sociedades de controle que condições tornam possíveis a emergência de uma “indiferença formal” das corporações que instauram o controle e vigilância em relação aos indivíduos?

Deleuze e Guattari argumentam que a criação de conceitos não se restringe há um único problema. Esses autores exprimem que “um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes” (DELEUZE e GUATTARI 2010: 26). Os conceitos são criados para solucionar problemas e abordaremos o conceito de “capitalismo de vigilância” apreendendo-o na complexidade de sua formulação, tomando como ponto de partida o personagem conceitual das sociedades de controle, o *Big Other*.

Os personagens conceituais são imanentes e atemporais, eles aparecem em determinado filósofo no pensamento clássico, reaparecem em outro filósofo

⁸ AURÉLIO, Marco. “Movimentos da capoeira”: o rolê é um movimento da capoeira que exprime “a troca constante de base. É uma característica da capoeira que consiste na movimentação constante de braços e pernas executados pelo capoeirista, em movimentos de vai e vem, avanços e recuos, iludindo o adversário e buscando a melhor oportunidade para desferir seus golpes”. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/esportes/movimentos-da-capoeira>. Acesso em 24 maio 2020.

contemporâneo em outra ambiência, respirando outra atmosfera, criando outros agenciamentos. Os personagens conceituais nunca cessam de existir, envolvem a essência necessária do conceito; dito de outra maneira, o mesmo personagem conceitual acontece ininterruptamente, ele atravessa a história do pensamento, mas, ao reaparecer ele muda sua singularidade. Que sentido dar ao termo singularidade? Singularidade é relativa sempre a uma multiplicidade, a singularidade na filosofia de Deleuze e Guattari é concebida nessa relação de multiplicidade, isto é, é dada na multiplicidade, envolve uma interpenetração de múltiplas singularidades que causam afecções intensivas entre si (DELEUZE e GUATTARI 2010: 75).

Na filosofia de Deleuze e Guattari, o filósofo é apenas um “invólucro” do personagem conceitual, os personagens conceituais funcionam como os heterônimos de um poeta e não como pseudônimos. Eles têm uma centralidade inarredável na filosofia imanente destes pensadores, não sendo apenas um ser encarnado abstratamente, muito menos uma alegoria. Ele é potente, é o devir de um pensamento conceitual, exprime a potência do conceito.

Deleuze e Guattari argumentam que o personagem conceitual pode aparecer de duas formas: ensimesmado, isto é, em si, ou em outro, ou ainda, por outro. Dessa maneira, o personagem conceitual é peça importante na engrenagem filosófica dos autores e quando se encontra nas notas de subsolo do pensamento, nosso intelecto necessita desentranhá-lo, reconstituí-lo para em seguida inteligi-lo. Dessa forma, o personagem conceitual é necessário ao processo de criação do conceito, diferente do personagem de diálogo filosófico. Guattari e Deleuze exprimem essa disjunção entre personagem conceitual e personagem de diálogo da seguinte maneira:

O personagem de diálogo expõe conceitos: no caso mais simples, um entre eles, simpático, é o representante do autor, enquanto que os outros, mais ou menos antipáticos, remetem a outras filosofias, das quais expõem os conceitos, de maneira a prepará-los para as críticas ou as modificações que o autor lhes impor. Os personagens conceituais, em contrapartida, operam os movimentos que descrevem o plano de imanência do autor, e intervêm na própria criação de seus conceitos (DELEUZE e GUATTARI 2010: 78).

O personagem de diálogo é um modo pelo qual o filósofo exprime seu pensamento conceitual, pondo na boca de um personagem empírico suas formulações conceituais. O personagem conceitual não está nesse registro do empírico, ele habita um lugar ontológico. O personagem conceitual é uma atividade interna do pensamento e

tem uma existência necessária no interior do plano de imanência criado pelo filósofo. O tecido dos escritos filosóficos não é fiado essencializando algo; ele é costurado a partir da ponta da agulha de um personagem conceitual.

Acreditamos que neste ponto podemos retomar a questão sobre como Zuboff costura sua argumentação acerca das sociedades de controle? Como a autora dá vida ao *Big Other*, espécie de personagem conceitual protagonista do seu conceito de capitalismo de vigilância? Temos em vista que na concepção de filosofia deleuzo-guattariana o conceito é vivo e combatente na interioridade de uma problemática. Como Zuboff desenha o rosto e o corpo de seu personagem conceitual traçando-lhe um semblante retinto?

Longe da imagem de autonomia o *Big Other* é pensado como um agenciamento operando por conformidades e aniquilando liberdades conquistadas no estado de direito. Ele efetua uma descentralização do poder de controle anulando o lugar do fora. Nesse tipo de agenciamento não há lugar onde o “Outro” também não esteja (ZUBOFF 2018: 43-44), visto que as sociedades de controle produzem, mineram e registram dados que controlam a experiência cotidiana dos indivíduos, alcançando certa totalidade de sua existência:

Essa nova arquitetura configura-se como um ubíquo regime institucional em rede que registra, modifica e mercantiliza a experiência cotidiana, desde o uso de um eletrodoméstico até seus próprios corpos, da comunicação ao pensamento, tudo com vista a estabelecer novos caminhos para a monetização e o lucro. O Big Other é o poder soberano(...) (*Ibidem*: 43-44).

A partir desse agenciamento não é possível reduzir o poder a um controle e comando totalitário e centralizado, desbancando o panóptico benthamiano⁹ (ZUBOFF 2018: 44). O *Big Other* em contraposição caracteriza-se pela ubiquidade e não comporta o lugar do fora.

Os *habitat* dentro e fora do corpo humano estão saturados de dados e produzem oportunidades radicalmente distribuídas para observação, interpretação, comunicação, influência, predição e, em última instância, modificação da totalidade da ação (*Ibidem*: 44).

⁹ Tido como um projeto físico que vigiava a partir de um único ponto de observação e exigia a antecipação de comportamentos específicos em uma lógica de conformação que só era válida enquanto o indivíduo estivesse na interioridade do panóptico disciplinar, desse modo, quando deixava o lugar físico poderia abandonar também o comportamento disciplinar em sua especificidade.

O *Big Other* invade a totalidade da vida privada dos indivíduos e conduz as suas ações operando “meios de modificação comportamental” (ZUBOFF 2018: 44), inviabilizando linhas de fuga e sendo atravessado por uma automaticidade outra, numa sistematização estímulo-resposta. O poder nas sociedades de controle é identificado com a propriedade dos meios de “modificação comportamental” e não apenas dos meios de produção. Nas palavras de Zuboff, o *Big Other* é “interoperacional, transformador de comportamento, criador de mercados e tem direitos de propriedade” (*Ibidem*: 56). Desponta como protagonista da economia comportamental inerente às sociedades de controle.

Seu uso pressupõe, em primeiro lugar, o domínio invisível das existências mínimas dos indivíduos. O *Big Other* exprime a mão invisível do controle invadindo a privacidade dos sujeitos articulando um regime de recompensas e punições, “as pessoas concordam com a “invasão de privacidade” representada pelo *Big Other*, se elas “receberem algo que querem em troca [...] uma hipoteca, um conselho médico(...)” (ZUBOFF 2018: 44). Como personagem conceitual principal da conformação social de controle o *Big Other* põe em cena uma redistribuição da privacidade, tendo em vista a argumentação de Zuboff, para quem os capitalistas de vigilância suprimem a privacidade dos indivíduos, mas conservam a sua privacidade, a privacidade do grande outro, controlando e vigiando para o lucro (*Ibidem*: 47-48).

O *Big Other* imanente às sociedades de controle impõe um regime de conformidade sustentado por recompensas e punições, legitimado por uma redistribuição unidimensional de direitos. O consentimento ao controle é efeito das respostas às necessidades e aos desejos dos indivíduos. Dessa maneira, o poder de controle exprime um “pacto faustiano” (*Ibidem*: 49-50) ilegítimo que suprime privacidades de um lado, garantindo a privacidade do lucro do outro.

O usuário típico tem pouco ou nenhum conhecimento sobre as operações comerciais da Google, sobre a ampla gama de dados pessoais com que contribui para os servidores da Google ou sobre a retenção desses dados, ou ainda, como eles são instrumentalizados e monetizados. (*Ibidem*: 50)

Exprime-se uma assimetria de conhecimento legitimada pelos usuários que consideram o *Big Other* essencial para uma “participação social básica” (*Ibidem*: 50) e assertivas para as necessidades básicas dos indivíduos.

As ferramentas oferecidas pela Google e outras empresas capitalistas de vigilância respondem às necessidades dos indivíduos (...) e assim

como o fruto proibido, uma vez que são experimentadas, torna-se impossível viver sem elas. Quando o Facebook ficou fora do ar em cidades dos Estados Unidos durante algumas horas no verão de 2014, muitos estadunidenses chamaram seus serviços de emergências locais no 911 (*Ibidem*: 50-51).

O *Big Other*, com efeito, não estabelece reciprocidade com os indivíduos, não há relação recíproca entre “produtores e consumidores”. Instaura-se uma “indiferença formal” interessando apenas às empresas do capitalismo de vigilância que dão materialidade ao *Big Other* a captura de ações que o “usuário” executa. Estas são tomadas como “sinais” e serão analisadas para sustentar o *feedback* dos sistemas de controle e de vigilância. “Outra maneira de dizer isso é que a Google é ‘formalmente indiferente’ ao que os usuários dizem ou fazem, contanto que digam e o façam de forma que o Google possa capturar e converter em dados” (ZUBOFF 2018: 50-51).

A indiferença formal é que vai dar sustentação ao processo de extração de dados, essencial à alimentação do *Big Other* e sustenta a lógica de acumulação das sociedades de controle e vigilância. Além de revelar a interseccionalidade entre Estado e empresas no controle e vigilância dos indivíduos, pois, sem a participação e o consentimento estatal essa indiferença formal das grandes corporações de controle seria insustentável.

Uma dimensão óbvia é a imbricação das autoridades públicas e privadas no projeto de vigilância. Desde Edward Snowden, aprendemos sobre a confusão de fronteiras do público e do privado em atividades de vigilância, incluindo colaborações e interdependências construtivas entre as autoridades de segurança do Estado e empresas de alta tecnologia (ZUBOFF 2018: 50-51).

De acordo com Snowden (2019), a vigilância digital exprime uma estratégia de proteção dos Estados Unidos que mantém toda uma rede de vigilância e controle dos indivíduos com a colaboração da Google em uma articulação público-privada que em simultaneidade garante e protege a indiferença formal das empresas em relação aos indivíduos e possibilita a captura e o controle de dados.

Poucos sabem disso, mas a CIA tem sua própria internet e Web. Ela tem seu próprio tipo de Facebook, que permite que os agentes interajam socialmente; seu próprio tipo de Wikipédia, que fornece aos agentes informações sobre equipes de agências, projetos e missões; e sua versão interna do Google – na verdade, fornecida pelo Google –, que permite que os agentes pesquisem essa ampla rede de classificados (SNOWDEN 2019: 118).

É dessa colaboração interna entre Estado e grandes corporações de controle que resulta a relação de indiferença formal na relação do *Big Other* com os indivíduos. Objetiva-se a extração de dados que possam ser minerados, analisados e comercializados e/ou utilizados por terceiros para através de regimes de predição, induzir o desejo e as escolhas dos indivíduos. Se o *Big Other* aparece como personagem conceitual protagonista nas sociedades de controle, outro personagem de diálogo, empírico e coadjuvante entra em cena no palco estatal, trata-se do “TISO” (Agentes Técnicos em Segurança da Informação), porta-vozes de elite da CIA responsável por administrar a estrutura técnica do controle e vigilância da agência estadunidense. Os TISO’s constroem e destroem material confidencial atuando em embaixadas, que passam a funcionar como plataformas de controle, vigilância e espionagem. (SNOWDEN 2019: 118) Os TISO’s, mesmo destituídos da ubiquidade do *Big Other*, são capazes de exprimirem uma relação de indiferença formal com os agentes sociais com os quais interagem, tendo em vista que atuam como “agentes disfarçados”.

O TISO é sempre o último a sair. Seu trabalho é mandar a mensagem final – “Fora do ar”- para o quartel-general depois de haverem triturado, queimado, limpado, desmagnetizado e desintegrado qualquer coisa que tenha impressões digitais da CIA, desde documentos operacionais guardados em cofres até discos com material cifrado, para garantir que não sobre nada de valor para um inimigo apreender (*Ibidem*: 123).

Esse ato de eliminar, extinguir algo de valor que outrem não possa apreender, revela o aspecto de indiferença formal que marca a relação dos TISO’s da CIA com seus interlocutores. Tais interlocutores agem investidos de sua identidade expondo elementos de sua privacidade ao passo que os TISO’s, ao atuarem disfarçados, preservam sua privacidade exprimindo um agir a partir da condição de indiferença formal. Ambos, tanto o personagem conceitual (ubiquidade do *Big Other*), quanto o personagem de diálogo empírico (TISO), agem com o objetivo da captura e coleta de dados, levando-nos a interrogar como são produzidos e extraídos os dados, minerados e manipulados.

1.3 – Entropia dos dados na imanência das sociedades de controle.

Como definir um dado? Qual a natureza, a realidade interna de um dado? Colocar essas questões é essencial num processo investigativo e conceitual das sociedades de controle, tendo em vista que o dado estrutura a criação de subjetividades e desejos. O dado é uma condição necessária às sociedades de controle e vigilância; sem ele o controle derreteria feito um *chipset* em conexão inadequada.

Segundo a autora um dado não exprime uma tecnologia específica sobre a qual o gênero humano não pode interferir, muito menos um efeito tecnológico causado por essa mesma tecnologia excêntrica ao domínio humano. O dado tem uma essência humana e social, uma produção humana imanente a uma conformação social. Nas sociedades de controle e vigilância atravessadas pela máquina cibernética¹⁰ os dados devem ser apreendidos em fluxos e nunca isolados, fluxos esses denominados *big data*.

Os *big datas* denominam o conjunto de dados produzidos, capturados, minerados e transformados em lucro pelas empresas constituintes do “capitalismo de vigilância”. Segundo Zuboff (2018), o *big data* exprime um agenciamento social e não uma tecnologia específica ou um efeito desta (ZUBOFF 2018: 18).

O *big data* anuncia a “transformação da sociedade e da economia contemporâneas [...] uma mudança muito mais abrangente que faz dos dados que são produzidos na cotidianidade um componente intrínseco à vida institucional e organizacional [...] e também um alvo prioritário para estratégias de comercialização [...]”. Essas mudanças se relacionam ao “embaralhamento das divisões sociais e institucionais de longa data [...] da própria natureza das firmas e organizações e de suas relações com indivíduos enquanto usuários, clientes e cidadãos. Esses desafios também “remodelam a administração [*management*] [...] como um campo e prática social em um novo contexto, cujos contornos ainda permanecem obscuros [...]” (*Ibidem*: 19).

Na concepção de Zuboff os *big datas* exprimem o novo na conformação social de controle e vigilância e necessitam de uma apreensão a partir de sua lógica interna. O *big data* insere uma nova lógica de acumulação ao operar pela extração e análise de dados que posteriormente são comercializados, sem que o indivíduo produtor tenha ciência.

¹⁰ Segundo Deleuze e Guattari, o *socius*, ou seja a conformação social imanente a um determinado período histórico exprime uma “máquina social” que libera fluxos de desejos inscrevendo-os no seu limite, lançando-os em uma “produção desejanter” específica. “A máquina social, tem os homens como peças (ainda que os consideremos *com* suas máquinas) e os integra, interioriza-os num modelo institucional que abrange todos os níveis da ação, da transmissão e da motricidade. E ela também forma uma memória sem a qual não haveria sinergia entre o homem e suas máquinas (técnicas).” Deleuze em seu *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle revelará a maquinaria imanente e esse modo de conformação social, trata-se da máquina cibernética conforme refletiremos no Capítulo 2. Dessa maneira, podemos indagar os dados dentro do pensamento conceitual deleuziano aparecem como uma forma de memória do controle? (DELEUZE e GUATTARI 2011 b: 187-188)

“Pobres pessoas, doces e inocentes; elas são vítimas, observadas pelo governo, observadas pelas próprias telas que adoram” (*Ibidem*: 26).

Os dispositivos eletrônicos, celulares, computadores, tablets operam como “recenseadores” que levamos em nossas mochilas, automóveis e bolsos e controlam nossos fluxos deslocação. Expressam “um ouvido que tudo ouve, um olho que tudo vê e nunca dorme” (SNOWDEN 2019: 161). São recenseadores sempre prontos a capturar e controlar dados produzidos pelos indivíduos condição que nos leva a indagar a materialidade desses dados articulados nos *big datas*. Que condições tornam possível a materialidade dos dados? Em que medida se pode exprimir a materialidade dos dados? Como fundamentar de forma argumentativa a materialidade dos dados?

1.4 – Controle e materialidade dos dados.

Entre as imagens, textos e plataformas vistas na tela e o que se passa na materialidade, opera o digital no corpo (Zuboff 2018). Os dados não são etéreos, incidem sobre a carne e os ossos de corpos concretos em sua experimentação social. Exprimem-se a partir da algoritmização da vida e na materialidade da máquina cibernética de controle. Usuários, servidores, provedores, cabos, roteadores e endereços

de IP são elementos que podem ser capturados em sua materialidade. (CUKIERMAN 2010: 173)

Estamos diante da mecosfera do controle não apenas por que as principais estratégias envolvem a internet, mas porque a especificidade do controle passa pelo ciberespaço rizomático. Trata-se de uma mecosfera expressa em fluxos de intensidades e diferenças: ora etérea-digital, ora imanente-corporal constituindo corpos com especificidade própria. “Tais corpos são melhores descritos como constituídos por fluxos de informação, segundo propostas da velha cibernética, ou como ciborgues, segundo a proposta mais contemporânea de Donna Haraway, a saber, criaturas(...) reais e ficcionais.” (*Ibidem*: 173). Surgem como afecções dessa mecosfera agenciamentos capazes de ler esse corpo produzido que tendem a configurar o corpo humano como algo atravessado por agenciamentos biométricos. Estes capturam dados de impressões digitais, de identificação facial e de decodificação do DNA.

Há uma concepção em relação ao uso de dados segundo a qual esses não utilizariam recursos naturais, exprimem-se no universo digital e garantem a preservação ambiental. Amadeu e Lemos (2020) reposicionam a questão e refletem o processo de “datificação” inerente às sociedades de controle, considerando que a experiência hodierna não passa pela digitalização, mas pela datificação. As estruturas hiperlincadas intersectadas às estruturas de plataformas físicas: “datacenters”, infraestruturas de conexões, etc.¹¹ Amadeu e Lemos (2020) refletem sobre a materialidade dos dados exprimindo que “a nuvem não está na nuvem”; a nuvem digital que hospeda a produção dos dados pressupõe a estrutura de *datas centers* consumindo grande quantidade de “água, petróleo e carvão”. A materialidade concreta do dado exprime a materialidade da extração de grandezas da natureza como “minerais”, “dejetos” e “ações humanas” (*Ibidem*: 2020).

O dado digital não preserva o meio-ambiente ao passo que sua materialidade exige a extração de recursos naturais; os *data centers* consomem energia elétrica em quantidades exageradas. Uma pesquisa realizada na Universidade Federal da Bahia

¹¹ Segundo os autores, a partir da pandemia de coronavírus ficou patente a vigilância e o controle que envolvem a estrutura física desta conformação social, diante de uma “quarentena” compulsória houve um travamento na experiência do uso real das cidades, lançando os indivíduos em uma espiral do uso de dados. Cf. AMADEU, Sérgio e LEMOS, André. **As transformações do digital e a política das coisas**. 2020. (43m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=byJWWCtBazg> Acesso em: 25 mai. 2020.

investigou o consumo de carbono na produção de notícias falsas e concluiu, ao analisar 500 vídeos do YouTube com determinadas *hashtags*, que 80% dos mesmos eram *fake news*. Demonstrou-se que a produção desse tipo de noticiário usou uma quantidade de extração de óleo e carbono em equivalência ao óleo que poluiu a região Nordeste (*Ibidem*: 2020) degradando a vida e o meio ambiente.¹²

O tema da produção de *fake news* exprime uma questão central da “datificação do mundo”, pois atinge a preservação ambiental e a dimensão política ao produzir uma “ação privada e não republicana” (*Ibidem*: 2020). Tendo um duplo efeito de vazamento nocivo afetando a esfera política e de preservação ambiental ao poluir o meio ambiente com a dispersão de CO₂ na atmosfera causando danos proporcionais às tragédias ambientais efetivas.

O reconhecimento da materialidade dos dados permite a compreensão de que os dados digitais não se reduzem a algo abstrato. Antes, exprimem as mudanças sofridas pela máquina cibernética na passagem do século XX para o século XXI. Envolvendo toda a complexidade de sua produção, distribuição e veracidade pondo no cenário o debate acerca da produção de *fake news*.

Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018) contribuem para uma elaboração reflexiva acerca da produção de *fake news* nas sociedades de controle ao pensarem a

¹² G1, Globo.Com, 2019; “Danos do óleo no litoral do Nordeste vão durar décadas, dizem oceanógrafos.” A mancha de óleo que atingiu boa parte do litoral brasileiro desde 30 de agosto de 2019 segundo a oceanógrafa Mariana Thevenin, articuladora do grupo de voluntários “Guardiões do Litoral”, de Salvador que atuou na limpeza de praias e manguezais desde que a contaminação chegou à costa da Bahia trará danos e efeitos a longo prazo. “Em um cenário ideal, aponta Thevenin, o derivado de petróleo deveria ter sido barrado antes de chegar à areia e entrar pelos rios. Entretanto, se o óleo já chegou à costa, a limpeza deve ser feita na maior velocidade possível, na tentativa de evitar que ele volte para o mar com o movimento das marés ou que as substâncias tóxicas ali contidas se entranhem nos variados sedimentos costeiros. Ainda assim, não se pode criar ilusões. Mesmo quando, para os olhos, parece limpo, o risco pode seguir oculto por muitos anos. “Essas substâncias contaminam todos os organismos do ambiente e isso facilmente cai na cadeia alimentar. Um pequeno peixe, por exemplo, pode comer algo que esteja contaminado. Isso entra na cadeia até chegar no peixe que consumimos”, alerta Thevenin, criadora do perfil Oceano para Leigos, no Instagram. Nos nove Estados do Nordeste, já são 200 localidades atingidas pelo óleo, de acordo com a atualização feita no sábado (19) pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Oceanógrafos, químicos e autoridades estaduais ouvidos pela BBC News Brasil avaliaram o impacto da movimentação da mancha pela costa do Nordeste, após a chegada à Baía de Todos os Santos, em Salvador. Até chegar ali, o óleo já havia deixado um rastro tóxico por milhares de quilômetros e atingido os mangues e corais dessa região em uma etapa mais avançada de degradação — um tipo de contaminação que é mais difícil de ser limpa e que permanecerá durante anos no meio ambiente, segundo os especialistas.” Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/21/danos-do-oleo-no-litoral-do-nordeste-va-0-durar-decadas-dizem-oceanografos.ghtml> Acesso em 13 ago. 2020.

produção de dados nesta conformação social sob uma perspectiva algorítmica. Para os autores, na conformação social de controle, emerge a condição da “teleobjetividade”, isto é, um regime de produção da verdade digital que opera uma modalização da realidade socialmente produzida. Trata-se de um modo de vida em sociedade no qual a produção de *big datas* cria as condições necessárias para a produção de notícias falsas inerentes à verdade digital (Rouvroy e Berns 2018: 107).

O que são os *big datas*? Como defini-los a partir da lógica argumentativa de Rouvroy e Berns? Para os autores, os *big datas* exprimem a produção de uma quantidade massiva de dados que serão coletados, tratados e manipulados para a forja de condutas e comportamentos dos indivíduos na interioridade das sociedades de controle dessa maneira, a produção das *fake news* aparece como uma das estratégias e forma de ação sobre as condutas e comportamentos individuais.

A partir do texto dos autores arriscaremos uma interpretação e não um comentário acerca da produção de *fake news* na tessitura das sociedades de controle e seus reais efeitos, dando inteligibilidade a nossa argumentação. Assim, inferimos silogisticamente que os *big datas* alimentam os algoritmos para a produção de uma verdade digital, fundamentada na informação e desinteressada da verificabilidade científica, como veremos a seguir na argumentação dos autores, contudo, os dados e a sua produção ganham centralidade na elaboração e uso de notícias falsas.

A produção e o uso dos dados nas sociedades de controle afetam as relações sociais e interpessoais tornando-as “substantificadas” e produtoras de uma “extração do devir” (2018: 110) dessa maneira, os indivíduos transformam-se em individuais, isto é, são performados através de um perfil, inserido em um “real digital” que o agenciamento algorítmico “não cessa de sufocar”. Para que esse agenciamento seja acionado e entre em funcionamento o dado é essencial. Mas, o que vem a ser um dado na construção argumentativa dos autores? O dado para Rouvroy e Berns exprime um sinal destituído de significação própria (*Ibidem*: 112).

Para aprofundar a definição de um dado nas sociedades de controle, como recurso metodológico, adotamos a compreensão do papel desempenhado por eles a partir de três movimentos argumentativos, expressos pelos autores para então, estabelecermos sua relação com o agenciamento algorítmico inerente a esta

conformação social e por consequência, com a produção de *fake news* em sua interioridade.

No primeiro movimento Rouvroy e Berns exprimem que a coleta e a conservação dos dados produzidos em quantidade massiva, oriundos de uma multiplicidade de fontes, são coletados a nível governamental, empresarial e científico. Entretanto, há uma afirmação da diferença na coleta, conservação e análise destes dados: governos coletam dados com o intuito de controle e segurança dos indivíduos além do desejo de gestão e otimização de despesas. Empresas capturam dados objetivando potencializar sua eficácia comercial e por consequência a ampliação de seus lucros. Por fim, a ciência coleta dados para a aquisição de conhecimentos e aperfeiçoamento interno. (2018: 111). O que chama a atenção no argumento dos autores é que, no âmbito dos indivíduos tornados individuais e meros perfis digitais, os dados produzidos por eles e extraídos sem seu consentimento podem permanecer-lhes desconhecidos e inacessíveis (*Ibidem*: 112). Dessa maneira, a captura dos dados tanto por empresas como pelo Estado exprime a captura de afetos individuais para a potencialização da venda de produtos e discursos¹³ em um polo. E o controle racista e criminalizante no outro.¹⁴O que vale nesse processo é a objetividade e a “evitação de subjetividade” (*Ibidem*: 112-113). Isto é, busca-se a condução dos afetos e lutas

¹³ Catraca Livre, 2020; Como o caso de Thammy Miranda que repercutiu amplamente no circuito midiático da sociedade de controle para alavancar e potencializar as vendas e o lucro da empresa Natura, entretanto, produziu uma discursividade contrahetronormativa. “Até o momento, nem Thammy, nem a Natura, vieram a público esclarecer que a campanha não é exatamente como todos acreditaram ser, após o post do influenciador digital revelando a parceria com a marca de cosméticos. O que pode ser positivo, visto os rumos que tomou o fato. O filho de Gretchen sofreu incontáveis ataques transfóbicos após a publicação. O caso repercutiu, a Natura saiu em defesa do influenciador, assim como sua mãe e diversos artistas. O comercial de TV da Natura já está no ar, sem Thammy, mas nada impede que até o Dia dos Pais, um novo seja feito tendo um homem transsexual protagonista. Até o momento, a polêmica gerada em torno de algo que não é exatamente como se pensava, mostrou que o discurso de ódio persiste e que a defesa da liberdade e equidade entre as pessoas, independente de suas orientações sexuais e de gênero, podem sair vitoriosa.” Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/thammy-miranda-nao-foi-contratado-para-estrelar-comercial-da-natura/> Acesso em 31 jul. 2020.

¹⁴ A Ponte Jornalismo, 2020. Dona de bar detalha violência e medo de sofrer represálias: “infelizmente, não vejo mais a farda com bons olhos”: “A dona de um bar em Parelheiros, na zona sul da cidade de São Paulo, teve a perna quebrada e o pescoço pisado por um policial militar. A abordagem violenta aconteceu no dia 30 de maio, conforme revelado pelo Fantástico, da TV Globo. Passado um mês e meio, a mulher, que é negra, ainda sente medo. Na tarde desta segunda-feira (13/7), ela conversou com a Ponte sob a condição de anonimato por questões de segurança. A vítima conta que no dia das agressões, ela nem sequer foi abordada pelos policiais. O que aconteceu, detalha, foi que um policial estava dando golpes em um cliente e ela tentou intervir.” Disponível em: <https://ponte.org/pm-pisa-em-pescoco-de-mulher-durante-abordagem-quase-cheguei-a-morte/> . Acesso em 01 ago. 2020.

políticas do outro de forma objetiva para a manutenção e o domínio do controle de suas subjetividades.

O segundo movimento argumentativo apresentado pelos autores exprime o tratamento automatizado dos *big datas* estabelecendo correlações sutis com os dados, criando uma produção de doxografia a partir de informações heterogêneas. Ou seja, o saber é produzido de forma automatizada, requerendo interferência humana mínima, dispensando a verificação previa de hipóteses, quer dizer, coloca em xeque a verificabilidade científica, viabilizando a criação de notícias falsas estabelecendo uma conflitualidade entre o *éthos* científico e político e as *fake news* marcando a existência de dois mundos: o mundo da informação vs. o mundo do conhecimento (2018: 112-113).

No terceiro movimento argumentativo trata-se, pois, de oferecer inteligibilidade ao uso de saberes probabilistas e estatísticos para a antecipação de comportamentos individuais associados aos perfis individuais neste ponto da argumentação os autores contrapõem a condição de “cegueira dos algoritmos” vs a “avaliação humana” (*Ibidem*: 115). Antagonismo criador das condições para a produção de *fake news* tendo em vista que as sociedades de controle estão estruturadas a partir de uma máquina cibernética conectada à multiplicidade de redes inerentes a mecosfera do controle, desse modo, a produção de algoritmos que alimentem as máquinas desejantes inerentes à máquina cibernética têm potência para controlar os desejos, condutas e subjetividades dos indivíduos, fazendo-os desejar o consumo de notícias falsas.

Assim, vai ficando patente que o *background* filosófico acerca da produção de *fake news* localiza-se no problema da verdade e sua relação com a política. Hannah Arendt ao refletir sobre essa questão concebeu que verdade e política encontram-se em “más relações” (Arendt 2020: 1)¹⁵. Dessa maneira, é possível dirigir duas questões a essa problemática: a primeira; a verdade é impotente por natureza? Segunda: o poder é essencialmente enganador? Assim, o que está orbitando o problema colocado, é a

¹⁵ Hannah Arendt publicou o artigo “Verdade e Política” na revista New Yorker em fevereiro de 1967, em decorrência das mentiras e acusações proparadas após a publicação de sua obra “Eichmman em Jerusalém”. Segundo Silvio Genesini a filósofa na década de 1960 do século XX já se deparava com o problema da “verdade factual” no qual podemos localizar ecos acerca da questão das fake news e pós verdade. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146577> Acesso em 03 de ago. 2020.

legitimidade da verdade e a produção da mentira. Arendt aprofunda a questão colocando as seguintes indagações:

E que espécie de realidade possui a verdade se não tem poder no domínio público, o qual, mais do que qualquer outra esfera da vida humana, garante a realidade da existência aos homens que nascem e morrem - quer dizer, seres que sabem que surgiram do não-ser e que voltarão para aí depois de um breve momento? Finalmente, a verdade impotente não será tão desprezível como o poder despreocupado com a verdade? (*Ibidem*: 2).

Na ação política de acordo com Arendt a mentira é utilizada como um recurso de intensidade violenta baixa, adquirindo um caráter por muitas vezes “inofensivo”, entretanto, acrescenta, o ato de perseverar na existência e estender a duração do mundo humano passa pela necessidade de se enunciar a verdade. “Nenhuma permanência, nenhuma persistência no ser pode sequer ser imaginadas sem homens querendo testemunhar aquilo que é e lhes parece ser porque é” (*Ibidem*: 3-4). Há uma defesa dos enunciados de verdade pela filósofa, subjacente no conflito entre verdade e política, entretanto, sem ceder à “predicação moral” do mundo humano. Todavia, no decurso da história dizer a verdade no combate a ilusão e a falsidade colocou a vida em risco, mas que tipo de verdade é essa que está em jogo no conflito entre verdade e política?

Ainda que as verdades politicamente mais importantes sejam verdades de facto, o conflito entre a verdade e a política foi descoberto e articulado pela primeira vez relativamente à verdade racional (*Ibidem*: 6).

Segundo Arendt, no mundo contemporâneo (topos das sociedades de controle) a verdade racional é tratada com hostilidade quando se opõe ao “lucro” e ao “prazer” de um coletivo ou indivíduo. Desse modo, o público corrobora a ausência da discussão quando tais interesses sobressaem, ainda que tenha ciência da verdade impede que ela seja discutida para garantir os interesses do grupo ou indivíduo afetado em sua relação de prazer e lucro com a realidade partilhada do mundo humano. Assim, para tornar a verdade suportável e não passa-la pelo crivo da discussão ela é transformada em opinião, isto é, utiliza-se o artifício da transformação da verdade em opinião. (Arendt 2020: 9-10)

A verdade está sempre implicada em acontecimentos e circunstâncias envolvendo uma multiplicidade, Arendt reforça essa tese ao exprimir que a verdade

efetiva, “é sempre relativa a várias pessoas” (Arendt 2020: 11). Ainda que seja privada a verdade só pode existir se for enunciada, ademais, afirma uma natureza política. Entretanto, a filósofa estabelece uma oposição entre a “verdade racional” e a “verdade de fato”, contudo as duas têm como traço comum a oposição à opinião, dessa maneira, no pensamento filosófico arendtiano, verdade distingue-se da opinião, ou seja, o estatuto da verdade não se reduz à doxa.

Nenhuma opinião é evidente ou se impõe por si. Em matéria de opinião, mas não em matéria de verdade, o nosso pensamento é verdadeiramente discursivo, correndo por assim dizer, de um lugar para o outro, de uma parte do mundo para outra, passando por todas as espécies de pontos de vista antagônicos, até que finalmente se eleva das suas particularidades até a uma generalidade imparcial. Comparada a este processo, no qual uma questão particular é trazida com esforço ao dia claro, para poder mostrar-se sob todos os seus aspectos e em todas as perspectivas possíveis até estar inundada de luz e se tornar transparente para a plena luz da compreensão humana, a afirmação de uma verdade possui uma singular opacidade. A verdade racional ilumina o entendimento humano, e a verdade de facto deve servir de matéria às opiniões, mas estas verdades, ainda que não sejam nunca obscuras, não são transparentes por isso, e está na sua própria natureza recusar--se a uma elucidação ulterior, como é da natureza da luz recusar-se a ser iluminada (*Ibidem*: 14).

Genesini (2018), leitor de Arendt concebe a produção da verdade na imanência das sociedades de controle como um problema que apresenta uma dimensionalidade complexa, e argumenta uma relação de participação entre as notícias falsas e a “verdade objetiva” na construção do real. Desse modo, levantamos a seguinte indagação: onde está localizada a complexidade da produção da verdade no mundo contemporâneo da conformação social de controle? A nossa interrogação acresce-se a do autor:

Se concluirmos que não é possível acabar com as notícias falsas e que não é viável projetar um mundo em que a verdade objetiva se estabeleça sempre com precisão, qual é mesmo o problema que precisamos resolver e por que ele adquiriu uma gravidade extrema nos últimos tempos? (GENESINI 2018: 54).

Diante do conjunto indagativo, a tese de Genesini exprime que a produção de notícias falsas sempre existiu, o que complexifica, entretanto a sua existência contemporânea é a influência das “plataformas de tecnologia” constitutivas da mecosfera das sociedades de controle é a disseminação desse tipo de notícia no rizoma das plataformas digitais expresso tanto nas redes sociais como em outros

recursos digitais e tecnológicos que exprimem gênese do controle hodierno, tendo em vista que as redes sociais silenciam vozes, têm a capacidade de recontar a história e amplificar o fenômeno da desinformação, disseminando o conteúdo expresso em opiniões individuais através de perfis específicos selecionados a partir da coleta de dados que os propagadores de opinião falsa capturam na esfera digital.

Tendo como ponto de partida essa tese podemos indagar: qual o lócus da busca da informação nas sociedades de controle? Quem produz as notícias falsas, com quais interesses e objetivos? Há validade na tese da produção de uma pós-verdade na nervura contemporânea das conformações sociais de controle? Qual o lugar da pós-verdade na problemática da produção de *fake news*? É a produção discursiva de uma “pós-verdade”¹⁶ que sustenta o ecossistema da desinformação nas sociedades de controle? As *fake news* são apenas instrumentos à disposição de uma pretensa pós-verdade capaz de produzir outras narrativas? Como operam as *fake news* no mundo contemporâneo das sociedades de controle? O que faz com que os indivíduos adiram a esse tipo de produção discursiva?

Genesini localizou que essa discursividade utiliza-se de apelos dirigidos ao “sentimento” e à “sensibilidade” individuais (GENESINI 2018: 48) e cita como situações paradigmáticas para compreensão do argumento, a eleição presidencial dos EUA em 2016, e a deliberação pela saída do Reino Unido da União Européia no mesmo ano, em um referendo denominado “Brexit” (junção dos termos Britain e Exit). Tais acontecimentos o autor traz a lume, foram afetados pela produção de notícias destituídas da verdade objetiva dos fatos, e mobilizaram o sentimento do homem médio estadunidense e britânico de acordo com o argumento de Genesini foram as emoções e sentimentos dos indivíduos e sua percepção de mundo que resultaram em suas escolhas elegendo Trump deliberando pela saída do UK da zona do Euro. Isto é, foram as condições materiais e objetivas dos indivíduos e a sua sensibilidade diante da realidade que levaram a tais deliberações (*Ibidem*: 48).

No argumento de Genesini fica evidente a centralidade dos sentimentos e sensibilidade dos indivíduos em sua experimentação com o mundo. Assim, na pista da tese do autor podemos verificar que não há no mundo contemporâneo das sociedades de

¹⁶ O termo é definido pelo dicionário britânico Oxford da seguinte maneira: “um adjetivo relacionado ou evidenciado por circunstâncias em que fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais” (GENESINI 2018: 47).

controle produção científica que ateste, ratifique ou atribua à globalização a piora nas condições de vida material e objetiva dos cidadãos estadunidenses ou britânicos, entretanto, foi esse discurso que exprimiu o sentimento do homem médio (branco, com baixa renda, do interior e com menor grau de acesso a educação) que identificou nas questões da imigração e da abertura de mercados uma ameaça e um rebaixamento das suas condições econômicas e de vida (*Ibidem*: 48-49). A partir da argumentação de Genesini salta-nos ao pensamento a seguinte interrogação: é possível sustentar a tese da existência de uma “pós-verdade” estruturando a produção discursiva do mundo contemporâneo das sociedades de controle?

Na tese de Genesini exprime-se que a crença na hipótese da produção de um discurso atravessado pela “pós-verdade” como pano de fundo da produção de *fake news* nas sociedades de controle expressa um blefe, tendo em vista que a verdade absoluta “nunca existiu”, isto é, o autor afirma o caráter subjetivo da verdade para refutar a tese da pós verdade contemporânea (*Ibidem*: 48).

Creio que faria bem para o mundo concluir que as notícias falsas são falsos inimigos e que a verdade que governa as escolhas das mulheres e dos homens desta terra nova é sensível, emocional, impalpável, intangível, pessoal, subjetiva e temporária (GENESINI 2018: 58).

Se a temporariedade da verdade é afirmada na argumentação do autor resta-nos indagar quem controla a produção dessa verdade? E como Deleuze concebe a partir do pensamento conceitual da filosofia, a efetividade desta sociedade de controle? A verdade é um rizoma? As sociedades de controle necessitam do confinamento dos corpos para disciplinarização e controle das subjetividades dos indivíduos? Como é expresso o conceito de controle na filosofia deleuziana? Quais agenciamentos vão sendo afirmados e produzindo a discursividade, o histórico, o programa e a lógica interna das sociedades de controle? Suas formulações teóricas e gradientes da fortuna crítica?

Capítulo 2 – O conceito deleuziano de sociedade de controle.

Se a essência das redes sociais é a conectividade, está para nascer uma que cumpra seu papel com mais eficácia do que um tambor. Sentar-se em círculos ouvir histórias (principalmente) dos que vieram antes e extrair os melhores sentimentos dos participantes, ressaltando como a escuta é

valiosa, me parece estar anos-luz à frente do mais promissor sonho de funcionalidades facebookianas de Mark Zuckerberg (Emicida, 2020).

2.1 – Atestado de antecedentes conceituais.

O Dr. Benway de Burroughs e um semblante das sociedades de controle:

Deleuze trata do conceito de sociedade de controle de modo ensaístico e conferencial, tanto na conferência pronunciada na Fundação La Fémis, no final da década de 1980; e, na formulação ensaística do início dos anos 1990, em entrevista concedida a Toni Negri. Há ainda o breve ensaio que leva o nome de *Post-Scriptum*¹⁷, no qual se encontra a formulação derradeira do conceito. Deleuze afirma que a potência dos bons encontros com a literatura de Burroughs¹⁸ produziu afecções que resultaram no pensamento conceitual sobre o controle. Dessa maneira, como recurso metodológico, adotamos a leitura da obra “Almoço Nu”, de Burroughs, para compreender o disparador do conceito.

Em “Almoço Nu” o autor opera com a produção daquilo que Deleuze e Guattari nomearam como “agregados sensíveis”, elementos que apenas a arte tem a especificidade de criação¹⁹. No quarto capítulo, intitulado “Benway”, o autor exprime

¹⁷ Os “disparadores” (termo apreendido do método de ensino da professora Marília Pisani) conceituais aparecem na Conferência dada em Paris em 1987 na Fundação *La Fémis* instituição de ensino e pesquisa na qual Deleuze apresentou suas primeiras formulações sobre a conformação social de controle, publicada no Brasil na coletânea de textos do autor denominada: “Dois Regimes de Loucos”. Na obra “Conversações” de Gilles Deleuze a partir da entrevista com Toni Negri, acontecimento da primavera de 1990 e no *Post-Scriptum* a formulação derradeira do conceito dita e publicada em 1990, reunida na mesma obra.

¹⁸ William Burroughs, romancista estadunidense escreveu sobre a sociedade americana do século XX e escreveu o romance “Almoço Nu”, em 1959 (“Naked Lunch”). Esse texto exerce influência sobre Deleuze como se vê na aula de 11 de abril de 1986, em curso sobre Foucault, na qual sugere aos seus alunos que leiam a referida obra para apreenderem o conceito de controle que ele vem formulando. Embora, como assevera Leandro Siqueira, o conceito apareça com diferentes nuances na obra de Burroughs é em “Almoço Nu” que ele aparece mais elaborado e adequado à tese deleuziana ao exprimir que o marketing e a publicidade no interior da sociedade estadunidense funcionam como “máquinas de controle”, visando produzir um desejo por consumo nos indivíduos (SIQUEIRA 2015: 6).

¹⁹ Em “O que é a filosofia?”, Deleuze e Guattari exprimem que a arte assim como a filosofia possui uma potência criadora. Entretanto, não se trata de criar conceitos. Seu ato criativo efetua-se a partir da criação de “agregados sensíveis” que são descritos pelos autores como um “composto de perceptos e afectos” no qual os perceptos não exprimem percepções individuais e os afectos não expressam sentimentos ou afecções de um dado indivíduo. Perceptos e afectos “são independentes daqueles que os experimentam”, são seres que “valem por si mesmos” excedendo qualquer vivido. A obra de arte, entre elas a literatura,

uma narrativa literária sobre as sociedades de controle concebidas a partir de uma diegese distópica, na qual o Dr. Benway aparece como o funcionário de controle de Anéxia, cidade que havia abolido o confinamento e a tortura em nome do controle. Em Anéxia, Dr. Benway é o diretor do Centro de Recondicionamento – CR, que abole a tortura, mas, institui controle permanente:

Abomino a brutalidade – declarou. – É ineficaz. Já os maus tratos prolongados, quando aplicados de forma adequada e sem chegar às raias da violência física, geram ansiedade e um sentimento de culpa muito peculiar. Algumas regras, ou melhor, diretrizes, fazem-se necessárias (BURROUGHS 2016: 32).

Na citação acima, Burroughs dá voz ao Dr. Benway, a personificação do funcionário do controle. Ocorre a afirmação de uma sociedade que abomina a tortura e a brutalidade do confinamento, sem abrir mão do *nómos* necessário ao convívio em meio aberto. Analisando os agregados sensíveis, mais adiante percebemos que a personagem fora convocada a ampliar as formas de dominação na República de Liberalândia, cidade limpa, higienizada e habitada por cidadãos de bem, ajustados e honestos (BURROUGHS 2016: 31) necessitando apenas a dilatação dos modos de controle a incidir nos corpos dos indivíduos: “Os viciados em controle devem ter a decência de disfarçar sua fissura gritante por intermédio de uma burocracia intrincada e arbitrária, de modo que o espécime nunca consiga entrar em contato com seu inimigo” (*Ibidem*: 32).

Na questão proposta pelos agregados sensíveis à formulação literária de Burroughs é importante pensar que o autor afirma a necessidade de um processo de burocratização da vida que recaia sobre os corpos dos indivíduos. De modo que os elementos desse processo se tornem dispositivos de controle, nos quais os indivíduos não possam acessar e nem escapar da vigilância.

Em Anéxia, o controle recai com eficácia sobre os corpos e a organização urbana de forma peculiar. As flores e as árvores foram arrancadas da cidade, os bancos das praças removidos e as fontes que as ornamentavam foram desativadas. Ademais, cada edifício da cidade recebera a instalação de holofotes que esquadrihavam e controlavam-na durante a noite, exprimindo a rudimentariedade do controle. As casas não confinavam, tendo em vista que a polícia tinha a chave de todas as portas e cômodos, os quais eram inspecionados com frequência, vasculhando quartos, salas e

tem existência autônoma e independente em relação ao homem sendo fonte criativa de agregados sensíveis (DELEUZE e GUATTARI 2010: 213).

cozinhas a procura de álcool e outros elementos que ameaçassem a estrutura social (BURROUGHS 2016: 33).

Não era permitido o consumo de álcool e o controle manifestava-se na exigência de uma permissão especial para o uso da bebida, que não podia ser presenteada e nem doada a outras pessoas. Na vigilância controlada havia um telepata²⁰ encarnando o funcionário da burocracia, sondando, inspecionando e vigiando as casas, interrogando os indivíduos quando intuía algum ato de esquiva. Burroughs adicionou a dimensão do vigiar e do punir, intersectado ao controle:

- E isto aqui, serve para quê?
- É um limpador de caneta-tinteiro.
- Ele diz que é um limpador de caneta-tinteiro.
- Já ouvi o bastante.
- Isso me parece mais que suficiente. Venha conosco (BURROUGHS 2016: 34).

Não havia espaço incólume ao controle dos telepatas. Ao menor ato de esquiva instaura-se a punição frente à ameaça de sabotagem e dissidência política. Verificamos os procedimentos de controle que operam interseccionados a outras estratégias como o monitoramento e a vigilância dos cidadãos. Entre elas, os “procedimentos disciplinares” que objetivavam extrair o máximo de controle do desejo e dos corpos individuais. Estratégias se multiplicam em Anéxia: “painéis de controle”, mapeando a experimentação dos fenômenos e dos corpos. Dessa atmosfera, Deleuze captura o híbrido entre controle e disciplina expressando-o no texto *Post-Scriptum*.

Agenciando agregados sensíveis e pensamento conceitual filosófico, Deleuze vai criando o conceito de sociedade de controle à sua maneira rizomática²¹. É de suma

²⁰ Personagem literária de Burroughs que monitorava e exercia o controle sobre os indivíduos: “O telepata guiava os policiais até qualquer coisa que o indivíduo estivesse tentando esconder: um tubo de vaselina, um enema, um lenço de esperma, uma arma ou bebidas alcoólicas ilegais. E o suspeito precisava submeter-se a uma revista terrivelmente humilhante de seu corpo nu, sempre acompanhada de zombaria e comentários depreciativos. Muitos homossexuais reprimidos foram colocados em camisas de força depois que lhes untaram o cu com vaselina. Isso quando os policiais não resolviam se deter em um objeto qualquer” (BURROUGHS 2016: 33-34).

²¹ Construir o pensamento de modo rizomático consiste em pensar uma multiplicidade, outro lugar de perspectivação do uno, com a representação do pensamento sistemático, como exprimem Deleuze e Guattari: “É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas ao contrário da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe (...)” (DELEUZE e GUATTARI 2011 a: 21). O rizoma exprime um modelo de realização da multiplicidade, tendo em vista que a multiplicidade só existe quando se realiza. Ademais, o rizoma sinaliza um lugar, o lugar do perspectivação por linhas de fuga e segmentarias.

importância acompanhar como a urdidura conceitual é tramada, como os termos vão se articulando e o modo como aparecem implicados em “Conversações”²². Não se tratará de uma retificação do conceito, mas de apontar para o fato de que Deleuze cria o conceito de sociedade de controle em dois momentos, exprimindo algumas diferenças nesse processo de criação. É necessário interrogar este movimento: quais são as representações gráficas, as escalas e as legendas da criação conceitual deleuziana? Geometricamente elas nos revelarão as principais características dessa conformação social. Leandro Siqueira (2015) analisa que estamos diante de um conceito que merece atenção desde sua concepção até seu modo de funcionamento. Seria o momento filosófico no qual Deleuze implode o uno²³.

Segundo Siqueira, o momento inaugural acontece entre 1986 e 1987, com os cursos de Deleuze sobre o pensamento de Foucault. Se desdobra em um segundo momento de formulação conceitual em 1990. No primeiro ato, em carta remetida a Serge Daney, em 1986, e publicada no prefácio do livro “Ciné-Journal”, intitulado “Otimismo, Pessimismo e Viagem”, Deleuze concebe a televisão como expressão principal da maquinaria de controle, ao cumprir a função social necessária para a sua efetuação. No segundo momento, na década de 1990, Deleuze desloca para o computador o protagonismo dos mecanismos sociais de controle.

Na interioridade argumentativa durante o percurso de pensamento, indagar-se-á: sendo a televisão, nos anos 1980, a expressão mais potente da máquina de controle, o que há para ver por trás da imagem desta? A resposta deve partir da função social que Deleuze atribui aos efeitos dessa nas sociedades de controle. Ao interrogar a função social do aparelho televisor indagamos: como funciona a sua atividade real? Como se dão efetivamente seus mecanismos e maquinismos da conformação social do controle?

²² O original *Pourparlers* foi publicado em 1990. Segundo Peter Pal Pelbart, tradutor para o português, o título também pode ser traduzido por “negociações”. Todavia, refere-se a conversações que remontam a ações de fala. Assim, entendemos que uma conversação tem a capacidade de colocar em movimento a matéria pensamento, o pensamento que escapa do registro abstrato e faz corpo para intervir e experimentar o real de modo ético-político (DELEUZE 1992: orelha do livro).

²³ Em sua tese de doutorado defendida na PUC-SP, Leandro Siqueira argumenta que Deleuze vai conceber duas formulações em torno das sociedades de controle. A primeira formulação é concebida nos cursos ministrados no ano letivo 1985/1986 “Sobre Foucault e as formações históricas”, na Université de Vincennes. Nessa formulação, Deleuze vinculava a sociedade de controle à biopolítica foucaultiana. Tal concepção será abandonada em 1990, quando o autor desvincula o poder de controle sobre os corpos da biopolítica aproximando-o das tecnologias disciplinares desenvolvidas pela tese do poder disciplinar, do mesmo Foucault (SIQUEIRA 2015).

Deleuze exprime que a TV, na emergência do “poder moderno de controle” afirma-se a partir de uma função social, que não é a da expressão da beleza e nem do pensamento. Mas antes, é a da consolidação de um poder: o poder do controle exercido sobre os indivíduos. Podemos indagar: quais as consequências desse poder controlador que a televisão consolida em relação ao cinema que aparece na argumentação deleuziana como um contra poder? Segundo Deleuze, a televisão é a manifestação do “novo poder social do pós guerra, de vigilância e de controle [e], ameaçava matar o segundo cinema” (DELEUZE 1992: 92). É dessa maneira que a televisão, como garantidora do poder de controle e investida de vigilância, vai produzir afecções e antagonizará com o cinema.

Deleuze destaca que a TV é nula do ponto de vista estético, mas tecnicamente perfeita para produzir o controle através da expressão da informação: “a televisão é a forma através da qual os novos poderes de ‘controle’ tornam-se imediatos e diretos”. Compreende-se a televisão inserida numa relação de poder. A TV legitima a ambiência de controle instituindo o que Deleuze denomina como a “cidade-cérebro”, na qual a tela se exprime como uma mesa de informações por onde não param de passar imagens. A cidade cérebro transmite informações tela-a-tela instaurando um fluxo de informações que não tolera o pensamento. O agenciamento cidade-cérebro exclui o pensamento e a função suplementar estética, reduzindo a televisão à função social de controle (*Ibidem*. 1992: 96-98). Nos deparamos com a TV operando por séries, criando jogos e fixando informações sem a produção de um agenciamento suplementar estético-artístico, desidratando a capacidade de produzir pensamento e reduzindo-se à condição de correia de transmissão das normas-formas.

No argumento deleuziano, o espectador da TV é controlado, e desestimulado a pensar, diluindo-se a beleza e o pensamento crítico. O indivíduo se vê submetido e fixado ao limite da informação decorrente do fluxo das telas. Instaura-se uma massa molarizada na qual a “pedagogia da percepção”²⁴ criada pelo cinema encontra-se em

²⁴ Pedagogia da percepção é a característica expressa pelo cinema segundo a qual o pensamento, a partir da imagem, se põe em movimento através da “imagem percepção, imagem ação, imagem afecção” e rompe com a ilusão e concebe o pensamento como um movimento que “pode ser reconstituído a partir de cortes fixos no tempo” (DELEUZE 1992:63). A pedagogia da percepção é pensada por Deleuze em oposição a uma “enciclopédia do mundo e da imagem” tornada esfacelada, a pedagogia da percepção é aquela que indaga o que há por trás da imagem no cinema? Qual a potência de deslocamento e movimentação do “olho do espírito” por linhas de fuga que escapem à segmentaridade dura das linhas enciclopédicas da imagem. Trata-se de uma pedagogia crítica da imagem que reterritorializa o esfacelado (*Ibidem*: 90-91).

vias de desaparecer. Reduz-se as formas de vida e os modos de experimentação do mundo entre controlados e controladores, mediados pela técnica (DELEUZE 1992: 93). À vista disso, a televisão se institui como peça central da engrenagem da maquinaria social do controle, configurando-se como força motriz da cidade-cérebro destituída de pensamento conceitual e crítico. Ao passo que o cinema, por sua vez, é a expressão do “impoder”, constituindo-se por vezes como um contrapoder, o que garante a produção de uma pedagogia da percepção e do pensamento incontrolável, instaurando-se como platô de resistência.

A imagem cinematográfica se opõe à da TV?

Chegamos ao ponto da argumentação no qual o cinema joga um papel importante na cena da estrutura social de controle, aparecendo como estratégia de resistência ao poder controlador. O cinema se configura como um “suplemento de ver”, um ver mais. Ver para além da articulação de clichês e palavras de ordem sintetizada na informação produzida pelas conformações sociais de controle. Retomando o pensamento de Paul Virilio, Deleuze propõe que o cinema hollywoodiano, em uma primeira etapa, concorreu com o fascismo na produção de um espaço outro - tempo de pensamento limitado, sendo levado à sua extinção no pós Segunda Guerra Mundial, período no qual emerge o segundo cinema, este sim, criador da pedagogia da percepção. Para ressurgir entre os escombros no pós-guerra e devir impoder²⁵ a arte cinematográfica necessitaria assentar-se em outras bases e sua imagem exprimir uma nova ação política, esta de cunho rizomático. Segundo Deleuze, a obra cinematográfica de Alain Resnais²⁶ foi de grande importância ao cinema de reconstrução a partir da temática do corpo (DELEUZE 1992: 89) e revela uma potência política rizomática.

De acordo com a pesquisadora Mônica Silva, no cinema de Resnais a imaginação desempenha um papel importante, estabelecendo uma intersecção com o

²⁵ Expressão deleuziana que exprime a condição de contrapoder.

²⁶ Alain Resnais cineasta francês do movimento “Nouvelle Vague” expressão do “cinema experimental”: “(...) transgressão estética no cinema dos anos 1960. No entanto, em suas obras [de Resnais], as questões políticas que abordava foram sempre vinculadas com uma preocupação metafísica sobre o imaginário, o tempo e a reformulação do sujeito após o desastre. Ou, como o filósofo francês Gilles Deleuze bem define: “Resnais só tem uma temática: a do homem que retorna da morte””. O cineasta morreu em 2014, na França. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2014/03/alain-resnais-cineasta-frances-da-nouvelle-vague-morre-aos-91-anos-5313/>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

corpo e, assim, a “imaginação parece se tornar matéria no corpo em movimento” (SILVA 2013: 5). A autora confere uma esfera autônoma ao corpo expresso no cinema de Resnais, externo ao controle, aparecendo como “um armazém de imagens”. E também exprime uma imagem da realidade percebida pelos indivíduos, articulada em um fluxo de imagens criadas pelo corpo. Estamos diante da expressão de uma máquina “bio-mecânica” e “sensório-motora”, investida de um fluxo de experiências que criam sedimentos de acontecimentos em comunicação com a imaginação, expressando conexões ao nível do inconsciente e da memória, se reinventando no acontecimento presente (*Ibidem*: 5).

Esta feitura do corpo vivo, que cria suas representações a partir de realidades corpóreas em contato com o ambiente, organiza um sentido que está sempre em trânsito. Este entendimento do processo de feitura de uma obra audiovisual dialoga com a questão do acaso, sempre presente quando o sentido está no fluxo (*Ibidem*: 15).

O cinema do corpo resnaisiano ultrapassa o espontâneo produzindo um pensamento-ação como modo de instauração da reflexão estética do mundo. Sua obra pode ser compreendida como um ato de pensamento corpóreo, exprimindo-se através da imagem em movimento. A partir dessas primeiras imagens, chegamos a uma formulação mais refletida de uma ação política rizomática na interioridade das conformações sociais de controle.

É deste cinema bifásico, corpóreo-pensamento, que extraímos a indagação posta ao cinema do pós-guerra: o que há pra ver na imagem cinematográfica que possibilite a criação de uma linha de fuga ao controle produzido pela televisão? A resposta dada por Deleuze é a de que mudou a chave. O conjunto das relações da imagem-movimento do cinema na ambiência pós Guerra investem-no de uma potência política de resistência. Note-se que o pós Guerra criou a necessidade de uma nova relação com a imagem e da imagem com as palavras e o corpo. E entramos em uma ambiência cinematográfica da “pedagogia da percepção” (DELEUZE 1992: 90), com o cinema criando o ato pedagógico que possibilita escapar à informação e à comunicação e constituindo-se como uma ação artístico política rizomática.

Deleuze aponta de que maneira o cinema vai se constituindo como um pensamento outro, uma arte outra, em oposição à comunicação e à informação imanentes à televisão e ao controle. O cinema exprime o lugar do impoder nesta conformação social. A imagem-cinema expressa uma função estética de elaboração do

pensamento viabilizando a criação de um suplemento de pensamento e arte capaz de atravessar o controle dos corpos e subjetividades (DELEUZE 1992: 91-95), tendo em vista que o cinema está apto a revelar e a criar uma multiplicidade de imagens: “Há imagens percepção, imagens ação, imagens afecção, e muitas outras” (*Ibidem*: 62). Uma imagem de cinema nunca está só e deve ser apreendida em sua multiplicidade de imagens e potência para deslocar o controle.

A imagem cinematográfica cria e encadeia percepções. Com isso, diante da imagem-movimento do cinema, os indivíduos não estão passivos, já que nessas imagens captura e revela-se o intolerável, o insuportável da vida cotidiana controlada instaurando vacúolos de resistência (*Ibidem*: 68). As afecções e percepções mudam de natureza pondo em movimento a ascensão do intolerável; “torna-se possível toda uma pedagogia da imagem à maneira de Godard. Enfim, a imagem torna-se pensamento” (*Ibidem*: 69-70). Por consequência, os indivíduos se conectam a uma pedagogia da percepção que os libera do espaço de segmentaridade dura da informação e da comunicação expressos na imagem-controle da televisão e são investidos de potência política e sensorial para a produção de atos de resistência.

Ao apontar para o modo como o cinema-experimentação se constitui, enquanto uma estética do pensamento, Deleuze expressa em simultaneidade à existência das sociedades de controle. Nessa conformação social a especificidade da televisão não está em uma função estética, e sim em uma função social; a função de controle e poder que recusa a percepção e o pensamento em nome de uma submissão à técnica. O argumento deleuziano tem como premissa que o cinema expressa uma função estética e criadora de pensamento sensível caracterizado como uma pedagogia da imagem capaz de liberá-lo dos maus encontros. Ao passo que a TV exprime uma função social de controle que a reduz à fixidez do poder de controle (*Ibidem*: 94).

Como já vimos, no núcleo do argumento, a função social expressa pela televisão é a do exercício do controle, o que nos leva a indagar, por contraste, sobre a função estética do cinema, sobre como ela se expressa? Tendo em vista que o cinema, “apesar de todos os poderes aos quais ele serviu (e até instaurou) em sua primeira fase, sempre ‘conservou’ uma função estética e noética, mesmo que essa função fosse frágil ou mal apreendida” (*Ibidem*: 94). Deleuze traz a lume que o “suplemento” é a expressão da função estética do cinema pois junta as duas pontas do rolo de filme da bitola 8: a do pensamento e a da arte. Arte e pensamento propulsores de atos de criação do espaço do

fora das sociedades de controle afirmando a resistência dos indivíduos. Dessa maneira, o cinema exprime-se como um ato de criação capaz de neutralizar a informação do controle e aplainar o terreno para a criação do pensamento conceitual imanente à filosofia deleuzo-guattariana.

A potência da filosofia como um “ato de criação”

Para compreender como se dá o ato de criação do pensamento capaz de ultrapassar a informação destaquemos algumas interrogações postas por Deleuze: “que significa ter uma ideia? O que se passa quando se diz: ‘Opa, tenho uma ideia’? (...) Porque, por um lado, todo mundo sabe que ter uma ideia é um acontecimento que ocorre raramente, é uma espécie de festa, pouco corrente” (DELEUZE 2016: 332). Deleuze concebe o modo como a filosofia se instaura como ato criativo, exprimindo que fazer filosofia difere do ato reflexivo e da informação. Acontecimento semelhante recai sobre o cinema concebido a partir de atos de criação e não de instantes reflexivos, assim como ocorre com o pensamento conceitual.

Será de suma importância acompanhar de que modo Deleuze propõe o ato de filosofar para compreender como ele formula o conceito de sociedade de controle. Interrogamos de que forma isso acontece? Como funciona a atividade do pensamento conceitual? A resposta deve partir da afirmação deleuziana de que filosofar é o ato de criar conceitos. Por consequência, como o pensamento conceitual vai se exprimindo? Como apreender de modo conceitual a intersecção entre controle e vigilância?

Levamos em consideração que Deleuze cria o conceito de “sociedade de controle” mediante a necessidade de uma leitura conceitual do contemporâneo, pensando-o de modo potente. Entrementes, fazer filosofia também passa pela história, pelo ato de fazer história da filosofia, mas, criando conceitos: “Não se trata de invocar uma história ou de recusá-la. Afinal tudo tem uma história. A filosofia também conta histórias. Histórias com conceitos” (DELEUZE 2016: 334). Assim, percebemos que o ato criativo da produção de conceitos e a história da filosofia estão implicados, interconectados necessariamente no ato de criação do pensamento filosófico deleuziano.

Deleuze traz a lume a concepção de que ideia e conceito são atos criativos distintos. Entende-se que as ideias são a expressão de um conceito em devir. Podemos dizer que não se criam ideias a partir da comunicação, pois esta revela a propagação e a

transmissão de uma informação produzindo um agregado de palavras de ordem²⁷. Assim, informar é fazer circular uma palavra de ordem, inerente às sociedades disciplinares, mas não só, é também o ato de produzir cifras, característico das sociedades de controle. Diante de tal argumento destacamos que o capitalismo de controle produz cadeias heterogêneas, isto é a articulação de elementos da disciplina e do controle.

O disciplinar diante da sociedade de controle.

Nas sociedades de controle hibridizadas com a disciplina, a informação comunica o que os indivíduos devem acreditar, a partir de palavras de ordem que instauram e são instauradas pelo híbrido disciplina – controle, “o que equivale a dizer que a informação é exatamente o sistema de controle” (DELEUZE 2016: 340). O controle não confina como a disciplina²⁸, mas opera por um sistema de informação a céu aberto, exercendo sua função sobre os indivíduos a partir de palavras de ordem transmitidas e comunicadas pela televisão (*Ibidem*: 341).

Na formulação inicial Deleuze interroga: “Não haveria outros meios para punir os indivíduos, tirando as prisões? As sociedades de controle não mais passarão por meios de confinamento?” (*Ibidem*: 341). Conforme essa problematização compreendemos que a certidão de nascimento do conceito de sociedade de controle está atrelada a uma ideia de agenciamento garantidor do poder de controle: a televisão no ato inaugural e a máquina cibernética²⁹ no instante posterior.

²⁷ Para Deleuze as palavras de ordem são expressas desde a conformação social disciplinar e revelam marcadores discursivos que compõem tanto atos de resistência como de integração, dessa maneira podemos conceber que as palavras de ordem aparecem nas sociedades de controle como um elemento residual interconectado à produção das cifras que expressam a produção discursiva destes modos de vida em sociedade (DELEUZE 1992: 222).

²⁸ Segundo Foucault, “(...) essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia que as sujeita” (FOUCAULT 2005: 42).

²⁹ A máquina cibernética é nomeada por Deleuze como aquela que opera através da informática, do computador e seus agenciamentos (DELEUZE 2012 b: 223). É necessário afirmar que máquina não expressa uma noção mecanicista, mas uma noção de produção e reprodução social do desejo.

Na obra “Dois Regimes de Louco”, no texto “O que é um dispositivo?”, a partir de leituras que faz do pensamento de Michel Foucault, Deleuze caracteriza a essência de um dispositivo do qual podemos extrair afecções com as máquinas: “os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos em posição são como vetores ou tensores” (DELEUZE 2016: 360). Os dispositivos são atravessados por fluxos que não param de escapar, exprimem “linhas moventes” em fluxos contínuos que articulam o visível e o enunciável exercendo tensão e vetores de controle e disciplina sobre os indivíduos, acoplando-se às máquinas sociais.

A concepção de dispositivo proposta por Deleuze, além de exprimir linhas moventes e fluxos contínuos, indica máquinas de “fazer ver” e “fazer falar”, produzindo afecções nos corpos dos indivíduos. Lendo Foucault em boa concórdia, Deleuze cita o dispositivo prisão concebido como uma máquina óptica que vigia sem ser vista. Trata-se de um dispositivo que controla, não deixando ser visto (*Ibidem*: 360). Consideramos que as sociedades de controle se constituem de dispositivos que exprimem tais características, entre os quais, a televisão que permite ser vista impossibilitando a visibilidade de seu controle o expectador da televisão não se sente controlado pela tela, mas, dialogante com ela em uma relação de entretenimento.

A maneira como o dispositivo cria e dispõe as linhas de sua tessitura tenciona fios estéticos, científicos e políticos, operando “vaivéns do ver ao dizer”. Os dispositivos são máquinas de vigilância e de produção de enunciados, que exercem o controle através da vigilância e da produção discursiva criando “linhas de força” e de subjetivação (*Ibidem*: 360-361).

É nessa linha de subjetivação traçada pelo dispositivo que se compreende o mesmo em uma relação de agenciamento a uma máquina de poder e de resistência em simultaneidade. Passam pelas linhas de subjetivação potências de resistência e “fratura” (*Ibidem*: 362).

Ao permitir atos de criação produtores de outras subjetividades, os dispositivos instauram uma dupla garra de lagosta³⁰, de um lado da pinça a fixidez que controla, normatiza e disciplina. Na outra polaridade da pinça o fluxo que permite a efetuação de

³⁰A imagem da lagosta é utilizada por Deleuze e Guattari em “Mil Platôs”, vol.1, e no vol. 3, “A Geologia da Moral (Quem a Terra pensa que é?)”. Tal imagem faz menção à binaridade constitutiva da realidade entre forma e substância (DELEUZE e GUATTARI 2011a: 69-71). Utilizamos essa imagem no trecho indicado como alegoria para compreensão da dualidade do dispositivo na imanência das sociedades de controle (*Ibidem*: 69-71).

outras subjetividades, o que fica evidente no segundo ato de elaboração conceitual acerca do conceito expresso por Deleuze no *Post-Scriptum*.

Quem (se) subjetiva, estes são os nobres, aqueles que dizem, segundo Nietzsche, “nós, os bons...”; porém, noutras condições, são os excluídos, os ruins, os pecadores, ou bem os eremitas, ou bem as comunidades monásticas, ou bem os hereges: toda uma tipologia das formações subjetivas em dispositivos moventes (DELEUZE 2016: 362-363).

Deleuze está pensando o processo de produção de subjetividades como algo desterritorializante e reterritorializante, expresso na segunda garra da pinça da lagosta. As subjetividades produzidas na imanência de um dispositivo de controle escapam aos poderes e aos saberes que constituem seu *background* (*Ibidem*: 363). Sob o império das circunstâncias, os indivíduos podem se apropriar e subverter a potência de captura dessa maquinaria e produzirem uma resistência potente capaz de desterritorializar o controle e a produção de subjetividades a partir de agenciamentos outros.

Dentro desse esquema controle-resistência, o dispositivo é a expressão de uma multiplicidade em devir e se define por seu “teor de novidade e criatividade; “(...) novo é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que devimos, o que estamos em via de devir, ou seja, o Outro, nosso devir-outro” (*Ibidem*: 366). Portanto, o novo devém a partir do que deixamos de ser. É dessa maneira que as sociedades de controle possibilitam, a partir do dispositivo, a criação de outros possíveis e de outras subjetividades.

Em todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: *a parte da história e a parte do atual*. A história é o arquivo, o desenho do que somos e deixamos de ser, ao passo que o atual é o esboço do que devimos (*Ibidem*: 366).

Deleuze não propõe uma retificação do conceito das sociedades disciplinares de Foucault, mas aponta para o fato de que não se trata de exprimir o esgotamento da conformação social disciplinar que confinava e disciplinava os corpos em instituições como a família, o hospital, a escola, a fábrica ou a prisão confinante por excelência. “(...) as disciplinas descritas por Foucault são a história do que pouco a pouco deixamos de ser, e nossa atualidade se desenha em disposições de controle aberto e contínuo, bem diferente das recentes disciplinas fechadas” (*Ibidem*: 366). O que Deleuze está diagnosticando é uma nova conformação social, capaz de articular a disciplina e o

controle a céu aberto sobre os corpos e subjetividades dos indivíduos modificando-os e operando mais por agenciamentos e não por dispositivos como fica patente no *Post-Scriptum*.

Capturadas as linhas e fluxos das sociedades de controle, recuperamos nossa problemática a luz do pensamento deleuziano: “Quais novos modos de subjetivação vemos aparecer hoje em dia, que, certamente, não são gregos, nem cristãos?” (*Ibidem*: 368). O que interessa interrogar é: que tipo de subjetividade está sendo produzida nas sociedades de controle? Trata-se da subjetividade do *divíduo* endividado, aquele que não dá termo aos seus atos e ações políticas ou cotidianas triviais está em débito permanente.

2.2 – Sociedade de Controle, um mundo maquínico operando a céu aberto.

O conceito de sociedade de controle recebe uma segunda formulação expressa em seu acabamento ensaístico na entrevista concedida a Toni Negri, em 1990, denominada “Controle e Devir”. Publicada originalmente em *Futur Antérieur*³¹ e, posteriormente, no “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, impresso originalmente no *L’Autre Journal*, em 1º de maio de 1990, ambos compilados na obra “Conversações”. Nessa produção ensaística o filósofo exprime o pensamento operante

³¹ Revista francesa fundada em 1990 por iniciativa de Jean-Marie Vincent, Denis Berger e Toni Negri com o objetivo de “favorecer e renovar a pesquisa conceitual criando as condições para um debate estratégico e crítico”, conforme se pode verificar na apresentação da revista. Disponível em: <http://www.editions-harmattan.fr/index.asp?navig=catalogue&obj=revue&no=16>. Acesso em 12/03/2018.

nos agenciamentos maquínicos, tendo como *background* o controle que revela o poder em simultaneidade com a produção de atos de resistência.

Em “Controle e Devir”, Deleuze concebe a fabulação como estratégia de resistência e produção de subjetividades que deve ser apropriada pelas minorias, vetando assim as estratégias políticas utópicas. Tendo em vista que a dominação não opera mais por confinamento e sim por “controle contínuo e comunicação permanente”, torna-se necessário passar da esfera do direito à esfera política, apropriada e fabulada pelas minorias. Essa passagem só se efetiva na dissolução dos “comitês de sábios” (isto é, as auto-declaradas vanguardas) e a instauração dos grupos de usuários (indivíduos que objetivam a destituição da maioria). É na produção da subjetividade do usuário, do indivíduo que experimenta a autonomia de sua própria existência capturando a potência do acontecimento em seu devir-menor, que se produz furos nos agenciamentos molares. Experimenta-se uma ação política fabular e molecular que “não é histórica”, mas devém menor (DELEUZE 1992: 215-216).

A respeito de “Conversações”, a sociedade parece definir-se mais por suas “linhas de fuga” do que por suas contradições de classe. Linhas de fuga que desorganizam as conformações sociais molares classistas e duras, ao mesmo passo que as contradições de classe conformam, fixam lugares. Em se tratando de singularidades políticas, Deleuze privilegia mais as “minorias” do que as classes (*Ibidem*: 212). Para Deleuze, trata-se de:

(...) buscar um estatuto para as “máquinas de guerra”, que não seriam definidas de modo algum pela guerra, mas por uma certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos (*Ibidem*: 212).

Como se constituem as máquinas de guerra? Que grupos teriam mais potência para constituir uma máquina de guerra? Qual a relação das máquinas de guerra com as minorias? Uma minoria pode se constituir como uma máquina de guerra?

Deleuze privilegia as minorias como sujeitos políticos capazes de construir uma máquina de guerra, tendo em vista que: uma minoria não segue um modelo, mas antes, exprime um devir, um processo. As minorias não se distinguem somente de modo numérico. As potências da minoria provem de sua criação, daquilo que ela é capaz de criar. Elas são pensadas como aquelas singularidades capazes de criar um fluxo livre de desejo, construir máquinas de guerra e fabular a ambiência política de controle.

Deleuze propõe a criação de “vacúolos de não-comunicação” que funcionem como “interruptores”. A fala e a comunicação não podem servir mais à resistência nas sociedades de controle, tendo em vista que se encontram “apodrecidas”, contaminadas pela informação. Esse apodrecimento ocorre devido às relações monetárias instauradas que têm no marketing e na propaganda suas formas características.

Os modos de resistência se exprimem através das estratégias políticas do vírus e da pirataria digital, tendentes a substituir greves e sabotagens. Em um regime de controle “nunca se termina nada” (*Ibidem*: 216), as estratégias de dominação não estão encerradas em palavras de ordem, emergem ainda em cifras e fluxos de códigos outros. Por isso, torna-se necessário piratear a informação nas sociedades de controle, viralizando estratégias tecnopolíticas de resistência de modo rizomático.

As máquinas “cibernéticas” exprimem agenciamentos atravessados por computadores e não mais pela televisão como instrumento central. Assim, processos de subjetivações ganham uma abertura maior para a sua produção em simultaneidade emerge a necessidade da criação de “processos de subjetivação” como modos de resistir, tendo em vista que não existe controle absoluto, pois a maquinaria cibernética cria uma ambiência conexional ancorada em fluxos de rede. O que possibilita a criação de processos de subjetivação? O que seriam esses processos? Como eles se constituem? Tais processos são aqueles nos quais os indivíduos e coletivos se constituem como sujeitos autônomos capazes de fabular a realidade (*Ibidem*: 217).

Os processos de subjetivação só têm validade “na medida em que acontecem” e escapam aos poderes dominantes e aos saberes constituídos, mesmo que posteriormente esses processos constituam novos poderes e integrem “novos saberes”. No momento em que eles acontecem são constituídos de uma “espontaneidade rebelde”. Esses processos de subjetivação são acontecimentos de um novo tipo que não se explicam “pelos estados de coisa” que os criam ou nos quais eles voltam a cair. Tais processos, ainda que existam por temporalidades menores, produzem uma potência da rebeldia fabuladora (*Ibidem*: 217).

As sociedades de controle nos desapossaram do mundo (DELEUZE 1992: 218) e, é preciso retomá-lo criando acontecimentos menores. São esses acontecimentos que vão produzir a resistência, tendo em vista que criam processos de subjetivação. Cada tentativa de criação de acontecimentos menores e, por consequência, de produção de processos de subjetivação desterritorializados revela a capacidade de resistência. Ou

inversamente, a sua não criação exprime a “submissão ao controle”. Segundo Deleuze, para resistir às sociedades de controle é necessário produzir simultaneamente um povo e processos de criação. Isto é, criação de acontecimentos menores e a produção de processos de subjetivação que constituam um “povo” (DELEUZE 1992: 217).

Em “O avesso do Nihilismo”, Peter Pal Pelbart afirma que os processos de subjetivação menores configuram essencialmente processos de dessubjetivação vinculados ao devir. Os indivíduos são lançados para fora de uma identidade fixa e “a partir desses devires imperceptíveis nascem sujeitos larvares, múltiplos eus, subjetivações outras”. Consequentemente, para resistir é preciso criar devires minoritários com potência para criar uma forma de vida “concebida como virtualidade” fabulada, que afirme a diferença, invente novas formas e crie impessoalidades potenciais (PELBART 2017: 255).

No *Post-Scriptum*, Deleuze exprime o programa, a lógica e o histórico das sociedades de controle revelando como Foucault nos ofereceu uma gênese das “sociedades disciplinares”. O próprio Foucault, entretanto, teria localizado o caráter brevíssimo do poder disciplinar e a crise que atravessou essa forma de poder durante o século XX. Partindo da genealogia das sociedades disciplinares concebida por Foucault, Deleuze afirma o processo de crisalidarização³² soberania-disciplina.

A) Histórico

Foucault mapearia as sociedades disciplinares localizando a sua emergência e desdobramento, entre os séculos XVIII – XIX. Entretanto, acentua que seu apogeu se dá no início do século XX, exprimindo que esse modo de conformação social produziu “grandes meios de confinamento”: a família, a escola, a caserna, a fábrica, o hospital e a prisão (que se revela como a instituição confinante por excelência). Configuram-se como instituições disciplinares produzindo um indivíduo enclausurado e criando confinamentos segmentados. Assim, o operário da fábrica tem as mesmas características de um “condenado”, pois ele está condenado ao modo de vida disciplinado. Por consequência, inteligimos a essência das sociedades disciplinares pela concentração e

³² Metáfora poética utilizada para caracterizar o processo de agenciamento entre o disciplinar e o controle. Uma maneira de nomear o híbrido entre essas duas expressões do poder no contemporâneo. Estamos diante da imagem da crisalida na qual a disciplina exprime a lagarta e o controle expressa o estado da borboleta antes de levantar voo.

distribuição no espaço e no tempo ordenados (DELEUZE 1992: 219) com o intuito de extrair o máximo de produtividade dos indivíduos, docilizando seus corpos, criando uma ambiência quadriculada e enclausurante. Nas palavras de Foucault:

O poder da vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. (...) Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares: numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. As cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença (FOUCAULT 1987: 170 e 191-192).

O espaço e o tempo ordenados pelas sociedades disciplinares produzem uma força produtiva coletiva potente, superior à soma de cada indivíduo elementar. Não se trata de uma simples somatória de corpos. É a constituição de uma singularidade enclausurante que oferece outra tonalidade à produção fabril e que beneficia o processo de acumulação do capital.

De fato, como mostra Rogério da Costa, trata-se de um diagnóstico asfixiante no qual as sociedades disciplinares instauram espaços repartidos em meios fechados (a escola, a prisão, a fábrica, o hospital, a caserna etc.), estabelecendo uma moldagem que apresenta fixidez e deve ser aplicada de modo integral. “Seguindo as análises de Michel Foucault, Deleuze percebe no enclausuramento a operação fundamental da sociedade disciplinar, com sua repartição do espaço em meios fechados” (COSTA 2004: 161).

Poderíamos inferir do argumento supracitado que deixou de existir o elemento disciplinar no contemporâneo? Diríamos que as sociedades de controle operam pela produção de um fluxo de informação intersectado a um fluxo de cifras, o que revela a permanência da disciplina articulada ao controle. De acordo com Costa, a conformação social disciplinar opera por fluxos de informação, os quais circulam de modo hierárquico, vertical e compartimentado. Assim, o acesso à informação se confunde com a posição do indivíduo na hierarquia (*Ibidem*: 162).

De acordo com Deleuze, Michel Foucault já desconfiava da brevidade deste tipo de conformação social e o espectro de crise que a rondava. Elabora uma genealogia dos modos de conformação social tendo como ponto de partida a soberania: as sociedades de soberania que antecederam as sociedades disciplinares tinham teleologicamente

como finalidade “decidir sobre a morte mais do que gerir a vida”. Nas sociedades de soberania a causa final era a monopolização da produção e a decisão sobre vida dos indivíduos ao invés da organização do confinamento e hierarquização da disciplina. Das incursões pelo pensamento genealógico foucaultiano, Deleuze extrai que Napoleão foi o responsável por produzir a transição da soberania às sociedades disciplinares (DELEUZE 1992: 219).

Segundo Costa, “nos dispositivos disciplinares, como nos mostra Foucault, há uma espécie de polarização entre a opacidade do poder e a transparência dos indivíduos” (2004: 162). Dessa dissimetria instaura-se a crise nas sociedades disciplinares e a emergência das sociedades de controle. Deleuze concebe que no pós-Guerra as sociedades disciplinares vão se despotencializando e acenando para uma intersecção com o controle (DELEUZE 1992: 219-220).

Em “Conversações”, Deleuze exprime que o enclausuramento das sociedades disciplinares experimenta uma crise institucional: escola, fábrica, família, hospital e prisão são afetadas. O Estado passa a gerir esta agonia até a instauração das novas forças (*Ibidem*: 220).

A sociedade de controle não se propõe como uma retificação das instituições disciplinares, mas aponta para o fato de que elas se reconfiguram passam por um processo de “crisalidarização”. Desse modo, no argumento deleuziano o hospital deixa de ser enclausurante, passando por um processo de setorização. Acontece a divisão em partes simplificadas originando os hospitais em suas várias especificidades e diferenças. Em consequência, cria-se uma forma de controle que incide sobre os corpos dos indivíduos expressando ganhos e aspectos regressivos. O desenclausuramento é tido como um ganho; o controle ainda recai sobre os corpos e as subjetividades, que passam da internação hospitalar ao controle domiciliar de programas de prevenção e atenção à saúde (DELEUZE 1992: 220).

B] Lógica

Deleuze destacou a importância da lógica relacionada à urdidura conceitual destas conformações sociais e contrapondo-as à lógica das sociedades disciplinares que operavam por docilização. Já as sociedades de controle operam por modulações; moldagens auto deformantes em devir permanente (*Ibidem*: 221).

O trabalho passa do confinamento disciplinar ao controle modular e de captura, no qual cargos, salários e posições são modulados, postos em devires múltiplos que envolvem os trabalhadores em disputas por prêmios e recompensas. A televisão permanece como dispositivo de controle acoplada à máquina cibernética, mas constituindo um mundo orientado por agenciamentos de enunciação e regimes de signos³³.

Os modos de controle não se exprimem de maneira hierárquica ou vertical. Ao contrário, se expressa de modo reticular operando por interconexões e diluindo as vigilâncias panópticas. O poder se manifesta de modo “disperso” em uma rede difusa (COSTA 2004: 162). Dessa maneira, se configura como “ilocalizável” e devêm “horizontal” e “impessoal”.

Mas numa sociedade inteiramente axiomatizada, as instâncias de poder não têm mais uma cara. Sua ação agora não se restringe apenas à contenção das massas, à construção de muros dividindo cidades, à retenção financeira para conter o consumo. Essas são estratégias que pertencem ao passado (*Ibidem*: 162).

A nova ordem exige a capacidade de estabelecerem-se conexões articuladas a uma conectividade central. Trata-se de modular os fluxos sociais para regulação dos desejos dos indivíduos, articulando-os aos fluxos centrais de comunicação. O poder de controle cria espaços interseccionados e sem limites definidos na encruzilhada entre controle e disciplina. Segundo Edson Passetti, as relações de poder seguem exigindo dos indivíduos que participem ativamente do controle e estabeleçam um “fluxo inteligente” atado a ele (2000: 1).

É importante caracterizar as instituições nesse processo de intersecção disciplina/controlado. No poder disciplinar a fábrica aparece como uma instituição interessante ao patronato e aos sindicatos, pois possibilitava a vigilância patronal sobre uma massa molarizada e aos sindicatos um espaço coletivo de seus representados. Ao

³³ Traçando um paralelismo com o presente destacamos a existência de programas televisivos denominados como *reality shows* dentre os quais, frisamos o *Big Brother Brasil* em que, segundo Silvia Viana, pouco importa o que os indivíduos sabem ou não fazer; efetivamente o saber fazer é um empecilho que pode interferir na competição inter-indivíduos. Trata-se muito mais de nutrir a competição e impedir a passagem do que a autora nomeia como “tédio ativo” que mantém a disciplina e o controle sobre os corpos ao ócio criativo que contém a potência do resistir (VIANA 2012: 94).

passo que nas sociedades de controle a empresa desmassifica e contrapõe os indivíduos entre si, tornando-os individuais³⁴.

Na lógica disciplinar que antecedeu ao controle, operava-se a maquinaria social através de uma assinatura que definia o indivíduo: quando articulada a um número de matrícula indicava a posição deste na massa. Na conformação social de controle dissolve-se essa bipolaridade em um fluxo cifrado, no qual o controle incide sobre os indivíduos a partir de uma cifra exprimindo um código-senha que garante o acesso a uma dada informação e também a recusa quando se faz necessário o exercício do controle sobre aquela informação.

Tentamos deixar patente a mutação pela qual o capitalismo é atravessado na conformação social de controle. Apreende-se a lógica segundo a qual a escola precisa ser tornada como um serviço (DELEUZE 1992: 223-224). Torna-se cifrável, deformável, compondo um empreendimento no qual o diretor deixa de ser um agente pedagógico no processo e torna-se o gestor que vai gerir econômica e racionalmente um produto ou serviço.

Se o processo ocorre numa atmosfera que transforma direitos em serviços, o marketing aparece como um importante instrumento de controle social. Apresenta-se sob a marca de uma “rotação rápida”, contínua e ilimitada dos interesses do capital, produzindo o “homem endividado”. Em simultaneidade há um fluxo de singularidades coexistentes e uma explosão dos guetos e favelas. Nesse ponto da argumentação é preciso indagar: como os indivíduos controlados em guetos e favelas vão lidar com a dívida? Qual o efeito da dívida sobre seus corpos e subjetividades (DELEUZE 1992: 224)? A instauração da dívida é uma maneira de inibir resistências?

Na lógica do controle exercido pela dívida criam-se espaços sem limites definidos, atravessados por redes ininterruptas nas quais nada é levado a termo. Os indivíduos estão sempre por terminar algo, estabelecendo relações nas quais não se termina coisa alguma (COSTA 2004: 161). É desestimulada a resistência tendo em vista que são devedores permanentes seja do cartão de crédito, do curso de atualização

³⁴ O *dividual* descaracteriza os indivíduos tornando-os um conjunto de dados capazes de alimentar procedimentos organizacionais, como exprime Lazzarato: “o *dividual* ‘funciona’ na servidão da mesma maneira que os componentes ‘não humanos’ das máquinas técnicas, como procedimentos organizacionais, semióticas e assim por diante” (2014: 29). O termo *dividual* é expresso por Deleuze no “Post Scriptum sobre as Sociedades de Controle” e exprime a condição na qual o indivíduo torna-se divisível e vai se tornar um dado, uma amostra, um número compondo o mercado e assim constituir os bancos de dados inerentes às conformações sociais de controle (DELEUZE 2012: 222).

profissional, da graduação universitária pendente e mais elevada. Na lógica interna a dívida despotencializa atos de criação de resistência.

C] Programa

Do ponto de vista programático as sociedades de controle criam mecanismos e maquinismos peculiares para controlar os fluxos de vida e desejo. Fora da ambiência empresarial, num âmbito punitivista, vigiam através de “coleiras eletrônicas”. Os computadores protagonizam a máquina cibernética detectando a posição de cada indivíduo nas repartições públicas, empresas, escolas ou reservas ambientais; controlando fluxos de desejo e vida. O computador funciona como coleira eletrônica (DELEUZE 1992: 224-225) exercendo o controle a céu aberto e prescindindo da clausura. Os corpos tornam-se individuais, exprimindo um conjunto de dados e amostras de mercado.

De acordo com Edson Passetti, os indivíduos participam ativamente dos processos de controle e captura imanentes à conformação social, exprimindo uma forma de inibir resistências (2000: 6). A “participação contínua” fornece sentido ao controle permanente. Entretanto, não se dissipam a disciplina e o castigo. O corpo é redimensionado num fluxo de investimento produtivo, transparente e polivalente, administrado e avaliado ininterruptamente (*Ibidem*: 10).

No pensamento deleuziano tem-se a avaliação e o controle contínuo como duas premissas básicas. A empresa invade a escola que passa por um controle contínuo e permanente, no qual alunos e professores são avaliados sob o apito da fábrica e a sinaleira da escola. Se expressa uma “crise das instituições” em simultaneidade com um novo “regime de dominação” (DELEUZE 1992: 225). Não há a necessidade exclusiva de docilização, pois a sua articulação ao controle se faz necessária aos agenciamentos coletivos (PASSETTI 2000: 6).

Constata-se a inaptidão das formas de lutas tradicionais: os sindicatos, por exemplo, que lutaram contra a disciplina e o confinamento são desafiados na nova ordem social: conseguirão lutar contra o controle e suas modulações ou cederão lugar a outras formas de resistência (DELEUZE 1992: 225-226)?

2.3 – Sociedade mundial de controle em um gradiente deleuziano

Michael Hardt não propõe uma ratificação do conceito de sociedade de controle, mas aponta outros problemas como a questão racial, imanente a um desdobramento da conformação social pensada por Deleuze. Segundo Hardt, apesar de Deleuze remeter a Foucault quando vai pensar a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, não é possível localizar no pensamento foucaultiano nenhum traço mínimo dessa transição. A formulação sobre a emergência transicional da sociedade de controle

é essencialmente deleuziana, embora ele tome o termo emprestado de William Burroughs (HARDT 2000: 357).

Hardt avalia que Deleuze oferece uma formulação econômica e exígua do conceito, estabelecendo a necessidade de apreendê-lo a partir de uma aproximação entre a passagem da sociedade moderna à sociedade pós-moderna (*Ibidem*: 357-358). Não acompanharemos esse percurso, pois compreendemos que Deleuze não se ocupou da binaridade modernidade vs. pós modernidade³⁵.

Hardt destaca que há um déficit da atividade política afirmando que “o lugar da política foi desrealizado” mediante a privatização do espaço público. A *polis* se constitui em um grande “Império” e com ele desaparece a atividade política liberal moderna. Torna-se impossível uma leitura dialética entre espaços públicos e espaços privados. A conformação social do controle exige outras chaves de leitura (HARDT 2000: 360). O paralelismo deleuziano adotado por Hardt aparece como uma alternativa para a crítica do racismo imperial e de sua produção de subjetividades.

Detenhamo-nos no argumento do “racismo imperial”; o núcleo do argumento é expresso da seguinte maneira: na passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle emerge o que Hardt denomina como a junção entre racismo e alteridade. O racismo não regrediu; apenas mudou suas estratégias e formas de expressão. O autor levanta a seguinte indagação: “qual é a forma e quais são as estratégias do racismo nas sociedades de controle?” Nelas, segundo o argumento trazido a lume, o racismo prescinde de um “conceito biológico de raça” para valer-se do conceito de cultura (*Ibidem*: 362-363).

A formulação teórica sobre o racismo concebe que “seria vão e até mesmo perigoso, permitir ou impor uma mistura de culturas: servos e croatas, hutus e tutsis, afro-americanos e coreanos-americanos devem permanecer separados”. Seria necessário limitar a hibridização cultural, sendo esse o cerne da teoria racista que se estrutura a partir daí (*Ibidem*: 363-364).

³⁵ PELBART, Peter Pal. “Deleuze e a Pós- Modernidade.” “Embora Deleuze nunca tenha se considerado um pós-moderno, e até tenha ficado à margem do debate sobre o assunto, é compreensível que ele por vezes seja incluído nesse espectro teórico, ou pelo menos no rol de seus inspiradores. Afinal, ele ajudou a lançar ou reativar vários dos termos que circularam entre seus arautos nas últimas décadas, tais como diferença, multiplicidade, intensidade, fluxos, virtual, até mesmo simulacro... No entanto, se rastreamos a bibliografia a respeito do pós-moderno ou mesmo da pós-modernidade, seja ela filosófica, crítica ou apenas histórica, ficamos surpresos com a ausência quase absoluta de qualquer menção a Deleuze” (PELBART 2015: 1).

Ao adotar um racismo culturalista as sociedades de controle podem transmitir uma ideia de antirracismo tendo em vista exprimirem uma interdição às misturas interculturais sob o argumento de preservação cultural. Exprime-se uma forma concreta de racismo, constituindo uma teoria da segregação (*Ibidem*: 364) que administra microconflitualidades inerentes ao modo de vida capitalista imperial e de controle. De acordo com Renato Nogueira, as sociedades disciplinares mantiveram intacto o “racismo antinegro”, que além de separar e docilizar os indivíduos em uma perspectiva segregacionista, é supremacista como fora o caso do modelo de supremacia branca estadunidense (2016: 53).

A formulação teórico-racista concebe que “a hegemonia e a submissão das raças não revelam a expressão de uma questão teórica, mas advém de uma livre competição, de uma espécie de lei de mercado da meritocracia cultural” (HARDT 2000: 365). O racismo não corresponde, portanto, a uma fundamentação da superioridade racial biológica, institui-se incluindo e cooptando (NOGUERA 2016: 53). “A segregação não integra a agenda das sociedades de controle, e os campos de concentração e fronteiras policiadas tendem a desaparecer, as barreiras formais às funções de maior prestígio também” (*Ibidem*: 54). A prática do racismo é concebida não em termos de exclusão, mas como estratégia de “inclusão diferencial” (HARDT 2000: 365), de multiculturalismo e controle.

O racismo imperial culturalista estaria fundado na gestão dos microconflitos culturais e na expressão do “jogo das diferenças” (*Ibidem*: 367). Se o racismo das sociedades disciplinares pressupunha segregação e discriminação, o racismo culturalista critica-as, além de indagar a coisificação e animalização do corpo (NOGUERA 2016: 53).

O fim das raças – enquanto conceito biológico – é o sepultamento da divisão entre aparência e essência. Mas não é o fim do racismo, porque as raças continuam existindo, porque, nas sociedades de controle, o conceito de raça assume sentido histórico e social (*Ibidem*: 56).

Evidencia-se que as subjetividades são produzidas a partir das experimentações concretas dos sujeitos, atravessadas pelo racismo imperial culturalista. As instituições exprimem o lugar no qual a produção de subjetividades é concebida, não passando incólume ao processo de meritocracia cultural. Caracteriza-se pela multiplicidade

institucional na qual indivíduos transitam entre a família, a empresa, o hospital, a prisão etc.

Outra tese importante de Hardt exprime a ausência de um “conflito central” estruturante. O que há na interioridade deste tipo de sociedade é uma rede de microconflitualidades (HARDT 2000: 371). Tais redes são localizadas e aprofundadas no diálogo com David Lapoujade, em especial na obra “Deleuze, os movimentos aberrantes”, que expressa a microconflitualidade a partir de uma pinça de duas garras: corpos mônadas e sujeitos nômades.

Lapoujade elege os atos de fabulação como atos políticos centrais a serem efetuados na microconflitualidade, exprimindo o clamor pela constituição de um povo que falta como já alertara Deleuze no *Post-Scriptum* sobre o conflito entre populações mônadas e multiplicidades nômades. Não há a proposição de uma retificação do conceito de ação política, mas o apontamento dela como problemática central, indaga-se, a possibilidade ou não de agir politicamente. A argumentação do autor gira em torno da questão: como a resistência pode se tornar ou não uma insurreição em meio a microconflitualidade?

Exprime-se a necessidade de se travar uma luta política capaz de fender os corpos mônadas produzidos na microconflitualidade, conectando ações moleculares com a produção de uma minoria concebida a partir de atos de fabulação e desterritorialização.

(...) o problema mudou. Não se pode mais colocar a questão de saber qual ação política conduzir, pois ela supõe que já esta estabelecido o que ainda está em questão: ela supõe que somos capazes de agir. Mas não é justamente esse o problema? O problema não é, primeiro, como se tornar capaz de agir politicamente? De gerar essa capacidade em nós? Não agimos apenas pelo fato de que isso seja possível ou porque temos a capacidade de agir, muito menos porque temos a vontade. O problema não é o de saber como agir, mas, primeiro, de se tornar capaz de agir (LAPOUJADE 2015: 263).

Lapoujade está problematizando a possibilidade de efetividade ou não de uma ação política já que as sociedades de controle produzem um híbrido humano / máquina computadorizada. A questão central da tese presente no argumento é: experimentamos uma submissão maquínica generalizada, na qual a máquina computador integra a totalidade do mundo às imagens, além de digitalizar a vida (2015: 265)?

Vivemos num mundo-tela, um mundo exclusivamente povoado de imagens que desfilam sem parar e comunicam diretamente suas informações a um cérebro saturado. No limite, não há mais mundo

exterior onde agir; só há uma tela e uma mesa de informação com as quais interagir (*Ibidem*: 265).

Os indivíduos tornam-se individuais, divisíveis, massas, tornadas amostra de bancos de dados a serem explorados. A microconflitualidade não produz mais sujeitos autônomos, mas uma massa de indivíduos mônadas agindo por clichês que são produzidos pela totalidade do mundo das imagens. Os clichês forjam ações, percepções, enunciados e pensamentos instaurando um porvir fechado no qual já estariam previstos todos os possíveis (LAPOUJADE 2015: 265-266). Verifica-se a caracterização, por Deleuze, do “fim do devir revolucionário coletivo”, de um sujeito revolucionário coletivo caracterizado como “proletariado”. Não se trata mais de se acomodar a um percurso utópico centrado em um “sujeito autônomo” marxiano capaz de exprimir um devir revolucionário (PASSETTI 2000: 1-2). Mas, de criar uma subjetividade capaz de agir a partir de uma potência de resistência que seja imanente às minorias.

Lapoujade parte de duas premissas:

1. Esta conformação social cria agenciamentos fundados no clichê e na redundância da totalidade das imagens. Dessa maneira, vemos, agimos e falamos de acordo com aquilo que se fala. E falamos do que se vê dentro de uma tessitura social incapaz de produzir o fora da totalidade das imagens produzidas para o controle.

2. Os corpos mônadas conformam o visível e o enunciável, produzindo um controle em simultaneidade. O que resulta em um corpo controlado e determinado em seu pensamento e ação aprioristicamente (2015: 267).

De tal modo que cada função controla a outra: o visível-legível permite controlar os enunciados conferindo-lhes uma moldura preestabelecida, o enunciável controla o visível-legível recortando nele formas predefinidas” (*Ibidem*: 267).

Com isso se submete a potência de ação a possíveis pré-estabelecidos. O indivíduo pode exercer o direito de escolha, mas não escolhe os termos desta, vendo-se reduzido à condição de um corpo mônada. Tal fato implica na hibridização entre soberania, disciplina e controle, tendo em vista que os indivíduos se mantêm docilizados, passíveis ao castigo, tendo seus desejos capturados pelo consumo e submetidos a uma servidão maquínica potencializada por um fluxo de informações.

O corpo mônada seria aquele desprovido de corporalidade, pensamento crítico e mundanidade, tendo em vista que sua atividade se dá em meio ao “niilismo passivo”. Para fender a mônada seria preciso tornar-se capaz de agir rompendo a axiomática do controle e seus emaranhados de clichês (*Ibidem*: 267).

Lapoujade oferece uma perspectiva interessante: não se deve pensar a ação política em termos do porvir, da revolução. O importante é pensar no combate em si, nos levantes, mesmo que sejam capturados depois. Uma ação política que acontecesse em outra temporalidade (2015: 270), fora do poder de controle e constituindo minorias.

Para fender o estado de mônada Lapoujade destaca a importância da criação de “minorias” e a retomada do desejo por parte dos indivíduos. Quando certas populações não respondem mais à axiomática das sociedades de controle deixam de ser percebidas e são reduzidas ao estado de minorias, tornando-se subsistemas. As minorias efetuam-se como a exterioridade; exprimem a potência do fora, de uma subjetividade capaz de ultrapassar os clichês e criar fluxos de desejo desterritorializados (*Ibidem*: 270). E não controlados, com efeito, tornam-se resistentes.

Não é que a ação política se torna impossível, já que: “Não vivemos num mundo onde toda ação política é impossível, vivemos num mundo onde o impossível é a condição de toda ação, de toda nova criação de possíveis” (LAPOUJADE 2015: 271). Para fender a mônada e criar uma ação política potente faz-se necessário experimentar afecções do fora, que quebrem o encadeamento dos clichês e entre em devir minoritário e molecular. Uma ação política pode se constituir orientada pelo devir, criando uma redistribuição de potências e que escapem às massas.

Um devir é primeiramente isso: potências que se erguem e nos levam a algo não pessoal, “político” nesse sentido. Um engano comum sobre o devir é ver nele uma transformação pessoal, subjetiva, fantasmática, quando se trata do contrário, de um processo impessoal, coletivo e real (*Ibidem*: 272).

O devir é sempre coletivo, impessoal, relacional, exprimindo multiplicidades. É político e nesse sentido atua no molecular. Entrar em devir é a capacidade de “fazer corpo com outros corpos, instaurando um corpo coletivo e nômade produtor de fendas na mônada submetida ao controle” (*Ibidem*: 272-273).

Trata-se de lutas que reivindicam o direito ao desejo. “Os exemplos citados por Deleuze e Guattari: as lutas feministas, as lutas do GIP, da Aides, as lutas operárias, a

luta dos Palestinos, dos Black Panthers, as lutas do Terceiro Mundo etc.” (LAPOUJADE 2015: 276-277). Nestas lutas pressupõe-se a construção de sujeitos coletivos capazes de ações coletivas. Não se trata mais de grandes lutas de massa, mas de fazer matilhas e criar grupelhos moleculares³⁶ e minorias.

A luta política é sempre a luta travada na dupla pinça da lagosta: entre o visível e o enunciável, na qual a minoria reivindica ser percebida de outro modo. De uma maneira que produza outro discurso sobre si e que crie enunciados outros que escapem aos clichês e informações dominantes: “Ver e falar deixam de ser exercícios empíricos e de preencher sua função social preestabelecida. Eles são submetidos a um uso transcendental ou ‘menor’, que os faz atingir o indizível do dizível, o invisível do visível” (*Ibidem*: 280).

Sabemos que as mônadas se encontram descorporificadas de potência e têm seu cérebro e corpo capturados, pois estão submetidas à máquina computadorizada cibernética e ao seu conjunto de informações, ficando reduzidas. O desafio seria como criar resistência devolvendo um corpo e um pensamento potente às mônadas (*Ibidem*: 285)?

Talvez seja dessa maneira, em última análise, que a mônada possa reconquistar aquilo que é constantemente despossuída: recriar um corpo, um pensamento, uma fala, liberar um cérebro de sua submissão e recriar assim o vínculo do homem com o mundo que os processos de sujeição e de submissão da axiomática romperam (LAPOUJADE 2015: 285-286).

Na tarefa de investir-se sobre o corpo e o pensamento dos corpos mônadas poder-se-á indagar a efetividade das minorias: estas já comportam uma estrutura temática e conceitual bem fundamentada de modo a nos apresentar uma autêntica produção de subjetividade que ultrapasse a dos corpos mônadas? E mais, já há nas minorias a efetivação que supere os clichês e a estrutura informacional.

³⁶ Em “Revolução Molecular”, obra escrita por Félix Guattari, o autor cria o conceito de “grupelhos” para conceber a constituição de sujeitos coletivos capazes de criar outros possíveis no interior da sociedade capitalista contrapostos a todo tipo de centralismos e constituindo-se como sujeitos autônomos que se espalham por todas as partes de modo rizomático. “Cada um com seu grupelho! Em cada fábrica, cada rua, cada escola” (GUATTARI 1981:17).

Capítulo 3 – Rostidade de controle: rosto vivo vs. imagens do rosto

Uma noite, há anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei reconhecer o quarto da nova casa em que eu estava morando e não conseguia me lembrar

de como havia chegado até ali. E a insistente pergunta martelando, martelando. De que cor eram os olhos de minha mãe? (Conceição Evaristo, 2018)

3.1 – Rostidade nas sociedades de controle: o rosto anelar da serpente³⁷.

Como intervir sem risco de contágio em territórios inóspitos, como a exterioridade da existência manifesta nas ruas em tempos de pandemia e crise humanitária? Tal indagação tomou centralidade na crise global causada pelo SARS-Cov-2³⁸. A problematização pode ser posta da seguinte maneira: como equacionar o cálculo entre a proteção da vida e a preservação do sistema econômico de produção das mercadorias e dos dados? Por consequência, como ampliar as estratégias de controle e vigilância efetivamente, diante da ameaça global sobre a vida? A máquina abstrata de controle utilizou-se de um agenciamento³⁹ de distância social controlada, aliada ao uso de barreiras mecânicas como máscaras, luvas e outras estratégias, intersectadas a um regime de “tele-trabalho”, ou *home office*, que aparecem nas duas cenas a seguir:

Cena 1:

“Professor sua aula de sexta não está cancelada, terá de lecionar à distância utilizando os recursos tecnológicos que a universidade oferece na plataforma *Collab* criando conferências, chats e fóruns de discussão objetivando a redução de danos no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos” expõe o coordenador de curso de uma instituição de ensino superior privada. Esse agenciamento implica uma topografia específica que produz afecções no corpo e na mente dos indivíduos, bipartindo o espaço em zona insalubre e zona de

³⁷ No “*Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle”, Deleuze exprime que as sociedades disciplinares são representadas pela toupeira devido ao confinamento. Este animal cava buracos e existe em confinamento ao passo que, para designar as sociedades de controle a serpente e seus anéis é adotada como o animal que representa a conformação social em questão (DELEUZE 1992: 226).

³⁸ BRASIL, Ministério da Saúde. “A **COVID-19** é uma doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)”. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

³⁹ Agenciamentos em Deleuze e Guattari pressupõem um território que “excede” o organismo e o meio criando zonas de intersecção e exprimindo um sistema bipartido: 1. *Sistema semiótico* produtor de regimes de signos, agenciamento de enunciação (expressão) e 2. *Sistema pragmático* criador de ações e paixões exprimindo aquilo que se faz (conteúdo). “Em cada agenciamento é preciso encontrar o conteúdo e a expressão, avaliar sua distinção real, sua pressuposição recíproca, suas inserções fragmento por fragmento”. (DELEUZE & GUATTARI 2012 b: 232-233).

proteção. Entretanto, essas zonas estão misturadas, tendo em vista que são atravessadas pelo agenciamento de controle e isolamento social, que torna-se insalubre ao exigir do professor jornadas de trabalho prolongadas na elaboração de recursos audiovisuais para as aulas, a prestação e produção de seu autocontrole expresso na emissão de relatórios semanais de suas atividades, levando a situações de cansaço e esgotamento físico e emocional em dadas situações⁴⁰.

Cena 2:

Naquela tarde, um pouco antes do jantar, o indivíduo checa os noticiários e observa a velocidade do contágio e a letalidade do vírus denominado “coronavírus”; multiplicam-se as estatísticas mórbidas, instaura-se um afeto de medo e pânico em meio às estratégias de isolamento e distanciamento social. Ao perceber a escassez de certos alimentos e utensílios domésticos do cotidiano, decide pela ida ao supermercado do bairro com o intuito do abastecimento da dispensa e a satisfação da manutenção física do lar.

-Preciso ir ao supermercado! Pelo menos comprar arroz, ovos, detergente, óleo e sabão em pó.

Munido de sacola, máscara e higienizador de mãos põe-se em direção ao supermercado local. Percebe à distância um sujeito escrutando a entrada das pessoas ao centro de compras, aproximando-se, logo compreende que não se tratava apenas de escutar, mas também de controlar. Aquele que escrutina também traz às mãos um dispositivo que afere e projeta no rosto dos indivíduos a sua temperatura corporal (uma câmera térmica para identificação de corpos febris) restringindo ou garantindo o acesso ao interior do estabelecimento varejista. Neste acontecimento instaura-se um paradoxo entre o desejo, a necessidade e o controle. O rosto que já destituído da potência de anonimato, agora também transforma em

⁴⁰MARINHO, Genilson Cordeiro. “A precarização do trabalho do professor em tempos de quarentena.” “Em meio ao turbilhão de decretos e medidas provisórias, somos submetidos a normalidade da anormalidade. Não há garantias de que essa lógica do ‘sacrifício’ imposta se cumpra. É fato que, essas normas e medidas adequadas a nova temporalidade do capital no contexto do Covid-19, são temporárias, mas produz efeitos destrutivos e ampliam modalidades contratuais precárias que se traduzem em trajetórias incertas pós-Covid-19, tendo impactos óbvios na saúde e qualidade de vida do trabalhador”. Disponível em: <https://www.justificando.com/2020/04/29/a-precarizacao-do-trabalho-do-professor-em-tempos-de-quarentena/>. Acesso em 17 de mai. 2020.

dado o seu calor, despotencializa-o do anonimato de sua temperatura corpórea.

* * *

Diante das cenas podemos indagar sobre a condição de existência dos indivíduos frente às zonas de indiscernibilidade entre o insalubre e o protegido, confinamento e controle, forma e conteúdo, anonimato e necroanonimato, “rosto vivo” e “imagens do rosto”. Cenas que desterritorializam o anonimato do rosto, colocando a necessidade de apreendermos o conceito de rostidade criado por Deleuze e Guattari. Na máquina abstrata de rostidade há a produção de uma dinâmica operacional das imagens do rosto criadas pelos maquinismos e mecanismos de controle e vigilância.

(...) são estas as imagens que ajudam a definir os desenhos subjetivos da existência do que é ser por exemplo, negro, ou ser mulher, de forma imediata e, de maneira indireta, quais corpos estão associados a construtos abstratos como gentileza, agressividade, beleza, pobreza, riqueza e sucesso profissional (CARRERA 2020: 150).

Quando se pensa a concepção de ação política em uma perspectiva deleuzo-guattariana, um tema atravessa as diferentes formulações servindo como elemento de convergência. Trata-se do conceito de rostidade e o rosto instaurado a partir dela. A construção do rosto e, por consequência, de uma determinada rostidade pressupõe um movimento semiótico, polivocal e político capaz de exprimir as imagens do rosto produzido. Além da dimensão política, rosto e rostidade expressam uma derivação maquínica que em paralelo só pode ser desfeita e apoiada em engajamentos e devires reais.

O rosto emergente da máquina de rostidade não pode ser reduzido a um invólucro exterior. Exprime um agenciamento maquínico e produtor de significância, desejo e subjetivação. Significância que pressupõe um “muro branco” no qual se inscrevem signos e redundâncias. Ao passo que neste agenciamento, subjetivação escava um “buraco negro” na alvura do muro, conferindo consciência, paixão e redundâncias. Acontecimento que dá vida a um tipo de agenciamento maquínico e estratificado⁴¹ peculiar às sociedades de controle, compreendido como “imagens do rosto”.

⁴¹ As estratificações criticadas por Deleuze e Guattari revelam a criação do mundo a partir do caos, “uma criação contínua e renovada” (DELEUZE e GUATTARI 2012b: 230). São emergentes da elaboração e do funcionamento das máquinas desejanter próprias da conformação social efetiva. Uma linha estratificada na disciplina pode ser atravessada por uma linha estratificada no controle e vice-versa.

Os rostos não são primeiramente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade, delimitam um campo que neutraliza antecipadamente as expressões e conexões rebeldes às significações conformes (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 36).

Opera-se um estado de modulação e controle de corpos, rostos e subjetividades, de acordo com as conformações de poder instituído. Pressupõe-se uma possibilidade de interpretação do rosto enquanto “superfície de relação” e expressão de um “sujeito socialmente construído” (LIBÉRIO 2018: 27). Construído, identificado e capturado pelas imagens do rosto que ele produz na atmosfera de vigilância e necroanonimato.

O rosto não exprime exclusivamente uma característica individual do sujeito, ele não está pronto e nem pré-dado, nasce a partir de uma máquina abstrata de rostidade: “(...) O rosto, pelo menos o rosto concreto, começaria a se esboçar vagamente sobre o muro branco. Começaria a aparecer vagamente no buraco negro” (*Ibidem*: 36). A máquina abstrata de rostidade instaura imagens do rosto produzido no processo de construção do “muro branco” no qual o significante ricocheteia em direção ao buraco negro produtor de subjetividades. Significantes, desejos e subjetividades são postos em jogo para a elaboração de uma rostidade maquínica compositora de contextos imagéticos.

A forja da imagem do rosto se dá no espaço entre as engrenagens e combinações da máquina abstrata de rostidade, tornando necessária a indagação pelo momento de emergência da máquina abstrata de rostidade. Como localizar o ponto de fricção entre o muro branco e buraco negro constituidores da máquina abstrata de rostidade das sociedades de controle?

O indivíduo contemporâneo modulado e tornado dividual pelas engrenagens maquínicas do estrato de controle⁴², constitui a si mesmo a partir de um *topos*, intersectados à tecnologias e estratégias. O rosto e sua visibilidade imagética ganham importância ao interditar o anonimato individual constituidor de agenciamentos maquínicos reveladores do “retrato falado” de todos e de cada um.

A rostidade instaura uma variabilidade de imagens de rostos resultando na efetuação do necroanonimato articulado a algoritmação do rosto vivo. A soma dessas imagens exprime uma “grande selfie”, causando a afirmação do “eu” e a produção de

⁴² Os estratos analisados por Deleuze e Guattari são compostos de códigos, variedades, formas e substâncias diversas. Expressam uma unidade de composição, traços formais comuns a toda segmentaridade dura de um estrato (DELEUZE e GUATTARI 2012 b: 230).

uma rostidade modelada, na qual os desejos são moldados na repetição (FLAUSINO 2019: 12). Com efeito, institui-se o necroanonimato, o controle e a vigilância constituindo um agenciamento de imagens do rosto desprovido da potência do rosto vivo.

Da destituição do rosto vivo decorre a efetuação de uma rostidade produtora de imagens do rosto. Resistir ao controle exige dos indivíduos a retomada do que os torna humanos e capazes de agir politicamente: o direito a um rosto vivo e investido da potência de anonimato. Em se tratando do processo produtivo de rostidade compreendemos que a máquina abstrata coloca em jogo sistemas semióticos de significação e subjetivação.

(...) como se o rosto humano assumisse as características de uma tela, de acordo com nossas premissas, agravadas pelas vertentes do pensamento pós-humano, a hipótese da rostificação aos poucos vai conduzindo nossas reflexões para longe do rosto, tal como o compreendemos na sua humanidade (...) (*Ibidem*: 12).

Em termos deleuzo-guattarianos, o perfil exprime-se a partir de um “muro branco”, receptor da inscrição de valores, desejos, costumes e comportamentos, manifestando um lugar de ressonâncias e redundâncias. Em paralelo, a máquina abstrata escava os buracos negros criadores de subjetividades formatadoras de desejos e paixões estabelecendo processos de captura das forças vitais do rosto.

A rostidade mapeia superfícies, linhas e traços da conformação social instaurando máquinas desejanças no interior dela. Trata-se de um agenciamento maquínico que se distingue da cabeça. O rosto (ou as imagens dele) produzido pela máquina abstrata de rostidade, rostifica o biológico, dos pés à cabeça, produzindo subjetividades e valores (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 39). Rostidade não é a expressão de um antropomorfismo, trata-se de ordenação maquínica:

*É precisamente porque o rosto depende de uma máquina abstrata que ele não se contentará em recobrir a cabeça mas afetará as outras partes do corpo, e mesmo, se necessário, outros objetos sem semelhança. Consequentemente, a questão é a de saber em que circunstâncias essa máquina é desencadeada, produzindo rosto e rostificação (*Ibidem*: 40).*

Buscamos traçar até o momento que a rostidade modulou as imagens do rosto por meio de mecanismos e maquinismos culturais, econômicos, sociais, digitais e algorítmicos subjetivadores dos desejos e paixões individuais. A rostidade criada a partir dessa experimentação expressa um resíduo de fetiches e simulacros (FLAUSINO

2019: 15). Expressando uma arborescência de imagens do rosto incapazes de fazer rizoma e destituídos de potência de anonimato.

3.2 – Estratificação do rosto vivo.

Os rostos são individuais, formam lugares de ressonância, criam subjetividades, definem zonas de frequência e de probabilidade que selecionam a realidade mental e sentida, conformando-a à realidade dominante. O rosto é a expressão de traços e linhas que constituem um mapa (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 36-39), o que leva à

compreensão dos centros de poder e da rostidade instaurada numa dada conformação social. O rosto é uma ideia particular em sua natureza, mas, exerce uma função geral de binarização (*Ibidem*: 48). Isto é, destitui-se o rosto vivo em proveito da afirmação das imagens do rosto estratificado em binarizações tais como fascista-antifascista, disciplina-controle, previsões-necessidades, conhecimento-informação, filosofia-propaganda, etc.

A potência de anonimato do rosto vivo é capturada pela estratificação das imagens do rosto, artífice do necroanonimato. O rosto fragmentado em imagens aparece através das fricções do poder de controle com o poder disciplinar, exprimindo-se por linhas estratificadas que só podem ser quebradas ou borradas por linhas de fuga.

Entretanto, se desfazer o rosto é um grande feito, é porque não é uma simples história de tiques, nem uma aventura de amador ou de esteta. Se o rosto é uma política, desfazer o rosto também o é, engajando devires reais, todo um devir-clandestino. Desfazer o rosto é o mesmo que atravessar o muro de significante, sair do buraco negro da subjetividade. O programa, o slogan da esquizoanálise vem a ser este: procurem seus buracos negros e seus muros brancos, conheçam-nos, conheçam seus rostos, de outro modo vocês não os desfarão, de outro modo não traçarão suas linhas de fuga (*Ibidem*: 64).

A máquina abstrata opera um sistema de idealização e identificação pelas imagens do rosto despertando nos indivíduos o desejo de aquisição de uma rostidade em concordância com os padrões da máquina, integrando seus desejos aos interesses do agenciamento controle-disciplina e integrando os desejos moleculares aos interesses de reprodução econômica e subjetiva do capital. Tal condição não anula o desejo de desrostificação das imagens do rosto expressas nesta rostidade.

As imagens do rosto provenientes da máquina abstrata de controle exprimem a intersecção entre a tecnologia e a maquinaria informática-digital-algorítmica. Como suprimir as imagens do rosto nesse maquinismo? Desfazendo o acoplamento estratificante muro branco-buraco negro, que exerce a vigilância e o controle sobre os indivíduos produzindo uma organização que submete os individuais. “Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta” (DELEUZE e GUATTARI 2011 b: 11). Máquinas em relações de acoplamento e corte de fluxos exprimem a ação política de resistência que passa pela capacidade de executar cortes adequados.

Buracos negros dominam e reduzem existências à alvura intransponível de um muro branco, a um conjunto de subjetividades dadas. O ato de resistir exprime um agenciamento que permite o corte, patente na analogia do ato de mamar enunciado por

Deleuze e Guattari, na qual o seio produz fluxo de desejo pelo leite, a boca do bebê por sua vez corta o fluxo desejante (*Ibidem*: 11). A máquina abstrata de controle fixa imagens do rosto e lhe atribui funções, enquadra-a em papéis sociais que expressam um “perfil” e estabelece identidade. No corte dos acoplamentos maquínicos subjaz a anti-produção e o contra-desejo às imagens do rosto. Deleuze e Guattari sublinham a potência de anti-produção na interioridade da rostificação das imagens do rosto.

O homem tem um destino, esse será mais o de escapar do rosto, desfazer o rosto e as rostificações, devir imperceptível, devir clandestino, não por um retorno à animalidade, nem mesmo pelos retornos à cabeça, mas por devires-animais muito espirituais e muito especiais, por estranhos devires que certamente ultrapassarão o muro e sairão dos buracos negros, que farão com que os próprios *traços de rostidade* se subtraíam enfim à organização do rosto, não se deixem mais subsumir pelo rosto, sardas que escoam no horizonte, cabelos levados pelo vento, olhos que atravessamos ao invés de nos vermos neles, ou ao invés de olha-los no morno face a face das subjetividades significantes (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 40).

O rosto vivo é o destino do gênero humano, esforço máximo por perseverar em sua existência, produzido pela necessidade que extrapola a cabeça orgânica. Responde a potência de devires que reestabeçam o anonimato, invocando uma desrostificação da máquina abstrata controle-disciplina na interioridade capitalista. A necessidade de desterritorialização das imagens do rosto, artífice do necroanonimato, exprime-se pelo desejo de reterritorialização do rosto vivo através de devires “clandestinos”, “imperceptíveis”, “humanos” e “inumanos” (*Ibidem*: 40-41).

As imagens do rosto exprimem uma territorialização estratificada, desconectando os indivíduos da cabeça, do organismo biológico conectando-os à produção de subjetividades, sentidos e valores, acoplados a uma ordenação maquínica. Exigindo a sua desterritorialização para a emergência do rosto vivo, potente e reterritorializado em devires menores. Reterritorialização não é retorno ao primitivo, o antigo localizado na cabeça. Não é pretérita, ao contrário, exprime a potência de criação horizontal, complementar e imanente (*Ibidem*: 45).

Há a possibilidade de criação de meta-estratos⁴³ capazes de afirmar a potência do rosto vivo sobre os poderes disciplinares e de controle, criando mecanismos e maquinismos da ação política em dimensão molecular, que se contraponha a axiomática controle-vigilância-disciplina.

⁴³ “Meta-estrato” em Deleuze e Guattari exprime tudo aquilo que é construído fora do estrato de captura. A potência das linhas de fuga que escapam dos traços duros e estratificados produzindo linhas do fora (DELEUZE e GUATTARI 2012b: 231).

Agir politicamente frente à estratificação da rostidade pressupõe a entrada dos indivíduos em devires moleculares como estratégia de luta contra o uno do controle das grandes corporações. É o atravessamento do muro-branco do significante e a esquiva do buraco-negro das subjetividades unas produzindo afecções outras. “(...) Os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade que irá produzi-los ao mesmo tempo em que der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro” (*Ibidem*: 37). A estratificação instituinte agencia linhas estratificadas criando condições para a exploração una do lucro, inviabilizando as multiplicidades de modos de vida que escapem ao estrato uno disciplina-controle.

A máquina abstrata de rostidade possibilita a criação de linhas de fuga, atos de transgressão do instituído por seus mecanismos e maquinismos, a partir da desterritorialização. Entretanto, a máquina abstrata de rostidade está sempre pronta a detectar as esquivas e os rostos-contrapoder, capturando-os e rostificando-os sob o paradigma da rostidade-poder e suas linhas de integração. O desejo de aprisionar o fora o integrando a linhas molares e estratificadas.

(...) a relação binária se estabelece entre o “não” de primeira categoria e um “sim” de categoria seguinte que tanto pode marcar uma tolerância sobre certas condições quanto indicar um inimigo que é necessário abater a qualquer preço (*Ibidem*: 50).

Podemos considerar que as imagens resultantes da máquina abstrata além de reduzir a potência do rosto a meras imagens, tende para a produção de uma mega máquina de controle intersectando a vigilância oficial do Estado-normativo-controlador às grandes corporações globais.

[Trata-se de um agenciamento] de cadeias significantes procedendo por elementos discretos, digitalizados, desterritorializados com a condição de dispor de uma tela semiológica, de um muro que os projeta. Só se podem operar escolhas subjetivas entre duas cadeias ou a cada ponto de uma cadeia, com a condição de que nenhuma tempestade exterior arraste as cadeias e os sujeitos. Só se pode formar uma trama de subjetividades se se possui um olho central, buraco negro que captura tudo o que excedesse, tudo o que transformasse os afetos atribuídos não menos do que as significações dominantes. Além disso, é absurdo acreditar que a linguagem enquanto tal possa veicular uma mensagem. Uma língua está sempre presa a rostos que anunciam os enunciados dela, que os lastreiam em relação aos significantes em curso e aos sujeitos concernidos. É pelos rostos que as escolhas se guiam e que os elementos se organizam: a gramática comum nunca é separável de uma educação dos rostos. O rosto é um verdadeiro porta-voz. Não é portanto apenas a máquina abstrata de rostidade que deve fornecer uma tela protetora e um buraco negro ordenador, são os rostos que ela produz que traçam todos os tipos de arborescências e de

dicotomias, sem as quais o significante e o subjetivo não poderiam fazer funcionar aquelas que retornam a eles na linguagem (*Ibidem*: 52).

A máquina abstrata de rostidade cria uma ambiência anelar sem dentro ou fora, descentralizando disciplina e clausura, exercendo o controle em meio aberto e virtual. É regida pela lógica do mercado e da tecnologia digital instaurando algoritmos e *big datas* capazes de controlar corpos e subjetividades, tornando indivíduos dividuais, exprimindo um conjunto de imagens do rosto contrapostas à potência do rosto vivo. Por meio destas imagens, ações e atos são observados de modo *on-line* através de telas que capturam estados emocionais e desejos.

3.3 – Plano de rostidade.

De acordo com Lapoujade, para a compreensão da rostidade faz-se necessária a intelecção do plano no qual ela se exprime. Inteligir o plano é capturar a rostidade em sua imanência, já que em Deleuze e Guattari o plano faz “ver”, “sentir” e “pensar”; exprime uma perspectiva. Máquina e plano não estão sobrepostos um ao outro, mas estabelecem uma relação de paralelismo: a máquina abstrata opera no plano de

consistência, distribuindo seus elementos moleculares e fluxos “De forma que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento, o qual, enquanto intensidade, não o sucede, mas trabalha simultaneamente sobre um outro estrato” (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 46). O plano é produzido e traçado pela máquina abstrata, ao passo que a máquina abstrata distribui aquilo que se produz no plano.

No plano de rostidade os elementos buraco negro e o muro branco constituem uma espécie de encadeamento silogístico: 1] exprimem um “computador central” que revela uma referência a um “elemento-unidade”; e, 2] revelam-se uma resposta seletiva a uma escolha criando um rosto concreto. Cabe à máquina abstrata julgar se esse rosto “passa” ou “não passa” por sua aprovação instaurando uma correlação binária de tipo: sim e não (*Ibidem*: 47- 49). Como resultante das duas premissas temos a efetuação conclusiva da máquina abstrata de rostidade, que permite a desobediência dos indivíduos ao controle e simultaneamente controla e disciplina desejos, corpos e subjetividades. Rastrear as origens conceituais do plano de rostidade auxilia em sua caracterização.

Plano em Deleuze e Guattari não exprime uma formulação unitária, antes revela a existência de um “planômeno”. O substrato inicial, a matéria em sua expressão pura, nesse estágio do plano, quando acontecem apenas variações de intensidades, singularidades e conjunções de fluxos (LAPOUJADE 2015: 197). Segundo Lapoujade, o plano exprime-se ainda em outros dois estágios: o “plano de organização” e o “plano de consistência”.

O plano de organização exprime uma rostidade rígida revelando uma estrutura organizada (*Ibidem*: 216) e segmentaridades duras das quais os indivíduos não podem escapar. Não conseguem fender a mônada; não é possível produzir multiplicidades e nem linhas de fuga. No plano de organização os indivíduos são reduzidos a mônadas incapazes de produzir uma subjetividade potente e criadora de linhas de multiplicidades.

Já o plano de consistência produz multiplicidades. Ele exprime termos instáveis capazes de produzir multiplicidades, está suscetível a transformações e agenciamentos sustentando as multiplicidades agenciadas (*Ibidem*: 197-198). Podemos constatar que no pensamento conceitual deleuzo-guattariano acerca do plano de rostidade afirmam-se articulações entre máquina-plano e máquina-agenciamento.

O agenciamento é “concreto”, efetua-se em nível formal, observável e fenomenal exprimindo o programa / diagrama da máquina abstrata (LAPOUJADE 2015: 201). Em

paralelo, a máquina abstrata expõe-se o funcionamento dos planos ao determinar seus aspectos diagramáticos e programáticos.

A máquina abstrata exprime uma dupla face: de um lado, põem em cena corpos, políticos ou sociais, corpos coletivos que podem ser produzidos e recortados de múltiplas maneiras, de acordo com o programa da máquina abstrata (incidindo sobre uma massa, matilha ou população). De outro lado, os agenciamentos exprimem “regimes de signos” coletivos (gritos, rumores, glossolalias). A natureza e a programática destes signos expressam a natureza das sociedades nos quais são produzidos. Não são signos em si mesmos, mas o são em função das relações estabelecidas com o “*socius*” (*Ibidem*: 202-203). Os agenciamentos atuando sobre os planos de rostidade constituem sempre um duplo estabelecendo um paralelismo entre o agenciamento maquínico dos corpos e o agenciamento semiótico dos signos.

Admitir o caráter híbrido entre máquina abstrata, agenciamentos e planos nos leva a intuir que os agenciamentos se contrapõem às estruturas, estão insubmissos ao plano de organização e aderem ao programa da máquina abstrata. Os agenciamentos habitam e desterritorializam a estrutura, instaurando relações e correlações na interioridade dos planos de rostidade.

As estruturas são atravessadas por fluxos de multiplicidades inerentes ao plano de consistência. Localizamos no plano de consistência a possibilidade de produzir resistências, tendo em vista que eles exprimem o que “escapa”, “colapsa”. As multiplicidades contrapondo-se ao plano de organização que estratifica, endurece e segmentariza. As multiplicidades imanentes ao plano de consistência são capazes de produzir afecções que ultrapassam tanto os planos de organização como os de consistência. A univocidade torna possível a “transversalidade” entre as multiplicidades do plano de consistência e a estratificação do plano de organização, criando “movimentos aberrantes” no plano de rostidade (*Ibidem*: 214-216).

Lapoujade recorda que os “movimentos aberrantes” atravessam e contestam o plano de organização e o plano de consistência (2015: 216), sendo capazes de fender a mônada e instaurar o nômade. O plano de consistência é o único capaz de criar as condições necessárias para a emergência dos movimentos aberrantes exprimidos pela univocidade do transversal tendo em vista que:

O plano de consistência é o único meio de recusar todos os “pretendentes” ilegítimos, não só o estruturalismo linguístico, não só o estruturalismo marxista, mas também o evolucionismo que almejaria que se passe de um estrato a outro em razão de uma complexidade

cada vez maior: matéria, vida, espírito, a tripartição clássica (LAPOUJADE 2015: 216).

É possível afirmar que o plano de consistência é indispensável para produção e efetivação de um plano unívoco que desterritorialize as estruturas de controle e reterritorialize a capacidade de resistência. De acordo com Fernanda Carrera, podemos localizar iniciativas como as do “Mulheres Invisíveis” e do Nappy agenciamentos digitais que põem em questão a estratificação das imagens do rosto, criando outras representações imagéticas acerca do rosto negro e da rostidade de mulheres, transexuais, lésbicas e gordas⁴⁴ (CARRERA 2020: 152).

As imagens do rosto exprimem afecções a partir das quais podemos apreender o plano de rostidade e suas linhas de subjetivação e significância. Torna-se necessário abordarmos outra dimensão do plano de rostidade, a maneira como ele lida com o desejo, ou a ausência dele pelo anonimato: há brechas para desanonimatização dos indivíduos através de linhas transversais de univocidade que efetivem a potência do ato de resistir? Como os planos lidam com o anonimato nas sociedades de controle?

3.4 – Imagens do rosto e o desejo de anonimato.

Assim como Deleuze e Guattari afirmam a dor na tarefa de criação de um corpo sem órgãos, desfazer uma rostidade e suas imagens do rosto em benefício de um rosto vivo e potente exprime também um processo doloroso (DELEUZE e GUATTARI 2012

⁴⁴ “O Getty Images, também, em associação com a Dove e a Girlgaze, lançou o projeto #ShowsUs (#NosMostre), construindo uma coleção específica de imagens mais diversas do público feminino e não binário, deixando claro que se trata de uma biblioteca de fotografias criada para o projeto, taguada com palavra-chave especial a ele associada. Isto é, não há uma tentativa de transformar todo o desenho político, tecnológico e produtivo do site para que as imagens postas em circulação sejam coerentes e responsáveis em suas dinâmicas de representação, mas cria-se um dispositivo de busca deslocado do imagético padronizado, das imagens disponibilizadas como gerais, comuns, “neutras” ” (CARRERA 2020: 152). Exprimem-se nestes atos a possibilidade de resistir às imagens do rosto produzidas pela máquina abstrata. Constam cerca de 5.000 imagens outras criadas pelo dispositivo.

40-41). A experiência individual cria um acúmulo de recordações que resultarão na narrativa do “eu” (SIBILIA, 2018: 199).

A fonte da verdade a respeito de quem é – e quanto vale – cada sujeito parece ter se deslocado. Esse saber já não brota mais das próprias entranhas, onde se acreditava que ficavam hospedadas as lembranças das vivências, bem como os pensamentos, as emoções, os princípios éticos e os sentimentos de cada um, de acordo com a perspectiva moderna de uma interioridade laica assimilável a conceitos como os de psiquismo ou mente. Agora essa instância capaz de atestar quem é cada um parece ser outra; e, de fato, é bem diferente: a rede mundial de computadores (SIBILIA, 2018: 200).

A rostidade de indivíduos e coletivos é forjada pela máquina cibernética operadora da WEB e outros agenciamentos, pressupondo o olhar externo direcionado aos indivíduos posto em funcionamento por grandes corporações como Google e Yahoo. Se nas sociedades estritamente disciplinares requeria-se uma subjetividade forjada no confinamento, obediência à disciplina, nas sociedades de controle a produção de subjetividades é moldada pela exposição, visibilidade, performatividade e conexão. Elementos desejáveis que revelam “o quanto se é tentado a se deixar prender aí, a se embalar aí, a se agarrar a um *rosto...*” (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 62).

A arquitetura da máquina abstrata de rostidade revela que o rosto reduzido a imagens de si exprime uma teia de significantes na qual uma coisa engancha na outra, que conecta noutra, compondo a rostificação e sua rede de interpretações (*Ibidem*: 61).

Segundo Paula Sibilia, a centralidade de uma máquina produtora de esquecimentos opera na fronteira entre o esquecido e o não esquecido. Os motores de busca de empresas como a Google e a Yahoo agem nesta fronteira, consolidando certas imagens do rosto e excluindo outras. As grandes corporações exprimem grandes bancos de dados, depositários das imagens do rosto e propulsores da impossibilidade do anonimato. Anonimato definido como aquilo que necessita da preservação do olhar alheio (SIBILIA 2018: 202). Preservação que não se efetua, tendo em vista que empresas anunciantes das grandes corporações pagam pelo produto do qual se utilizam.

É sabido que na materialidade das sociedades de controle geramos toneladas de dados constituidores de imagens do rosto dos indivíduos e coletivos. E, a extração de dados para o fomento de estratégias de marketing e propaganda, objetiva a venda de seus produtos e mercadorias.

A *timeline* do Facebook, por exemplo, que ainda é a mais popular rede social da internet, não *representa* apenas a epopeia do seu protagonista por meio de uma série de imagens cuidadosamente

selecionadas, mas de algum modo a *apresenta*, a *performa* e a constitui. Agora, ambos os planos – vida e relato audiovisual – se confundem nessa biografia cuja textura é informática (*Ibidem*: 205).

As lembranças deixam de ser etéreas, envoltas em mistério, e encontram-se escaneadas e digitalizadas, constituindo as imagens do rosto através de “arquivos digitais”. Operando por algoritmos incompreensíveis aos usuários que por ignorarem os processos produtivos destes agenciamentos tecnológicos, tendem a atribuir-lhes racionalidade e objetividade (CARRERA 2020: 151). Deixam de exprimir memória para tornarem-se informação destituída da potência de anonimato. A possibilidade de efetuação de um rosto vivo e potente sucumbe à imagens editáveis em um perfil de rede social, tornando reprogramável o desejo de cada um dos indivíduos (SIBILIA 2018: 206).

A transformação aqui em foco pode parecer sutil, mas está longe de ser insignificante. Em lugar de encarnar naqueles tesouros que deviam ser protegidos na intimidade do espaço privado – e/ou na própria interioridade – para dar consistência ao eu, agora a trajetória vital de cada sujeito se tornou um relato editado com muito cuidado porque a sua função primordial consiste em ser exibido. Isto é, procura-se que os outros assistam a ele como se fosse um espetáculo e que o testemunhem com seus próprios olhos; e na medida do possível, que também o “curtam” clicando nos botões adequados ou fazendo comentários afirmativos, inclusive compartilhando-o com outros contatos para obter uma repercussão mais ampla (*Ibidem*: 207).

Os indivíduos tornam-se individuais ao passarem por um processo de adesão ao agenciamento “bomba informática” e executam ações como agendar uma consulta médica, conversar com familiares, buscar uma nova oportunidade de trabalho, fornecendo seus dados pessoais, via algoritmos carregados de subjetividades em sua elaboração, construção e execução. Tais atividades são capturadas pelo agenciamento controle-conectividade-necroanonimato, impossibilitando a criação de um rosto vivo e anônimo que possa atribuir outra significância aos indivíduos.

Na máquina abstrata é necessário tornar visível o que se é, ou deseja ser, a partir, da produção de imagens do rosto buscando a aprovação e a apreciação externa (*Ibidem*: 207). Exige-se a curadoria de si mesmo, o trabalho de se mostrar de modo adequado para afetar o outro e conseguir obter curtidas, *likes* e outras formas de aprovação, volta-se para os regimes do ver e ser visto. E não há controle pleno da curadoria individual, os algoritmos operam por tipificação das imagens do rosto produzidas pelos indivíduos,

atribuindo a elas lugares de subalternização e estratificação. Os bancos de imagens criam regimes enviesados de gênero e raça (CARRERA 2020: 162).

O limite entre a essência e a aparência, clássica tópica platônica da tradição filosófica, encontra-se vazado. Essencial e aparente se confundem e se misturam nas imagens do rosto: “o importante é que somos algo ou alguém, tudo isso tem de estar à vista” (SIBILIA 2018: 208). Sem a produção de imagens do rosto é impossível produzir afecções no outro. O que atribui legitimidade aos indivíduos são as imagens do rosto produzidas ainda que de modo tipificado, em detrimento do rosto vivo.

Com esse afrouxamento das opressões mais antiquadas, abriu-se o horizonte para a implantação de um tipo de controle descentralizado, embora mais sutil e eficaz, que opera em todo momento e lugar, além de se exercer em todas as direções e em fluxo constante, graças à espantosa ubiquidade dos dispositivos digitais de comunicação e informação (*Ibidem*: 209).

As sociedades de controle exprimem um poder ágil e de eficiência inédita ao produzirem o desejo pelo controle e pelo necroanonimato, exprimindo a combinação entre a produção incessante de imagens do rosto e o desejo de “controle total de todos por todos”. “Se a espetacularização de si mesmo se legitimou e se generalizou de modo tão irrefutável, a pretensão de manter algum controle sobre os próprios dados em suporte digital torna-se cada vez menos plausível” (*Ibidem*: 210-211). Expressar o anonimato tornou-se algo da ordem da excentricidade, sonho e ilha da fantasia cercada pelo desejo de exposição e *likes* por todos os lados seja no Facebook, Instagram ou TikTok. O necroanonimato se dá pelo desejo de exposição voluntária que institui um circuito de afetos e afecções instaurador de um desejo permanente de autocontrole e controle do outro, um agenciamento: toque do controlar.

Em 2016, a *Cambridge Analytica* capturou e minerou dados para a campanha do senador Ted Cruz nas eleições estadunidenses, visando influenciar o voto do eleitorado através da instituição de “perfis psicométricos” extraídos de dados pessoais e relacionais dos indivíduos. Em 2018, o *New York Times* revelou o uso indevido e sem consentimento de 87 milhões de perfis do Facebook, pela mesma empresa, para o direcionamento de propaganda política de Donald Trump durante as eleições presidenciais estadunidenses de 2016 (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 3).

Ademais, em maio de 2017 vazou o relatório interno de executivos do Facebook na filial australiana revelando que a empresa monitorou em tempo real, postagens de

usuários, com a intencionalidade de capturar em tempo real as postagens de perfis para extrair dados emocionais que exprimissem frustrações, ansiedade, medos, fracassos e estados de humor (*Ibidem*: 3).

Os três eventos exprimem o uso inadequado e eticamente questionável de dados e sua atmosfera de necroanonimato. O uso de dados pessoais para fins eleitorais e econômicos, expressa os maquinismos e mecanismos de poder que articula a ação de corporações de tecnologia digital, Estado e empresas.

Até então, um dos episódios mais ruidosos sobre a utilização eticamente questionável de dados com efeitos persuasivos no comportamento humano ocorreu a partir de um experimento realizado pelo Facebook em 2014, cujos resultados foram publicados na revista científica *Proceedings of the National Academy Sciences*. Intitulado *Evidência experimental de contágio emocional em escala massiva através de redes sociais* (KRAMER; GUILLORY; HANCOCK, 2014), o artigo detalhou os resultados e conclusões da manipulação, ao longo de uma semana, do feed de notícias de quase 700 mil usuários, que foram divididos em dois grupos diferenciados pelo tipo de “conteúdo emocional” visualizado: o primeiro recebeu um filtro de conteúdos emocionalmente positivos e o segundo recebeu um filtro de conteúdos emocionalmente negativos durante este período. Sem o conhecimento ou autorização dos envolvidos, o experimento tinha como propósito saber se o humor ou estado emocional desses grupos seria ‘contaminado’ pelo conteúdo visualizado no feed. Para tanto, as atualizações de status desses mesmos usuários foram monitoradas. Segundo os autores do artigo, a hipótese de contágio emocional teria sido confirmada pelo experimento. Ou seja, os usuários reproduziram, em suas atualizações de status, o estado emocional preponderante em seus feeds (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 4).

O experimento do Facebook revela as linhas duras do controle que capturam, mineram e negociam dados pessoais sobre as emoções dos indivíduos. O experimento não objetivava a captura de dados individuais, mas a extração de dados relacionais que movimentam a “economia psíquica dos algoritmos”⁴⁵ que põe em funcionamento dimensões mercadológicas, informacionais e de gestão comportamental.

⁴⁵ “Por economia psíquica dos algoritmos designamos o investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais (redes sociais, aplicativos, serviços de streaming, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual etc.). As informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens), mas também sua “tonalidade” psíquica e emocional. É esta economia psíquica e afetiva que alimenta as atuais estratégias de previsão e indução de comportamentos nas plataformas digitais (e eventualmente fora delas)” (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 5).

A dimensão mercadológica não pode ser reduzida à venda de dados direcionada exclusivamente para propaganda digital. É necessário considerar a venda dos dados extraídos do acesso em tempo real dos usuários das plataformas digitais, o fluxo de condutas geradas por eles a partir do engajamento de suas ações e a atenção dispensada às plataformas, que vão capturar as escolhas mais prováveis (*Ibidem*: 7). Tal dimensão age sobre a subjetividade e o cognitivo dos indivíduos sem indagar-lhes nada. O que interessa é o seu engajamento e atenção resultante em dados posteriormente comercializados e capitalizados pelas grandes corporações.

Nesse sentido, a atual dinâmica do capitalismo de dados está intimamente ligada aos já conhecidos mecanismos de uma economia da atenção (...). Sua premissa fundamental é a de que, em meio a um espaço-tempo cada vez mais saturado de estímulos visuais e informacionais (...), a atenção se torna um recurso escasso e, por sua vez, extremamente valioso e imensamente disputado (...) (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 13).

Esse diagnóstico revela o crescimento da captura de dados psíquicos e comportamentais dos indivíduos, a partir da atenção que eles disponibilizam as plataformas digitais. Não há a consciência de que estão tendo suas imagens, constituidoras dos dados, participando de um modelo de negócios. As plataformas digitais se alimentam das ações que não ficam anônimas, geram rastros (compartilhamentos, postagens, curtidas) que tornam visíveis aos algoritmos estados psíquicos e emoções negociadas posteriormente.

Na dimensão da produção informacional o enciamento de necroanímato opera de modo performativo extraindo uma base gigantesca de dados, capturados de centenas de milhões de “alvos”. Os possíveis equívocos não invalidam os experimentos, testes e aplicações. A máquina de captura apontada ao cotidiano dos indivíduos produzira informações, que não se restringirão ao indivíduo em si, mas o conjunto da conformação social de controle (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 16-17) extraindo dados que poderão ser utilizados até para decidir processos eleitorais. A indústria de mensagens eleitorais via *Whatsapp* no Brasil continua funcionando mesmo após a proibição normativa do Tribunal Superior Eleitoral⁴⁶. A venda de informações dos

⁴⁶MELLO, Patricia Campos. “Empresas burlam regras e mantém disparos em massa de mensagens eleitorais.” Investigação da Folha de S. Paulo e denúncias de candidatos a vereador mostram que, com o objetivo de influenciar os eleitores pelas redes sociais, ao menos cinco empresas estão oferecendo esses serviços para postulantes a Câmaras Municipais e prefeituras na eleição de 2020. As empresas e os

eleitores segue um funcionamento focado nas ações e comportamentos e não nas causas das ações. Não se busca extrair o que cada indivíduo exprime em sua história ou intimidade, mas inferir sobre padrões de similaridade que possam afetar no destino do processo eleitoral. Esta dimensão do necroanonimato visa interferir nas ações futuras dos indivíduos tornados individuais moldando a sua “arquitetura de decisões” internas e afetando o *socius*.

Por fim, na dimensão da gestão comportamental, o agenciamento necroanonimato-controle concebe um modelo preditivo sobre o comportamento individual reunindo “promessas de precisão científica, aplicação comercial e intervenção sobre o comportamento daqueles que são simultaneamente objetos de estudo, usuários e clientes potenciais” (BRUNO, BENTES e FALTAY 2019: 11). Trata-se de um sistema que integra algoritmos e inteligência artificial para captura de dados que serão analisados visando a previsão de comportamentos posteriormente utilizados pela publicidade e propaganda.

Vemos, portanto, que essa virada não implica apenas uma mudança no funcionamento desses sistemas, mas também um deslocamento de como são percebidos, conhecidos e operados a satisfação e o desejo das pessoas, bem como suas crenças e comportamentos. As plataformas de recomendação e de sociabilização deixam, assim, de privilegiar formas explícitas de avaliação feitas pelos próprios usuários. Em vez disso, passam a valorizar tipos de métricas implícitas e a sua tonalidade psíquica e emocional como evidências dos juízos e preferências das pessoas (*Ibidem*: 13).

candidatos que fazem disparos em massa ou usam cadastros de contatos de eleitores sem autorização podem estar sujeitos a multa e, dependendo da magnitude do uso dessas ferramentas ilegais, a uma ação de investigação judicial eleitoral, que, em última instância, pode levar à cassação da chapa. A BomBrasil.net, nome fantasia da Brasil Opções de Mercado, oferece em seu site e no prospecto “Material de campanha eleições 2020” a venda de banco de dados de celulares com nome, endereço, bairro, renda, data de nascimento, com filtro de WhatsApp. Um banco com 20 mil números de celular sai por R\$ 1.800 – acima disso, “solicitar orçamento”. “Cadastramos na agenda de seu celular os contatos de WhatsApp de eleitores de sua cidade” – o envio de WhatsApp sai por R\$ 0,15, e o de SMS, R\$ 0,09. A BomBrasil.net também oferece software que permite extrair dados de usuários do Instagram e do Facebook. Por meio do que se chama “raspagem”, obtém-se nome e número de celular de usuários do Instagram que tenham usado determinada hashtag em suas postagens. Por exemplo, seleciona um banco de dados de pessoas que postaram no Instagram usando #direitoaoaborto ou #shoppingiguetemi ou de perfis que curtiram uma foto específica. Com essas informações, forma-se um banco de dados de usuários para enviar mensagens em massa. Também oferece envio automático de mensagens diretas pelo Instagram e comentários automatizados em postagens de determinados perfis. Segundo a empresa, os softwares têm vários recursos para driblar o filtro de spam ou o detector de automação das plataformas. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/empresas-burlam-regras-e-mantem-disparos-em-massa-de-mensagens-eleitorais.shtml>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

Plataformas, aplicativos e demais componentes da bomba informática sobre a qual estão assentadas as sociedades de controle efetuam-se prevendo qual passo seguinte será dado pelos indivíduos/dividuais. Possibilita-se um modelo de negócios de seus produtos e instaura-se a produção de um grande mercado de comportamentos com ênfase na predição da ação, anulando a sua imprevisibilidade e o anonimato.

Nesse contexto, apenas abstendo-se da circulação de imagens e dados nas plataformas e perfis digitais nas redes sociais e cessar a produção de qualquer documento digital a respeito de si é que se está protegido da coleta de dados. Há uma invocação ao devir animal para exprimir-se imperceptível e traçar linhas de vida (DELEUZE e GUATTARI 2012 a: 63) com potência geradora de rostos vivos e capazes de deletar as imagens do rosto.

De acordo com Henrique Parra só é possível produzir anonimato nas sociedades de controle a partir da criação de agenciamentos tecnológicos fora do *nomos* estatal (PARRA, 2018: 343). Os agenciamentos maquínicos das sociedades de controle contam com a imprevisibilidade de seus usos possíveis. Por isso, para construir uma ação política de resistência é necessário se apropriar do uso efetivo das tecnologias e subverte-las na ação política dos indivíduos e coletivos. “Ou seja, esforços de criação de novas composições políticas em que tanto a tecnicidade específica dos artefatos como seus efeitos práticos dialogam com dinâmicas de regulação social (econômica, política, jurídica)” (*Ibidem*: 344). A resistência coloca a necessidade de criação de um agenciamento constituído pela dimensão pragmática do uso da tecnologia digital produtora de racionalidade política para além da informação, articulada a uma dimensão produtora de valores e princípios sociais capazes de produzir o anonimato e instaurar um rosto vivo e sem controle.

Considerações finais

A partir das primeiras formulações conceituais de Deleuze acerca das sociedades de controle, pretendemos investigar de que maneira aconteceu a atualização desse

conceito retomando seu plano de imanência e seu personagem conceitual protagonista, rabiscando os traços de sua rostidade específica.

Consideramos atingida uma formulação mais refletida da urdidura conceitual argumentada acerca do problema entendendo a produção de subjetividade efetivada, as linhas por ela traçadas e o trajeto pelo qual passam as linhas traçadas por ela. Buscamos capturar o “tempo lógico” do conceito deleuziano apreendendo a multiplicidade de acontecimentos que orbitam as sociedades de controle e asseguram a estrutura conceitual do autor.

Essa é a base a partir da qual os pensadores deleuzianos atualizam o conceito de sociedade de controle e abrem outros núcleos de problematização para construções intelectuais em devir. Tais como: as questões de “racismo algorítmico” (SILVA 2020); e, a condição contemporânea da plataformização das grandes empresas de tecnologia visando a ampliação de sua margem de lucro. Há uma captura de dados das plataformas digitais para a potencialização do lucro empresarial, produzindo dados que não são neutros e exprimem a interferência humana na produção dos algoritmos. Ao passo que as sociedades de controle operam pelo necroanonimato de seus indivíduos, suas preferências, atos, gestos e comportamentos são requeridas, capturadas e expostas a modelos de negócios, enquanto garantem o anonimato da produção e mineração de dados e algoritmos pelas corporações.

Como tais sistemas são produzidos? Como a Google caracterizou uma foto de Gorilas com a de seres humanos negros⁴⁷. Como o racismo se exprime na internet? Como ele atua? Qual o papel dos algoritmos? A totalidade das tomadas de decisões nas plataformas digitais é algoritmizada? Estas são questões que emergem a partir das

⁴⁷ “Fail épico: sistema do Google Fotos identifica pessoas negras como gorilas: “Durante o [Google I/O 2015](#), a Gigante das Buscas anunciou o [Google Fotos](#), o novo sistema de armazenamento e organização de fotografias que prometia não limitar o espaço na nuvem para os consumidores. Um de seus destaques é exatamente o fato de ser ilimitado, ou seja, os usuários podem guardar quantas imagens quiserem na internet. Porém, outra funcionalidade interessante do Google Fotos é a capacidade de organizar e marcar com tags – uma espécie de “etiqueta digital” – fotos semelhantes e reuni-las em um mesmo álbum. O recurso utiliza um sistema de reconhecimento de imagens para qualificar cada fotografia. Entretanto, apesar de prática e interessante, a funcionalidade acaba de se envolver em uma polêmica muito, mas muito constrangedora. Google Fotos? Não, Google Fail: Jacky Alciné, um usuário do app da Google fez o upload de algumas de suas fotos tiradas com sua amiga para o armazenamento da empresa. Contudo, ao vasculhar o serviço por esses arquivos, encontrou todas as imagens organizadas em um álbum intitulado “Gorilas”. O detalhe é que tanto Jacky Alciné quanto sua companheira são negros”. ”. Tecmundo. 01 jul. 2015. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/google-fotos/82458-polemica-sistema-google-fotos-identifica-pessoas-negras-gorilas.htm>. Acesso em 07 jun. 2018.

pesquisas que desenvolvemos durante o mestrado. Não pretendemos, por óbvio, respondê-las. Antes, buscamos trazer as preocupações que a pesquisa enseja.

As sociedades de controle instituem uma rostidade tipificada que se insinua como objeto de pesquisa e campo de pensamento aberto para um trabalho devir. Nossa intenção é traçar uma leitura dos aspectos políticos envolvidos a partir da política do genocídio da rostidade negra. Compreendemos a formulação do problema através do encontro de ideias expresso por Achille Mbembe (2018), na obra “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, em diálogo com a obra de Abdias Nascimento (2017) “O Genocídio do negro brasileiro”. Ambas revelam o desejo de caricaturar o rosto vivo negro em imagens do rosto branco molar. A partir daí refletir a relação entre o controle dos corpos e a política da morte do rosto negro vivo.

Em que consiste a produção da morte do rosto negro no contemporâneo? Quais as relações estabelecidas entre a soberania estatal e as máquinas de guerra no agenciamento racista de controle? Deleuze, ao pensar conceitualmente a conformação social contemporânea criou o conceito de sociedades de controle para designar o modo de vida experimentado pós Segunda Guerra Mundial, considerando que o mundo haveria de lidar com a explosão de “guetos” e “favelas” (DELEUZE 1992: 224). Por consequência, com rostos inimigos.

Já a tese defendida por Mbembe exprime que na conformação social contemporânea as armas de fogo ganham centralidade na gestão da morte das vidas supérfluas e matáveis. Elas são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima das populações segmentarizadas, criando “mundos de morte”, formas novas de existência social nas quais rostos e corpos negros experimentam a condição de mortos vivos (2018: 47-49). Contudo, podemos ainda levantar outro conjunto de interrogações: seriam a guerra, o poder e o controle impostos ao rosto inimigo, em uma produção de rostidade tipificada, os galhos de uma mesma árvore? Ou fazem rizoma no solo político cultivado no contemporâneo (necropolítica)?

Gostaríamos de sustentar não uma tese específica mbembiana, mas registrar a intersecção entre a política da morte e o controle do rosto tipificado pela rostidade do controle e lançar um conjunto de interrogações que afetam a ação política e a vida na imanência do controle.

Que sentidos dar ao termo necropolítica assinalado por Mbembe (2018) em nossa análise política do contemporâneo na nervura das sociedades de controle? Como se estabelece a política da morte nos guetos e favelas contemporâneos atravessados pela política da morte, controle e vigilância? Qual a razão de ser da necropolítica e sua articulação com tecnologias de controle? Como opera o genocídio do rosto vivo do negro na sociedade de controle brasileira? Como o racismo é instaurado na maquinaria do controle e vigilância? Estas são questões que, novamente, lançamos enquanto aquilo que emerge dos anos de pesquisa em torno das sociedades de controle.

Há a produção no contemporâneo de uma perspectiva supremacista branca na interioridade do Vale do Silício, reafirmando uma rostidade branca, patriarcal e ocidental? A tecnologia é racializada, exprime um rosto branco e universal? Os bancos de dados e imagens produzidos nas plataformas das sociedades de controle exprimem um rosto único e universal?

Os bancos de dados das plataformas digitais criam imagens do rosto centradas na figura do homem branco, heterossexual, empresário e signo do sucesso (sujeito universal), ao passo que o rosto negro é associado à pobreza e à subalternidade (o outro). Qual o rosto do Instagram? Qual rosto o algoritmo coloca em centralidade? “As imagens profissionais disponíveis em bancos de imagens localizam mulheres e homens negros em lugares completamente diferentes daqueles que atribuem a mulheres e homens brancos” (CARRERA 2020: 156). Ao homem branco é destinado o *lócus* do centro unificador da realidade, geralmente é atribuída a ele a denominação “Boss” nos bancos de imagens das plataformas digitais, delineando o lugar de protagonismo e chefia. O rosto do homem branco é aquele que ensina, confere o trabalho, explica aos subordinados a forma adequada de se portar nas relações interpessoais, sejam em situações de trabalho, educacionais ou afetivas, enquanto que outras rostidades são reduzidas a ideia do Outro.

Aliás, em quase metade dos resultados, a palavra-chave “boss” gera resultados de imagens que sequer têm mulheres (48,41%), nem como chefes nem como funcionárias. Mulheres representando chefes são, em sua totalidade, apenas 28,57%. No contexto racial, homens negros são chefes em apenas 2,78%, seguido das mulheres negras, que representam 2,02%. Assim, as imagens disponibilizadas nestes bancos acompanham o cenário da desigualdade no mercado de trabalho, gerando novamente a escala homem branco - mulher branca – homem negro – mulher negra (*Ibidem*: 156).

Quando se trata de buscar pelo termo “secretary” nos bancos de imagem torna-se evidente o lugar de subalternidade atribuído às imagens do rosto negro, haja vista que o retorno de imagens em sua grande maioria remete ao rosto da mulher negra. Através dos algoritmos exprime-se uma associação do rosto negro à subalternização. Não há nenhum traço de neutralidade, sendo os efeitos da algoritmização postos em funcionamento pela atividade humana. O algoritmo não escolhe quem vai ser ou não vai ser o chefe e o subalterno, mas amplia a lógica da tipificação.

Como expresso na epígrafe de Noguera, na Introdução, esta Dissertação trafegou pelas linhas traçadas por Deleuze. Entretanto, desterritorializou o problema a partir do personagem conceitual de Zuboff, expresso no Capítulo 1 e inteligiu uma multiplicidade de movimentos aberrantes despertados por Lapoujade e outros autores e autoras no caminho percorrido. A percepção é a de que problemas outros surgiram durante a experimentação e permanecem interrogados e abertos, em devir, para abordagens intelectuais vindouras.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. **Verdade e Política**. Tradução; Manuel Alberto. s/c: s/e, 2020.
Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Verdade-e-pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- BRUNO, Fernanda, BENTES, Ana Carolina Franco e FALTAY Paulo. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento**. In. Revista Famecos, Porto Alegre. V.26, n.3, 2019. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33095/19357>. Acesso em 08 set. 2020.
- BERZOTTI, Rafael. **A Economia Comportamental E Os Nudges Em Contextos de Escassez Acentuada**. In. E-Pública Vol.5 No. 3, Dezembro 2018.
- BURROUGHS, William S. **Almoço Nu**. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CARRERA, Fernanda. **Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional**. In. SILVA, Tarcízio (Org.)... [et al.]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos** São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- CHAVES, Edu. **Drop The Beat**. In: The Rap Shit. Disponível em: <https://therapshit.wordpress.com/2015/02/27/drop-the-beat-samples/>. Acesso em: 25 set. 2017.
- COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. In: Em Perspectiva, São Paulo, ano 18, n 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22238>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CUKIERMAN, Henrique Luiz. **O cibercrime no Brasil**. In. Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública / SENASP-ANPOCS, Brasília, anoII, n. 04, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed.34, 1992.
- _____. **Dois Regimes de Louco**. Tradução de Guilherme Ivo. São Paulo: Ed.34, 2016.
- _____. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução de Daniel Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.1; tradução de Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed.34, 2011 a.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.3; tradução de Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lucia Claudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 2012 a.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol.5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed.34, 2012 b.
- _____. **O que é a filosofia?**. Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 3ªed., 2010.
- _____. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia1**; tradução de Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Ed.34, 2011 b.
- DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. **Diálogos**; Tradução: Eloísa Araujo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELIGNY, Fernand. **O aracniano e outros textos**. Tradução: Lara de Malimpensa. São Paulo: n-1 edições, 2015.
- EMICIDA. **Prefácio**. In SILVA, Tarcízio (Org.)... [et al.]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos** São Paulo: LiteraRUA, 2020.
- GENESINI, Silvio. **A pós verdade é uma notícia falsa**. In. Revista USP estudos de filosofia da imanência – 1º trimestre de 2018 – nº 116 – pp.45-58. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/146577> Acesso em 03 de ago. 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2018.
- FLAUSINO, Cristina Valéria. **Rosto e rostificação: os modos de operar da máquina abstrata da rostidade**. São Paulo. USP, 2019. Tese (Doutorado). Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-16052019-115517/publico/CristinaValeriaFlausino.pdf> Acesso em: 19 de fev. 2020.
- FOUCAULT, Michel **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

- _____. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- HARDT, Michel. **A sociedade mundial de controle.** In ALLIEZ, Eric. **Gilles Deleuze: Uma vida filosófica.** Tradução de Ana Lucia de Oliveira. São Paulo: Ed.34, 2000.
- LAPOUJADE, David. **Deleuze, os movimentos aberrantes.** Tradução Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1, 2015.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, Máquinas, subjetividades.** Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Edições SESC São Paulo: n-1 edições, 2014.
- LIBÉRIO, Carolina Guerra. **Eu não quero ter um rosto.** Rio de Janeiro. UFRJ, 2018. Tese (Doutorado).
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte;** traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NOGUERA, Renato. **Sociedades de controle e o grito de Eric Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria na (através da) filosofia de Deleuze.** In. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 1º quadrimestre de 2016 – Vol. 9 – nº 1 – pp.47-65. Disponível em: <http://tragica.org/artigos/v9n1/noguera.pdf>. Acesso em 31 de maio 2020.
- PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Experiências com tecnoativistas: resistências na política dividual?** In BRUNO, Fernanda (Org.)... [et al.]. **Tecnopolíticas da vigilância : perspectivas da margem;** tradução Heloisa Cardoso Mourão... [et al.]. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.
- PASSETI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle.** Colóquio Foucault/Deleuze-2000/Unicamp-São Paulo. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-medernismo/Edson_Passetti.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2019.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do nihilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 edições 2017.

_____. Deleuze e a pós-modernidade. In: Territórios da Filosofia, s/n, 2015. Disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/06/13/deleuze-e-a-pos-modernidade-peter-pal-pelbart/#:~:text=Embora%20Deleuze%20nunca%20tenha%20se,no%20rol%20de%20seus%20inspiradores>. Acesso em 18 dez. 2020.

ROUVROY, Antoinette. e BERNS, Thomas. **Governamentalidade Algorítmica e Perspectivas de Emancipação: O dispar como condição de individuação pela relação?** In BRUNO, Fernanda (Org.)... [et al.]. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**; tradução Heloisa Cardoso Mourão... [et al.]. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

SNOWDEN, Edward J. **Eterna Vigilância**; tradução de Sandra Martha Dolinsky. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SIBILIA, Paula. **Você é o que o Google diz que você é: a vida editável, entre controle e espetáculo**. In BRUNO, Fernanda (Org.)... [et al.]. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**; tradução Heloisa Cardoso Mourão... [et al.]. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Monica Toledo. **Montagens da realidade no cinema de Alain Resnais**. In: Realidade e ficção. Rio de Janeiro, n 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/7705/5569>. Acesso em 05 jan. 2020.

SILVA, Tarcizio. **Racismo Algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminações em código**. In SILVA, Tarcízio (Org.)... [et al.]. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos** São Paulo: LiteraRUA, 2020.

SIQUEIRA, Leandro Alberto de Paiva. **Ecopolítica: derivas do espaço sideral**. São Paulo. PUC, 2015. Tese (Doutorado)

VIANA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ZUBOFF, Shoshana. **Um capitalismo de vigilância.** Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/>. Acesso em 16 ago. 2019.

_____. **Big Other: Capitalismo de Vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** In BRUNO, Fernanda (Org.)... [et al.]. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem;** tradução Heloisa Cardoso Mourão... [et al.]. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

Recursos Digitais

AMADEU, Sérgio e LEMOS, André. **As transformações do digital e a política das coisas.** 2020. (43m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=byJWCTBazg>. Acesso em: 25 mai. 2020.